



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. BELO HORIZONTE, 2020

PLANO HOWYAN DE JUIZ DE FORA

Técnica, proselitismo e politicagem na Primeira República

MARINA LIMA CARRARA

ORIENTADORA: SILKE KAPP

MARINA LIMA CARRARA

PLANO HOWYAN DE JUIZ DE FORA

técnica, proselitismo e politicagem na Primeira República

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG

BELO HORIZONTE — 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C313p

Carrara, Marina Lima.

Plano Howyan de Juiz de Fora [manuscrito] : técnica, proselitismo e política na Primeira República / Marina Lima Carrara. - 2020.
154 f : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Construção civil – História – Teses. 2. Espaço urbano – Aspectos sociais – Teses. 3. História local – Juiz de Fora (MG) – Teses. 4. Industrialização – Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 690.028



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

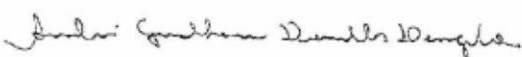
Plano Howyan de Juiz de Fora: técnica, proselitismo e politicagem na Primeira República

MARINA LIMA CARRARA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 8 de outubro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Silke Kapp - Orientadora
EA-UFMG


Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo
EA-UFMG


Prof. Dr. Roberto Eustáquio dos Santos
EA-UFMG


Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar
UFOP


Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz
UFJF

Belo Horizonte, 8 de outubro de 2020.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Silke Kapp, pelos ensinamentos e direcionamentos precisos, pela generosidade, e por sempre me lembrar de ter um olhar crítico e sensível; à professora Ana Baltazar e ao professor Roberto Eustaáquio, pelas conversas e aulas que foram fundamentais para esse trabalho; aos professores André D'Angelo, Fernanda Thomaz e Tito Flávio Aguiar, pelas ponderações valiosas; ao grupo MOM, pela acolhida.

À Isadora e ao João Pedro, pelo encorajamento e por serem meus maiores companheiros nas aventuras do cotidiano; aos amigos que fiz em *beagá* — Alicia, Camila, Isabella, Janaína, Luciana, Natália, Rodrigo e Sofia —, pelas discussões acadêmicas e momentos de descontração que tornaram tudo mais divertido; à Amanda e à Vick, pela ajuda com o registro dos documentos; aos meus pais, Angelo e Cecília, e à tia Diná pelo apoio incondicional; ao Felipe, pela torcida.

Aos pesquisadores Elione e Antônio Henrique, pela presteza com que sempre me atenderam no Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Ao NPGAU, e em especial à Maria Paula, pela atenção com os alunos da pós-graduação; à CAPES, pela oportunidade e apoio financeiro; e à Universidade Federal de Minas Gerais, pelo ensino público gratuito e de qualidade.

OFÍCIO

Tatear a origem
é iludir-se.

O escrito, à mercê
do que foi dito,
inaugura outro país.

O que se dá nos mapas
em forma
de província, urbe
& melhorias
não é senão um caco
de palavra.

A origem ressona
grave,
sem nação ou pacto.
Há quem a leve
no bolso, em crimes
que nos deserdam.

Outros a curtem sob a
forma
de bois de aluguel.

Ou a costuram em óleos
santos.

Mas há os ferinos e seu
humour
que tira o minério
das conchas.

Por eles a origem despista
rendas, misérias
e outros benefícios.

Pela origem
somos-não-somos.
Espécie que escreve
para esquecer.

*Edimilson de Almeida Pereira,
poeta juiz-forano*

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa que dá origem a esta dissertação tem sido elucidar contradições intrínsecas aos processos de uso e produção do espaço da cidade de Juiz de Fora, em especial, da dinâmica das relações e conflitos que se estabeleceram em torno do chamado Plano Howyan — o plano de “saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora”, cuja adoção se deu entre os anos de 1891 e 1895 na cidade. A história de Juiz de Fora, de acordo com a versão oficial, está ligada principalmente ao suposto passado pioneiro da cidade, tendo sido a mais industrializada e importante de Minas Gerais entre meados do século XIX e início do XX. Entretanto, defendendo nesse trabalho que o discurso de cidade moderna, aparentemente insuspeito, ajuda a dissimular com bastante eficácia uma série de questões referentes à concretude da produção da cidade, como por exemplo, o passado brutal de Juiz de Fora como uma das maiores cidades escravocratas do Brasil. Defendo também que na passagem do Império para a República não houve ruptura significativa com as antigas relações de trabalho na construção civil e com o modo de se produzir cidades, e que o discurso tecnicista do Plano Howyan, respaldado por médicos higienistas, engenheiros sanitaristas e políticos positivistas, foi estrategicamente utilizado para o ocultamento histórico das violentas dinâmicas de trabalho particulares da cidade.

Palavras-chave: Juiz de Fora, história da construção, Plano Howyan, produção do espaço, história oficial.

ABSTRACT

The main objective of the research that gives rise to this dissertation has been to elucidate contradictions intrinsic to the processes of use and production of space in the city of Juiz de Fora, in particular, of the dynamics of relations and conflicts that have been established around the so-called Howyan Plan - the “sanitation and expansion of the city of Juiz de Fora” plan, which was adopted between the years 1891 and 1895 in the city. The history of Juiz de Fora, according to the official version, is mainly linked to its supposed pioneer past, having been the most industrialized and important city in Minas Gerais between the mid-19th century and the beginning of the 20th. However, I defend in this work that the discourse of a modern city, apparently unsuspected, helps to conceal quite effectively a series of questions regarding the concreteness of the city's production, such as the brutal past of Juiz de Fora as one of the biggest slave cities of Brazil. I also defend that in the passage from the Empire to the Republic there was no significant break with the old labor relations in the civil construction and with the way of producing cities, and that the technical discourse of the Howyan Plan, supported by hygienist doctors, sanitary engineers and positivist politicians, was strategically used for the historical concealment of the city's singular violent work dynamics.

Keywords: Juiz de Fora, history of construction, Howyan Plan, production of space, official history.

1 Sobre a historiografia e as fontes	11
2 Mito da industrialização	25
3 Canteiros de modernização e escravidão	43
4 A cidade e o engenheiro em 1890	61
5 Plano Howyan	80
6 Negociatas e embates	103
7 Dissolução, repercussões, e o fim	125
Fontes Arquivísticas.....	144
Fontes Bibliográficas.....	148

Lista de Siglas

CESAMA: Companhia de Saneamento de Água de Juiz de Fora.

AHJF: Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

AN: Arquivo Nacional.

APM: Arquivo Público Mineiro.

BNF: Bibliothèque Nationale De France.

MOM: Morar de Outras Maneiras.

1 Sobre a historiografia e as fontes

Um dos capítulos do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, editado pelo jornalista Albino Esteves em 1915, lista as publicações impressas que então circulavam na cidade e seus mais importantes autores. Destaco um trecho do poema “Indústrias” de Francisco Valladares, que na época era redator chefe dos jornais juiz-foranos *O Pharol* e *Jornal do Comércio*:

Juiz de Fora!... altos destinos te estão reservados!

As gerações que surgirem de teu seio fecundo — ó afortunada cidade,
hão de beijar, orgulhosas, o teu solo sagrado pelo trabalho, como outro-
ra o ateniense osculava constricto a terra querida da pátria — sinal su-
premo de veneração e de amor!¹

A inflada comparação entre a cidade de Juiz de Fora e a antiga Atenas não era novidade. Segundo se conta, o dramaturgo Arthur Azevedo, quando de passagem pela cidade em 1907 para assistir à apresentação da sua peça teatral *O Dote*, deu a Juiz de Fora o título de “Atenas Mineira, a cidade mais culta e civilizada de Minas”.² Juiz de Fora recebeu ainda outros apelidos ao longo da história, como “princesa de Minas”, “princesa da Mata”, “princesa do Paraibuna”, “Barcelona de Minas”³ e “Manchester mineira”. Este último foi o que mais se popularizou ao longo do tempo, como comenta Paulino de Oliveira, o autor da versão da história de Juiz de Fora que ainda hoje é a mais difundida.

Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personagens ilustres que a visitaram e admiraram seu progresso, desde os primeiros anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como o de ‘Manchester Mineira’, a ela atribuído, logo se vê, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e, principalmente, de sua indústria têxtil. Muito antes da República já não havia em Minas cidade que a ela se equiparasse sob qualquer aspecto, e principalmente sob o aspecto in-

¹ ESTEVES & LAGE, *Álbum do Município de Juiz de Fora*, 1915, p. 330.

² OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, p. 188.

³ O PHAROL, 5 de abril de 1919, p. 1.

dustrial, porque Juiz de Fora logo deixou pra trás — a não ser no tradicionalismo, que constitui depois a fama de algumas delas, como Ouro Preto e São João del Rei — todas as cidades e vilas da Província.⁴

A história da cidade de Juiz de Fora começou a ser sistematizada oficialmente por meio das duas publicações mencionadas: o *Álbum do Município de Juiz de Fora* do início do século XX, organizado pelo então Presidente da Câmara Municipal⁵ Oscar Vidal Barbosa Lage, e pelo jornalista e ‘homem de letras’ Albino Esteves; e *História de Juiz de Fora*, do historiador supramencionado Paulino de Oliveira, cuja primeira edição data de 1948. No prefácio, Oliveira explica seu procedimento de pesquisa para essa obra. Ele estava convencido de que deveria concentrar seu trabalho no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, pois quase tudo o que pudesse ser colhido em outras fontes primárias já teria sido utilizado por Albino Esteves no *Álbum*. Afirmando que “as atas da Câmara Municipal são a história da cidade”, e que seu livro se baseava, portanto, em “documentos oficiais”, Oliveira completa dizendo que seu trabalho trata tanto dos empreendimentos que visaram o “interesse coletivo” dos habitantes, quanto de iniciativas de particulares que resultaram em “benefícios para a cidade”.⁶

Ambas as publicações se propõem a reproduzir a *verdadeira* história da cidade, tendo seus autores, para isso, mobilizado uma série de documentos *oficiais* e testemunhos que servem para atestar a legitimidade das narrativas. Expressões como ‘interesse coletivo’ contribuem para reiterar o suposto caráter universal desse tipo de discurso, deixando implícito que os episódios ali descritos construiriam uma narrativa unânime.

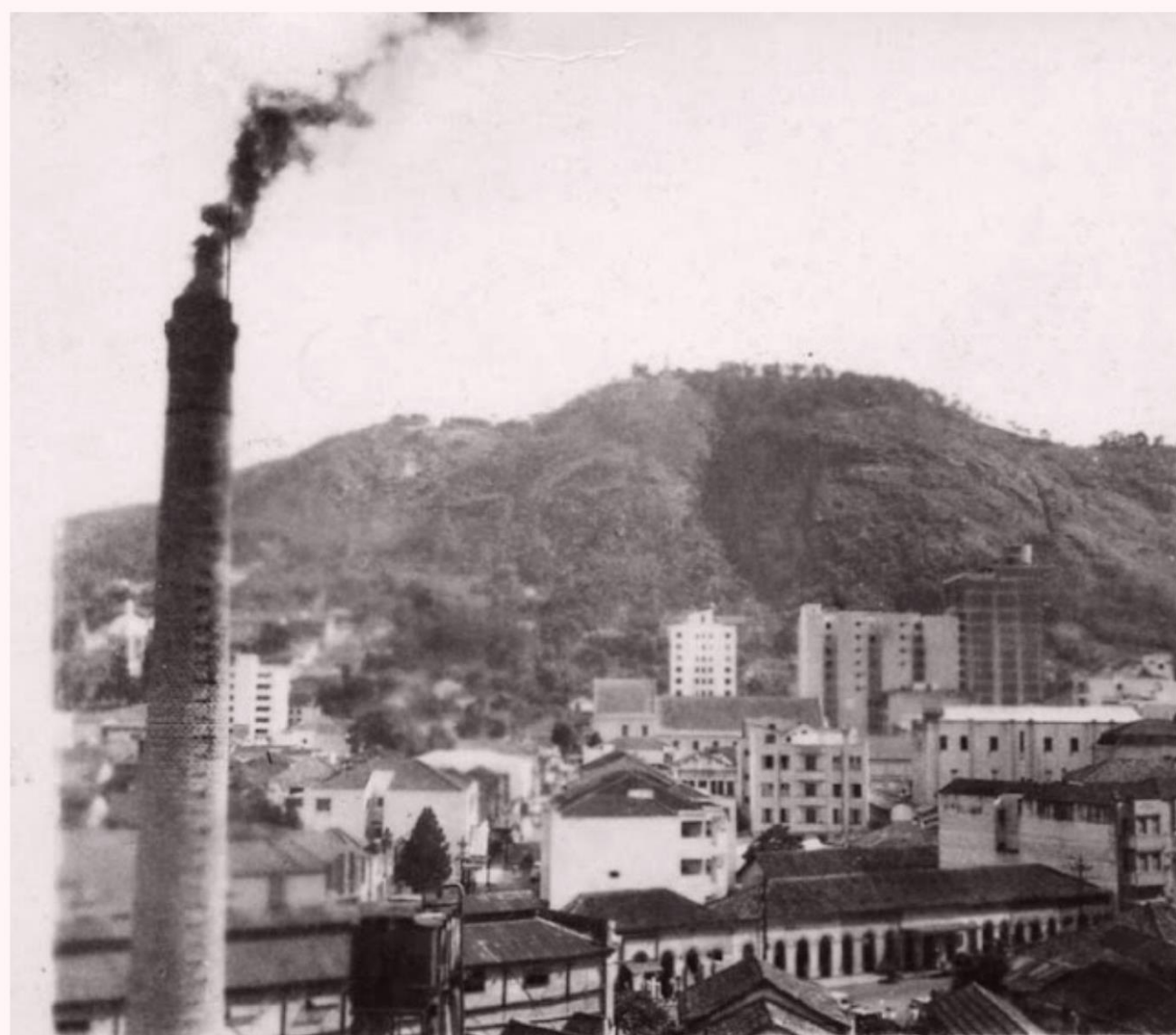
Segundo o filósofo camaronês Achille Mbembe, a construção de narrativas, sejam elas quais forem, resulta de um processo em que indivíduos exercem um determinado tipo de poder por meio da discriminação de quais acontecimentos deverão

⁴ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, p. 201. A divisão territorial das Províncias corresponde aos atuais Estados da Federação.

⁵ As Câmaras Municipais no Brasil eram compostas pelo Presidente da Câmara e vereadores. A partir de 1934, o título do cargo mudaria para “prefeito”.

⁶ OLIVEIRA, op. cit., pp. 6 e 177.

Figura 1 (p. 13): Vista do Morro do Imperador e chaminé da fábrica Bernardo Mascarenhas. Data da foto desconhecida. Fonte: BLOG MAURÍCIO RESGATANDO O PASSADO [Link].



figurar parte da história, e quais outros deverão ser desprezados. O *arquivo*, compreendido pelo filósofo tanto como o edifício de uma instituição pública que dá suporte ao poder institucionalizado, quanto a coleção de documentos guardados nesse local, “é a prova de que uma vida realmente existiu, de que algo realmente aconteceu”.⁷

Nenhum arquivo pode ser o repositório da história inteira de uma sociedade, de tudo o que aconteceu com aquela sociedade. Por meio de documentos arquivados, nos deparamos com porções de tempo a serem montadas, com fragmentos de vida a serem organizados, um após o outro, na tentativa de formular uma história que adquiere coerência pela habilidade de forjar conexões entre o início e o fim. Uma montagem de fragmentos que cria uma ilusão de totalidade e de continuidade.⁸

Por seu caráter *público*, os arquivos são os suportes materiais da história institucionalizada de uma coletividade. Há sempre um grau de *subjetividade* inerente às narrativas, inclusive nas fundamentadas em arquivos oficiais, queiram os autores das histórias oficiais ou não. Quanto menos explícita essa curadoria dos fatos estiver, mais insuspeito e próximo da realidade o que estiver sendo contado parecerá, ou seja, mais *naturalizados* os discursos serão.

O evento da morte — do autor e dos personagens envolvidos nos acontecimentos — é uma etapa fundamental para o ritual do arquivamento de um documento, que, recebendo então uma designação legal inquestionável, deixa de ser um papel qualquer. É a partir desse gesto, segundo Mbembe, que o poder institucionalizado dá o passado como encerrado, anestesiando processos históricos violentos e livrando-se de todas as dívidas.

A comemoração, em contraste, é parte do ritual do esquecimento: despede-se do desejo ou da intenção de repetir algo. ‘Aprender’ a esquecer

⁷ MBEMBE, *The Power of Archive and Its Limits*, 2002, pp. 20, 19, 21. Tradução minha.

⁸ *Ibidem*, p. 21. Tradução minha. No original: No archive can be the depository of the entire history of a society, of all that has happened in that society. Through archived documents, we are presented with pieces of time to be assembled, fragments of life to be placed in order, one after the other, in an attempt to formulate a story that acquires its coherence through the ability to craft links between the beginning and the end. A montage of fragments thus creates an illusion of totality and continuity.

é muito mais fácil se, por um lado, o que há de ser esquecido transforma-se em folclore (quando é oferecido às pessoas em geral) e se, por outro lado, torna-se parte do universo das mercadorias [...] A mercantilização da memória oblitera a distinção entre vítima e carrasco e, conseqüentemente permite que o Estado realize aquilo que sempre sonhou: a abolição da dívida e a possibilidade de começar tudo outra vez.⁹

A naturalização dos processos históricos, para o filósofo estadunidense David Boje, é uma característica do que ele chamou de “narratologia realista”. Nessa categoria de análise discursiva, “as histórias das pessoas e das organizações são tratadas como objetos mortos sem que se explore o contexto em que foram vividas”, numa operação positivista que pretende tornar a história o “espelho cristalino de um realismo objetivo”. Dessa forma, “histórias realistas imitam o naturalismo fornecendo ricos detalhes, fatos científicos e imagens, referências e cronologias que autenticam seu desempenho como algo não morto e não-ficcional”.¹⁰

Os autores da *História de Juiz de Fora* e do *Álbum de Juiz de Fora* contribuíram para a criação de uma história aos moldes da narratologia realista, de modo que os eventos passados parecem ter se desdobrado ao longo do tempo numa simples relação de causalidade. As referidas publicações, entre as primeiras sistematizações históricas oficiais de caráter local, foram encomendadas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora em momentos distintos. Por estarem diretamente comprometidas com o poder municipal, essas narrativas reforçaram os interesses dos grupos dominantes, convencionando tradições e inaugurando mitos que conformam uma

⁹ MBEMBE, *The Power of Archive and Its Limits*, 2002, pp. 24-25. Tradução minha. No original: Commemoration, in contrast, is part of the ritual of forgetting: one bids farewell to the desire or the willingness to repeat something. 'Learning' to forget is all the easier if, on the one hand, whatever is to be forgotten passes into folklore (when it is handed over to the people at large), and if, on the other hand, it becomes part of the universe of commodification. [...] The commodification of memory obliterates the distinction between the victim and the executioner, and consequently enables the state to realise what it has always dreamed of: the abolition of debt and the possibility of starting afresh.

¹⁰ BOJE, *Reclaiming Story in Organization...*, 2001, p. 135. Tradução minha. No original: In realist narratology people and organizational stories are treated as dead objects without exploring lived context. [...] Events are strung together into chronologies to vibrate with realness. [...] Realism stories mimic naturalism by supplying rich narrative details, scientific facts and figures, references and chronology to authenticate their performance as non-dead and non-fiction.

história local elitista e conservadora. Assim, enquanto determinados processos que se deram em circunstâncias específicas e concretas foram *ocultados*, outros foram consagrados, figurando até os dias de hoje nesse ritual de rememoração que paradoxalmente está relacionado a apagamentos históricos.

A história de Juiz de Fora, de acordo com a narrativa oficial, está ligada principalmente a seu suposto passado pioneiro. A cidade, no período do Império, teria sido a mais importante de Minas Gerais, destacando-se pelos avanços e grandes feitos de um número de figuras célebres que ali empreenderam. Segundo se conta, Juiz de Fora, grande produtora e exportadora de café da região da Zona da Mata, começaria a industrializar-se a partir do final do século XIX de uma maneira que nenhuma outra cidade brasileira conseguia acompanhar, num processo que teria durado até a segunda década do século XX. É nesse período que a ideia de cidade industrializada ganha força e vira o slogan da cidade.

Essa representação específica de Juiz de Fora perdurou no tempo, sendo celebrada até os dias de hoje. Como é via de regra nas narrativas institucionalizadas, todos os fatos relatados na narrativa, é claro, estão devidamente fundamentados em documentos oficiais. Em publicações e impressos que circularam na cidade (jornais, revistas, almanaques etc.) do final do século XIX até os dias atuais, é perceptível a defesa dessa ideia de cidade industrial, pioneira. Quanto à criação desse discurso, as publicações de jornais são particularmente reveladoras. Um exemplo é o texto publicado no jornal *O Pharol* em 6 de julho de 1910. A promessa de um futuro próspero, prestes a começar, é recorrente.

Juiz de Fora é, não ignora pessoa alguma, cidade fadada a tornar-se próximo lapso de tempo, como de fato se nota, o centro convergente, másculo, dignificador do trabalho são e honesto, dos empreendimentos magníficos. Nasceu modesta, despretensiosa, no alpestre retiro, hodiernamente repleto de visões soturnas do passado — Morro da Boiada — embalada à toada nostálgica, terna e comovedora da viola sertaneja achegada ao peito rude do tropeiro, queixoso à hora morta da noite perfumada, esplêndida, enluarada, perdido nestas longas horas da vida triste e só, visionário e simples... Do alto, espiava o esmeraldino tapete da várzea recortada pelo cristal oscilante e fértil do Paraibuna coleante,

frosado, escoante, a fluir por entre o dorso das montanhas azuis e majestosas... Fremia ao sol, virginal e tímida, adormecida por entre flores e rosmarinhos cheirosos e a sua capela abria, par em par, evangelicamente, as portas aos caminheiros que vinham da Corte e avançavam, confiantes, sertão afora, para tocar jubilosos, a Vila Rica...¹¹

Mesmo que tenha havido críticas contundentes a essa forma de história, no nível local, cotidiano, a narrativa ainda tem força considerável. Como alguém que nasceu em Juiz de Fora e ali cursou a graduação em Arquitetura e Urbanismo, permito-me dizer que, pelo menos nessa área do conhecimento, raramente se faz o uso de uma bibliografia crítica para questionar a história da produção do espaço da cidade e relativizar a narrativa oficial. Como consequência, pesquisas críticas sobre os *processos de construção* da cidade — em oposição a análises de edifícios ou de áreas existentes — são poucas. Até hoje, é bastante comum recorrer a essa história como se ela fosse incontestável, visto que os motivos para suspeitar dessa narrativa nem sempre são óbvios.

O campo da arquitetura, aliás, exerce um papel fundamental no processo de naturalização das narrativas. Os arquitetos, estejam cientes disso ou não, produzem discursos e consagram obras materiais que dão suporte a essa espécie de esquecimento estratégico, reiterando os processos de valorização do capital e encobrimdo as contradições espaciais. Em Juiz de Fora, pesquisadores de outras áreas de conhecimento, no entanto, tem conseguido reunir indícios que levam a uma reinterpretação radical da história da cidade. Certos eventos que não passaram pelo crivo da seleção oficial dos fatos, quando resgatados, evidenciam violências ocultadas pela celebração de uma versão institucionalizada do passado. Como explica Mbembe, o objetivo final dessa comemoração é civilizar a história, fazer esquecer.

Defendo que o espaço da cidade, materializado pela construção civil, não é o simples reflexo da coletânea de fatos sucessivos que figuram a história oficial, e tampouco o palco inerte onde os acontecimentos se desdobraram. A produção do

¹¹ Todos os textos antigos citados nesse trabalho foram ajustados ao Acordo Ortográfico ratificado em 2008, exceto os títulos das publicações.

DIARIO DA TARDE

Estado de Minas

(P)

BIBLIOTECA NACIONAL
RIO DE JANEIRO

ANNO I

JUIZ DE FORA, 3 DE MAIO DE 1894

NUM. 1

DIARIO DA TARDE

Juiz de Fora, 3 de maio de 1894.

Resolvemos apparecer, porque assim entendemos, ainda que fosse voz gemi que era uma grande lacuna a falta de um outro diario nesta cidade.

Não temos a pretensão de querer preencher essa lacuna, não, pois que nosso programma é muito restricto, como é o nosso formato.

Nada temos com a politica nem nos queremos envolver na lucta dos partidos; se é que os ha. Esse encargo deixamos a outros mais habilitados e de competencia.

Nosso fim é outro e cifra-se em poucas palavras:

Tratar dos interesses geraes do municipio a que servimos;

Dar noticia do que occorrer por este mundo;

Ser auxiliar do commercio da localidade, em todos os terrenos.

Aos domingos o *Diario da Tarde* publicará artigos litterarios, poesias, tratará de critica, modas, artes etc.

E com isso temos dito.

No lugar denominado Gavião, municipio da Villa de S. Manoel, dezoito estado, suicidou-se a 18 do mez passado, disparando um tiro de garrucha no coração, a esposa do sr. Valentim Antonio Cabral, d. Maria Prescilianna da Conceição.

Ignora-se o motivo que levou a indolente senhora a commetter esse acto de desespero.

CESTAS de Vime. Em quantidade, encontram-se no Grande Bazar Lion.

GENERAL CARNEIRO

Em nosso escriptorio encontra-se uma lista para as pessoas que quizerem contribuir para o patrimonio da familia deste denodado mineiro, heroico defensor da Lapa.

Começaremos amanhã a publicar os nomes daquelles que concorrerem para tão patriótico e humanitário fim.

Consta-nos que está grassando com intensidade em Barbacena a epidemia do sarampo.

LITCOREIROS de Bazarat ou de phantasia, no Grande Bazar Lion.

De passagem por esta cidade chegou hoje no expresso com sua familia o tenente-coronel Francisco de Paula Villela.

E' hoje dia de festa nacional, em commemoração da data do descobrimento do Brazil.

Mudou-se da rua Direita para o palacete Campinhos, no Botafogo, a agencia da New-York Life Insurance Company.

VIRGENS MORTAS

Quando uma virgem morre, uma estrella apparece Nova, no velho engaste azul do firmamento; E a alma da que morreu, de momento em momento, Na luz da que nasceu palpita e resplandece.

Noivos, que, no silencio e no recolhimento Do campo, conversas a sós, quando anoitece: Tudo quanto dizeis, como um rumor de prego, Para o infinito azul sobe na aza do vento...

Cuidado, ó vós que andais com a bocca transbordando De beijos, no luar, sob o céu estrelado, O casto coração das rosas inflammando...

As estrellas estão, sobre as montes escuras, Vendo tudo e o impudor offendo o olhar gelado Das que viveram a sós, das que morreram puras...

OLAVO BILAE

O DIABO AMOROSO

E' este o titulo do folhetim que hoje encetamos.

Escrepto em estylo phantastico pelo distincto escriptor Jacques Cazotte, eremos muito agradado a nossos leitores.

Em uma noticia biographica do auctor vemos que este trabalho foi meditado numa noite e escripto num dia; esse escrever o pelo proprio prazer e um pouco tambem para edificação dos seus concidadãos, porque é moralissimo; estylo rapido, nada de espirito á moda, nada de metaphysica, nada de sciencia, menos ainda de impiedades galantes, e de arrojados philosophicos; apenas um assustosinho para não chocar em cheio o gosto actual, e eis tudo. Parece que o auctor sente que um homem a quem o amor de volta á cabeça e já deveras lastimavel: mas quando uma mulher se enuncia, o auctor, o domina, o guia e quer a todo o custo fazer-se amar por elle, então é o Diabo...

O *Diario da Tarde* conta no numero de seus collaboradores effectivos os illustres litteratos e jornalistas J. Campos Porto e Heitor Guimarães.

Na elegante charutaria e papellaria de Lindolpho de Assis — O Ponto — achase exposta uma photographia do esforçado patriota general Gomes Carneiro, morto pelas forçs invasoras no combate da Lapa.

Consta-nos que os ordenados dos professores da escola normal desta cidade vão ser equiparados aos do gymnasio mineiro: ha pelo menos quem vá apresentar esta idea na presente reunião do congresso.

Folgamos em annunciar aos nossos leitores que nos prometteram o auxilio de sua valioss collaboration os distinctissimos litteratos Olavo Bilae e Valentim Magalhães, aos quaes tem Juiz de Fora actualmente a honra de hospedar.

Já hoje abrilhantam nossas columnas escriptos seus e escusado é chamar a attenção dos leitores para o primoroso soneto — *Virgens Mortas* — que hoje publicamos, subscripto pelo mais valente poeta da moderna geração litteraria brasileira—Olavo Bilae.

ACADEMIA DE COMMERCIO

Inauguram-se no dia 21 do proximo mez de junho as aulas da Academia de Commercio, cujas matriculas acham-se desde já abertas, devendo encerrar-se no dia 20 daquelle mez.

Aos ingentes estorvos do benemerito mineiro sr. Francisco Baptista de Oliveira, deve, pois, esta cidade ou, antes, o Estado de Minas possuir um notavel estabelecimento de instrução em nada inferior aos nupis importantes congeneres da velha Europa.

O pouco espaço de que hoje dispomos não nos permite alongar mais esta noticia, cujo assumpto, attenta a sua importancia, merece ser tratado mais de estylo, envolvendo nas columnas deste jornal.

Por agora limitamo-nos a dar aos nossos leitores a boa nova, e ao heroico fundador daquelle instituição os nossos parabens.

LOUÇAS, christaes, porcellanas, phantasias, no Grande Bazar Lion.

Partiu ante-hontem para o Rio o tenente-coronel V. de Leon Annibal, agente da New-York e co-proprietario desta folha.

Esteve nesta cidade o partido hoje para Ouro Preto o nosso estadoano sr. Joaquim Henriques Costa Reis, distincto e importante negociante da praça do Rio de Janeiro.

Tendo nos honrado com sua visita, prometteu-nos esse nosso amigo concorrer com seu prestigio para a prosperidade desta folha, por cuja gentileza confessamos-nos extremamente agradecidos.

No jardim de meus amores Trabalhei o mez inteiro; Mas, chegando o mez das rosas, Entrou outro jardineiro.

SERVICO TELEGRAPHICO

Communicamos a nossos as signantes que brevemente encetaremos o nosso serviço telegraphico, tendo para isso já contratado um activo correspondente na capital federal.

JUIZ DE FORA ELEGANTE

Gastei uma hora á procura de titulo para este artigo e só pude encontrar como melhor: não o detestavel que está lá em cima. Juiz de Fora é um nome desgraçado para certos usos sociais e jornalisticos.

Antes esta formosa cidade se chamasse ainda Santo Antonio do Parahybuna. Fora mais facilmente adaptavel aos ditos usos: «Parahybuna elegante», «Parahybuna que se diverte», «o high-life parahybunense» etc.

Neste particular Juiz de Fora é irmã do Rio de Janeiro. Que pena terem nomes tão feios e desagraciosos cidades tão lindas e tão importantes!

O remedio agora é conservar. Devo pois explicar que a epigrapha «Juiz de Fora elegante» quer dizer: Juiz de Fora como cidade de elegancia; a vida elegante de Juiz de Fora; a sociedade de escol, a nata, o *crème de la crème*, a flor, o beijinho de Juiz de Fora.

Penso que os leitores d'este jornal, — já muito numerosos quantanto elle acabe apenas de nascer. — sabem já que em adro esta cidade, que a escolho sempre para os meus veraneios e villegiaturas e que por ella daria não digo todo o meu sangue, que aliás não é muito, porque este é da Patria, mas ali um calice d'elle... o que já não é pouco. Pois bem, sendo assim, sou insuspeito para dizer o que von dizer.

Juiz de Fora como cidade elegante, como cidade que saia de vertir-se, viver em sociedade, está ainda muito atrazadinha, benza a Deus... Não fosse o café e a confeitaria Rio de Janeiro e os forasteiros morreriam de tedio por essas ruas erimas, como de frio as sentinellas nas estepes da Russia.

São numerosos os palacetes, numerosas as casas nobres, magnificamente mobiladas e alfaiadas; mas nenhum dos Crisós que as possuem abre os seus salões nunca, para receber, uma vez por semana, ou, sequer, para uma festa annual. Tanto luxo e tanta riqueza são conservados a huis clos para regulo solitario e egoistico dos donos, que se contentam da gloria só de que se saiba que elles possuem e gosam esplendidas casas contendo salões artisticamente ornados, ricamente mobiladas e... desertos.

Ninguém recebe, ninguém dá festas. As unicas manifestações da vida social e intelligente da cidade é ir á missa, ás novenas, ás festas sacras e ir á confeitaria. Há de confessar os proprios juizloforenses que é muito pouco.

Quando ha, por acaso, um concerto vocal ou instrumental, ou vocal e instrumental, como os que aqui deram H. Braga e Nascimento, varios musicos da *troupe* da Ismenia e nestes ultimos dias D. Esther de Freitas Reis e seu irmão, o theatro fica quasi inteiramente vazio, tão vazio que os poucos que lá vão enverganhados de lá terem ido, como se estivessem praticando uma acção feia e reprovavel.

Entretanto, esta sociedade é fina, é culta, passa os invernos no Rio de Janeiro, frequentando a rua do Ovidor na hora da moda, assignando o Lyrico, indo ás corridas etc, veste-se bem, com gosto e apuro, sabe conversar, sabe rir, sabe recheitar... Mas na sua terra não conversa, não ri, não recebe. Porque?

Esta cidade tem todas as condições e requisitos para ser uma

grande e bellissima cidade moderna, menos um, por enquanto, e esse importantissimo: — a sociabilidade. Neste particular, (perdo-me, querida amiga!) está ainda bem matutinha, apesar de suas fabricas, de sua industria, de seu commercio, de seus palacios, de suas chacharas, de suas grandes e largas ruas, de sua luz electrica, de suas escolas, de seus bondes, de tudo quanto lhe imprime um cunho forte de civilização e progresso.

Ora contra isto é que precisa reagir a mocidade fina da terra. Que declare guerra de morte ao macambuzismo, á busca em familia, ao deitar com as gallinhas. A ella é que compete forçar as portas d'esses palacios, que parecem orientes pelo seu mysterio, e illuminar-os, encher os de luzes, de flores, de musica, de vida. E' uma bella propaganda e indispensavel a que aconselho á mocidade de ambos os sexos do Juiz de Fora... elegante.

Para acabar por musica estas linhas insipidas, vou fechalas com um soneto, que tem tambem a sua historiazinha. Achei-o no domingo, 28 de abril, em papel cor de rosa, dobrado em quarto e cheirando a *muguet des bois*, no *foyer* do theatro Novelli.

Tinha por titulo duas iniciaes e por assignatura duas iniciaes tambem.

Direi, para não ser completamente indiscreto nem inteiramente discreto, que a primeira das iniciaes do titulo é uma das sete primeiras letras do alphabeto e a segunda uma das tres primeiras. — Quantas das assignaturas... não direi nada. Não quero levar tão longe o meu direito ao preciso achado.

Apenas felicito a feliz senhora que despertou no poeta, a par de uma paixão tão vehemente, uma veia lyrica tão limpida e cantante.

Eis a chave de ouro que o acaso me offereceu este artigo de chumbo:

Publico hontem, finalmente, apresentado No theatro, (Oh! snachismo curado!) Tremulo, os dedos lige apertou, eundo Ao esplendor da sua formosura.

Num grupo conversavam: ao lado Sentense, em fria e placida postura. Nada me disse, aliava. Acorrentado Sentime, entanto, aquella creatura.

Sin, de seus olhos claros e impudicos, De seus furtivos e bellos revoltos, De sua bocca angelica e infernal

Senti o juço. Oh! que ella saia um dia, Essa mulher maravilhosa e fria, Quanto me foi o seu olhar fatal!

MARASCHINO

Reappareceu hontem o nosso collega O Pharol, que havia suspendido temporariamente a sua publicação.

ZUM-ZUM

Fui ao *Enferm*, o outro dia, Vero o Grande Panoramia «Da revolta na bahia «Do Rio — o annuncio o proclamar

Pois, senhores, é *medonho* Aquillo... Eu, logo na entrada, Vi dois canhões, que supponho Serem dos de *uma revolta*...

E, da revolta *catipura* Lembrando os dias sombrios, Ah! quasi um quarto d'hora. Fiquei, sempre a ver navios...

PERNILEGO

espaço, viabilizada pela construção civil, *corporifica* e localiza as relações de dominação.

Tomo como referencial teórico dessa dissertação o conjunto de trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa MOM – Morar de Outras Maneiras – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde sua fundação em 2004, o grupo, do qual faço parte, tem se dedicado à realização de estudos críticos sobre a produção do espaço cotidiano, não extraordinário, na contramão dos padrões formais tradicionais do campo arquitetônico. Partindo da premissa central de que nenhuma arquitetura pode ser compreendida genericamente ‘em si mesma’, ou seja, desconsiderando as relações histórico-sociais específicas que permeiam todo e qualquer espaço construído, um dos principais objetivos do grupo MOM tem sido elucidar “contradições nos processos de produção e uso do espaço, e apontar possibilidades de transformação desses processos”.¹²

A presente dissertação se localiza nessa perspectiva teórico crítica de investigação. Em vez de considerar determinado objeto arquitetônico – ou conjunto de objetos – como ponto de partida para a pesquisa, meu objetivo central foi investigar as contradições intrínsecas aos *processos históricos de produção do espaço ordinário da cidade de Juiz de Fora*. Assim, nesse trabalho, considero “por arquitetura todo espaço modificado pelo trabalho humano” sem uma distinção preliminar entre arquitetura e construção, e não apenas o recorte de obras produzidas por arquitetos especializados como é usual em estudos da área.¹³

Além de usada, a arquitetura é construída, conservada, destruída. Tal processo depende das forças produtivas de que uma sociedade dispõe (trabalho e conhecimento técnico), dos seus meios de produção (recursos naturais e instrumentos) e das relações a que tais forças e meios estão submetidos (regime de trabalho e propriedade). Assim como as pirâmides egípcias são inseparáveis de um contexto teológico, elas são inseparáveis do conhecimento de geometria e do trabalho escravo.¹⁴

¹² KAPP, Por que teoria crítica da arquitetura?..., 2005, p. 123.

¹³ Ibidem, p. 116.

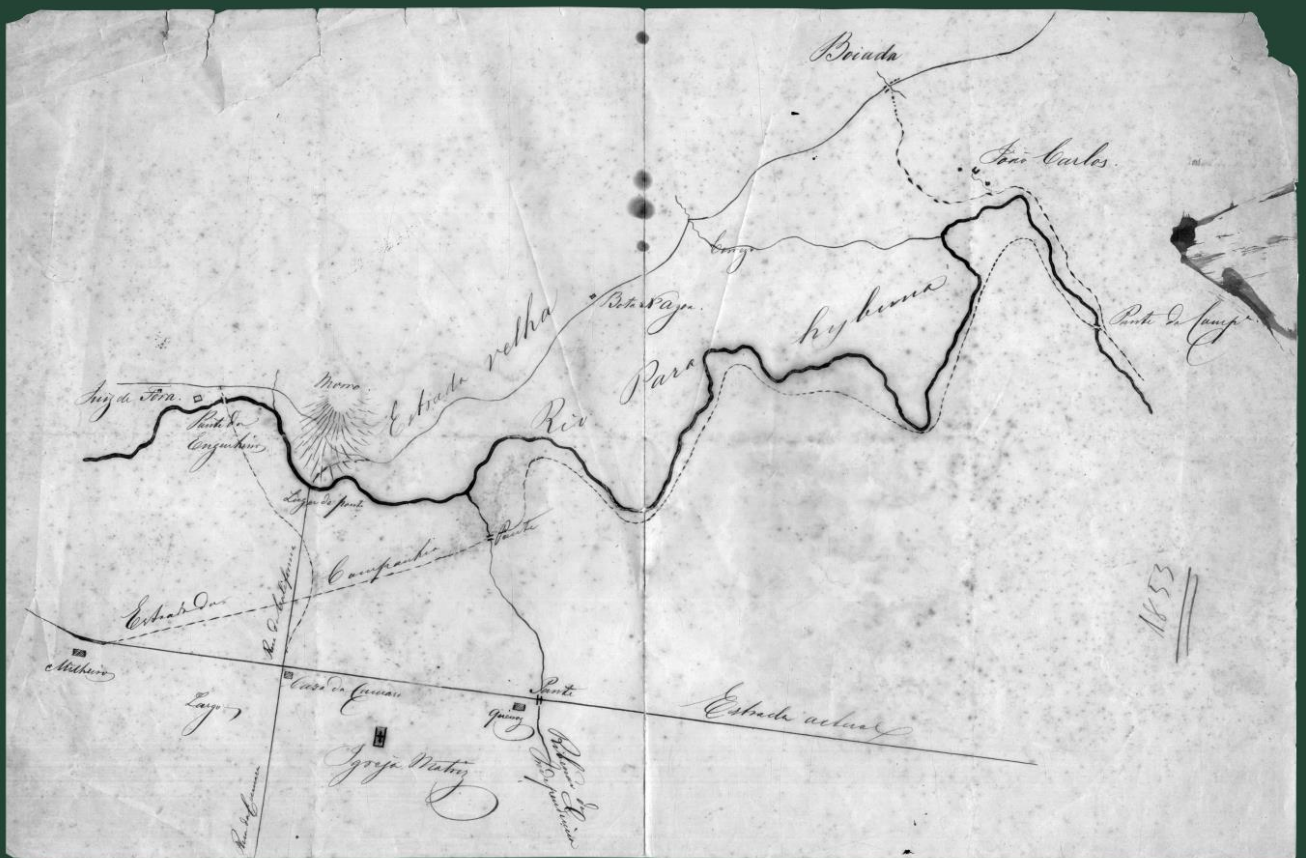
¹⁴ Ibidem, pp. 118–119.

Figura 2 (p. 18): DIÁRIO DA TARDE, 3 de Maio de 1894, p. 1. Desde o final do século XIX, Juiz de Fora é retratada em publicações locais como uma cidade próspera e moderna. Fonte: BLOG MAURÍCIO RESGATANDO O PASSADO [Link].

A pesquisa que deu origem a esta dissertação se concentrou especialmente na dinâmica das relações e conflitos que se estabeleceram em torno do chamado Plano Howyan — o plano de “saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora”, um dos problemas administrativos mais discutidos na cidade em toda a sua história. Howyan, um engenheiro egresso da École Nationale des Ponts et Chaussées em Paris, se instalou em Juiz de Fora no início da década de 1890, onde elaboraria um plano de saneamento para a cidade. Protegido de Francisco Bernardino, o então líder do município, Howyan tornou-se o Diretor de Obras municipais entre 1892 e 1894, executando parte de seu projeto original.

Ainda que esse plano não seja completamente desconhecido da historiografia, meu objetivo principal nesse trabalho foi lançar uma nova visão sobre o assunto. As atividades referentes ao Plano Howyan se dão entre os anos de 1891 e 1895, poucos anos depois da Proclamação da República e da abolição da escravidão. Nesse mesmo momento, o governo de Minas Gerais estudava a transferência da antiga capital — Ouro Preto — para uma localidade a ser estudada, e Juiz de Fora, uma das alternativas, foi logo eliminada do páreo. Defendo que não é coincidência que o discurso de cidade vanguardista e moderna tenha se fortalecido justamente nesse período crítico para a história da cidade.

Uma das minhas principais fontes de pesquisa foi a mesma de Paulino de Oliveira: o Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora. Entretanto, meu propósito era bastante diferente: em vez de simplesmente reproduzir a narrativa oficial, meu objetivo principal foi costurar outra narrativa a partir da análise crítica de documentos e relatos históricos, procurando evidenciar contradições no processo de produção do espaço. Construir outra narrativa por meio de suportes oficiais, como mencionei antes, é certamente uma tarefa paradoxal. Parto do princípio que toda construção narrativa, inclusive esse trabalho, por ser uma abstração dos acontecimentos, possui certo grau de subjetividade que nunca é capaz de encerrar completamente o assunto.



No Arquivo Histórico de Juiz de Fora, encontrei uma série de documentos relativos à Diretoria de Obras Públicas — uma antiga repartição pública da Câmara Municipal — que compreendia os anos de 1890 a 1930, e em parte nunca tinham sido pesquisados. As aproximadamente 7.400 folhas de documentos aos quais tive acesso estavam distribuídas em seis caixas, que, por sua vez, subdividiam-se em compilados menores. Depois de fotografar todos os documentos em alta resolução, procedi ao exame principal do conteúdo das quatro primeiras caixas, que estavam mais diretamente ligadas ao Plano Howyan. As caixas um a três compreendiam dezesseis pastas de arquivos, sendo que na número quatro não havia divisão interna. A pasta número treze, que deveria estar na caixa três, estava faltando. Encontrei todo tipo de material nas caixas: ofícios, cartas, notas fiscais, tabela, manuscritos, petições, relatórios, contratos... Muitos documentos são de caráter burocrático, tratando de assuntos referentes ao funcionamento interno do gabinete.

Encontrei pouquíssimos documentos referentes aos canteiros das obras e trabalhadores da construção nos anos que compreenderam o Plano Howyan, o que pode ser explicado, em parte, pela natureza do trabalho: a execução de obras públicas no período, assim como hoje, se dava por intermédio de empreiteiros ou construtores que se responsabilizavam tanto pela realização dos serviços quanto pela arregimentação dos trabalhadores. Faz sentido que esses registros fossem guardados — se é que foram guardados — nessas empresas particulares, e não no Arquivo.

As 64 páginas do manuscrito original do Plano Howyan de 1893, escritas em francês pelo engenheiro que emprestou o nome a empreitada, encontra-se no Arquivo, na primeira pasta da caixa um. Esse material foi traduzido e publicado como livro em 2004 por iniciativa conjunta da Companhia de Saneamento de Água de Juiz de Fora (CESAMA), e da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), o órgão responsável pela política cultural do município. Na introdução a essa tradução, o então prefeito de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado, explica a finalidade da publicação no usual tom eufemístico em que a história oficial é contada. É recorrente a negação de quaisquer ligações a um passado colonial.

Reverenciar G. Howyan, reeditando seu Plano de Saneamento e Expansão da Cidade de Juiz de Fora, em livro bilíngue, implica em externar nosso reco-

nhecimento à sua contribuição e delegar ao leitor o julgamento sobre a eficiência de suas ideias, que, se aplicadas naquela ocasião, talvez pudessem ter mudado o traçado dessa urbe mineira não colonial a quem podemos nos referir, ao analisarmos o século XIX, como relevante núcleo industrial.¹⁵

O Plano Howyan compreendia, originalmente, além do memorial justificativo para o projeto, desenhos detalhados de projeto indicando onde e como essas obras se dariam. O engenheiro também elaborou um projeto específico para o abastecimento de água da cidade de Juiz de Fora. Grande parte do material relativo aos desenhos de projeto se perdeu há muito tempo: já em 1949, Paulino de Oliveira relatou que as plantas haviam desaparecido do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Uma das fontes de informação mais promissoras que encontrei no Arquivo é o chamado “caderno copiador do Diretor de Obras”, um compilado de cópias de ofícios enviados por Howyan durante o período em que trabalhou para a Câmara Municipal da cidade. Infelizmente, os documentos estão em péssimo estado, sendo praticamente impossível realizar a leitura do material sem que antes seja restaurado.¹⁶

Além do material que consultei no Arquivo Histórico, outras fontes documentais primárias foram essenciais para montar a linha de raciocínio que desenvolvo no trabalho. Os jornais, em especial, foram fontes de informação riquíssimas, visto que os impressos da época comunicavam de tudo — desde atas de sessões da Câmara Municipal até cartas pessoais. Realizei essas consultas digitalmente por meio dos sites do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, que reúnem uma imensa coleção de publicações antigas gratuitamente. No acervo digital da Biblioteca Nacional da França, da mesma forma, encontrei um material documental que elucida alguns aspectos da trajetória do engenheiro Howyan.

Este trabalho é dividido em sete capítulos. Nos três primeiros, além de introduzir a problemática do trabalho, discorro sobre determinados processos que precedem o Plano Howyan e que são necessários pra fundamentar o entendimento dos capítulos seguintes.

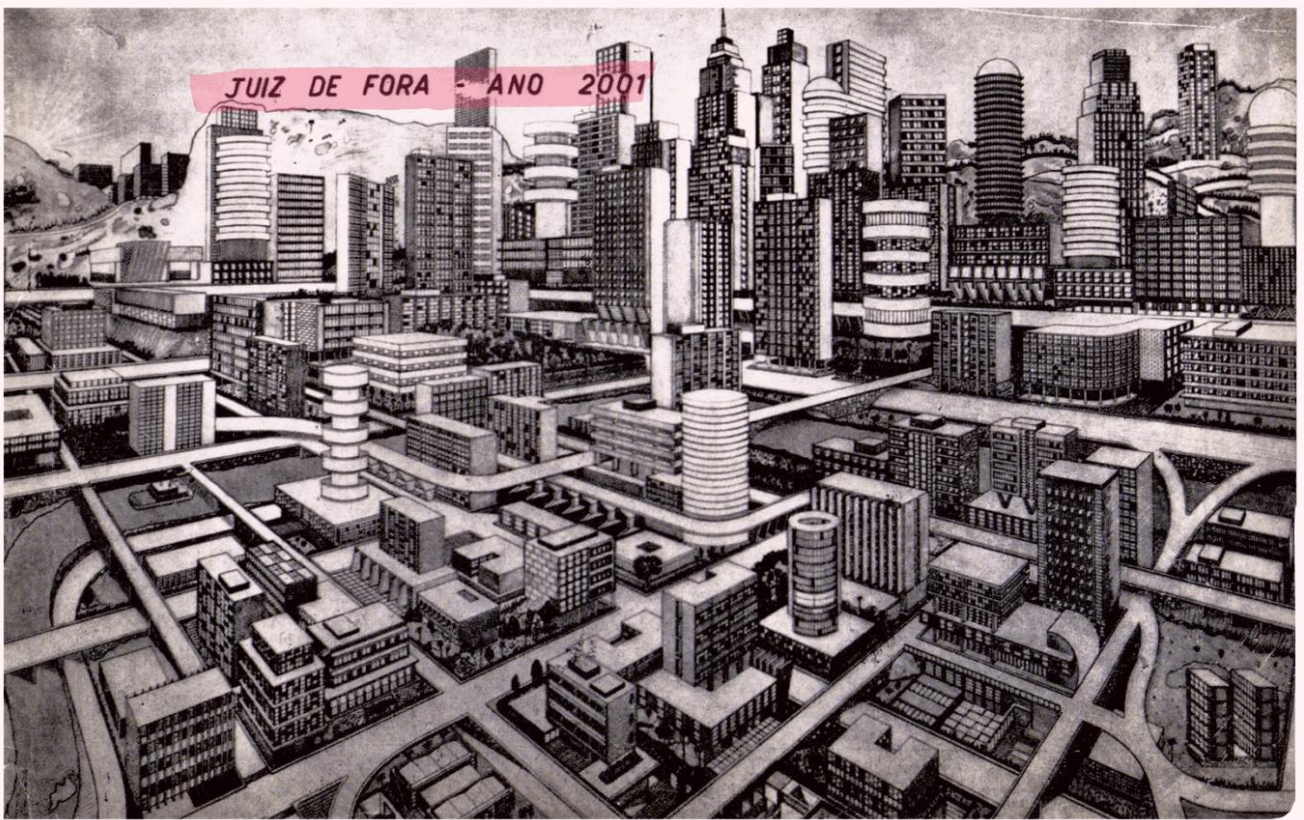
¹⁵ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, pp. 7-9.

¹⁶ AHJF, *Caderno Copiador do Diretor de Obras Howyan*, 1893-1894.

No capítulo 2, “Mito da Industrialização”, defendo que no período referente ao que teria sido a tal industrialização da cidade de Juiz de Fora, o discurso do progresso industrial era mais forte do que a atividade em si. Afirmando nesse capítulo que a ideia de cidade industrializada, de *Manchester Mineira*, é uma distorção que consegue suprimir, com bastante eficácia, o passado violento de Juiz de Fora como uma das maiores cidades escravocratas do Brasil. Nesse sentido, os latifundiários do café, os principais financiadores de obras públicas durante o Império e Primeira República, se valeram da escravidão de diversas maneiras na construção civil. Falo disso no capítulo 3, “Canteiros de Modernização e Escravidão”. Nessa parte do trabalho, para tentar entender como se davam as relações de trabalho em obras públicas em Juiz de Fora (e no Brasil), investiguei o processo de construção da chamada Estrada União e Indústria, inaugurada em 1861. Escolhi falar dessa obra por ser um empreendimento relativamente bem documentado, e que justamente por isso fornece muitas pistas de como se dava o trabalho em canteiro de obras no período do Império.

A partir do quarto capítulo, passo a tratar diretamente do Plano Howyan. No capítulo 4, “A cidade e o engenheiro em 1890”, falo das circunstâncias que envolveram a vinda de Howyan para Juiz de Fora e do fortalecimento do discurso higienista após a instauração da República. Em seguida, no capítulo 5 “Plano Howyan”, abordo principalmente a parte técnica do projeto do engenheiro, para então no capítulo 6 “Negociatas e embates” discutir as várias polêmicas que envolveram a execução das obras. Por último, no capítulo 7 “Dissolução, repercussões, e o fim”, falo da derrocada da empreitada em 1895, e traço um panorama geral do que isso representou para a cidade, no fim das contas. Como conclusão, do trabalho e do capítulo, defendo que o Plano Howyan teve mais a ver com a velha dinâmica de poder local do que com uma suposta preocupação das autoridades locais em melhorar as condições de vida da população juiz-forana. Aparentemente, a passagem do Império para a República não transformou significativamente as relações de trabalho na construção civil, visto que o mercado de obras públicas continuou a ser sustentado pelos mesmos grupos de sempre.¹⁷

Figura 4 (p. 25): Ilustração publicada em jornais e revistas na década de 1970 ficcionalizando como seria o futuro de Juiz de Fora em 2001. A ideia de modernidade e progresso é recorrente em publicações mais recentes. Fonte: BLOG MAURÍCIO RESGATANDO O PASSADO, [Link].



2 Mito da industrialização

A história tradicional da cidade de Juiz de Fora gira em torno de certos mitos fundadores, protagonizados, quase sempre, por personagens associados a instituições oficiais. Esses momentos chave, recontados exaustivamente ao longo do tempo, são justamente os que se relacionam com a ideia de modernização e progresso. Muitos desses indivíduos prestigiados entraram para história como visionários que agiram em prol do desenvolvimento da cidade.

Segundo esse esquema, a história da cidade começa no século XVIII, com a construção da estrada do Caminho Novo por um indivíduo chamado Garcia Rodrigues Paes. Concluindo a empreitada em 1709, o responsável por abrir o trajeto teria recebido, como agradecimento pelos serviços prestados, uma pensão real e sesmarias ao longo da estrada para ele e seus filhos.¹⁸ Algum tempo depois, seria construída nas margens do Caminho a fazenda do Juiz de Fora, que provavelmente recebeu esse nome em decorrência do emprego de seu proprietário original: os ‘juizes de fora’, durante o período colonial, eram magistrados nomeados pelo rei para atuar em lugares onde não havia juizes.¹⁹ Quando de passagem pela região em 1816, o naturalista francês Saint-Hilaire visitou essa fazenda, sem dar pistas de quem seria o tal indivíduo — ao que parece, ele não morava mais lá na ocasião de sua visita. Até hoje, não se sabe ao certo quem foi esse misterioso personagem.²⁰

Em 1836, o engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, então engenheiro da província de Minas, se encarregaria da construção da Estrada do Parai-buna, uma estrada que iria de Ouro Preto ao Rio de Janeiro. Formado na Bergakademie (Escola de ciências da mineração) na cidade de Clausthal-Zellerfeld, veio para o Brasil em 1825 e instalou-se em Minas Gerais, até ser contratado em 1836 como engenheiro-chefe pelo governo provincial. Em 1839, o engenheiro alemão se naturalizaria brasileiro, passando a ser conhecido como Henrique Halfeld.²¹ É nas

¹⁸ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, pp. 9–16.

¹⁹ ALMEIDA, *Código Philippino*, livro 1, tit. 65, [1603] 1870, p. 134.

²⁰ SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, [1830] 1938, p. 98.

²¹ Esta via, a primeira da cidade, é hoje a Avenida Rio Branco.

margens da Estrada do Paraibuna que se forma o arraial de Santo Antônio do Paraibuna, o povoado que daria origem à cidade. Em 1850, o arraial é elevado à categoria de vila, passando a se chamar Villa de Santo Antônio do Parahybuna; depois, em 1856, recebeu o título de Cidade do Parahybuna; até que finalmente, em 1865, a cidade mudou de nome para Juiz de Fora, em homenagem ao ilustre desconhecido.

Na segunda metade do século XIX, o município de Juiz de Fora, que além da cidade compreendia outros oito distritos, foi o principal produtor de café da Zona da Mata. Até a sanção da Lei Áurea, Juiz de Fora tinha a maior concentração de escravizados de Minas Gerais, configurando um dos maiores municípios escravagistas do Brasil. Em 1881, Juiz de Fora aparecia como o município com maior quantidade de escravizados da província (21.582 indivíduos), seguido por Leopoldina (16.167) e Mar de Espanha (12.989), sendo os três municípios, naquele ano, responsáveis por 17% da população escrava da província.²²

Como demonstra Cláudio Heleno Machado, a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico de escravizados da África para o Brasil, não se traduziu na diminuição do número de cativos em relação à população total dos municípios cafeeiros da Zona da Mata; muito pelo contrário, esse número cresceu. Segundo o autor, para que a estrutura de trabalho escravo no país pudesse ser mantida mesmo com a interrupção do tráfico internacional, foi preciso reorganizar essa mão de obra, o que se deu principalmente por meio de uma rede de tráfico nacional. Minas Gerais, apesar de estar atrás de São Paulo e Rio de Janeiro em termos de produção de café, contava com uma disponibilidade interna de escravizados maior do que a dessas províncias.²³ Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, “constituía-se num importante entreposto comercial da mercadoria escrava. Tal situação configurava-se fosse pelo município ser a residência de traficantes, fosse pela cidade de Juiz de Fora ser a sede de companhias ou firmas comerciais dedicadas à negociação com a mercadoria escrava”.²⁴

²² MACHADO, Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora..., 1999, p. 3. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentou nesses locais (CARRARA, *Estruturas agrárias e capitalismo*, 1999, p. 23).

²³ Em 1883, havia em Minas Gerais um total de 311.666 escravizados; no Rio de Janeiro, 268.831; e em São Paulo, 173.761 (MACHADO, op. cit., p. 3).

²⁴ MACHADO, Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora..., 1999, p. 7.

As transações de pessoas escravizadas em âmbito nacional eram multifacetadas, envolvendo comerciantes itinerantes e traficantes de diversas localidades. Juiz de Fora, por sua posição privilegiada entre o interior de Minas e o Rio de Janeiro, estava numa situação estratégica para a articulação do tráfico entre as províncias, o que reforça o indício de que o fornecimento de mão de obra para a região cafeeira de Minas Gerais estava fortemente vinculado a esse mercado ilegal de cativos. Nem mesmo a promulgação das leis de 1872 que proibiam o tráfico entre as províncias foi suficiente para impedir essa atividade na cidade. Pelo contrário: no principal município cafeeiro da Zona da Mata, mesmo com as interdições, a população escrava aumentou em escala considerável.²⁵ Para se ter uma ideia, entre os anos de 1876 e 1886 o contingente escravo cresceu 46,14%: essa população saltou de 14.368 para 20.905 indivíduos.²⁶

O aumento do tráfico de pessoas escravizadas, tanto dentro de Minas Gerais (tráfico intraprovincial) quanto entre províncias (tráfico interprovincial), pode ser interpretado como manifestação da rearticulação do sistema escravista em resposta à proibição completa do comércio de escravizados. Ao que isso indica, a composição da mão de obra empregada nas atividades rurais em Juiz de Fora foi mais complexa do que se suporia tomando por chave de leitura o que aconteceu, por exemplo, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Nessas cidades, as leis que proibiram o tráfico de fato dificultaram a continuidade da exploração da mão de obra escrava, ocasionando a incorporação de um novo grupo — os imigrantes —, para suprir a demanda por trabalhadores. Já na Zona da Mata, em decorrência das circunstâncias particulares da região, não foi necessário incorporar imigrantes em peso na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado: sempre houve meios à disposição dos fazendeiros para garantir a disponibilidade

²⁵ CARRARA, *Estruturas agrárias e capitalismo*, 1999, p. 23.

²⁶ MACHADO, op. cit., pp. 4-5.

Figura 5 (p. 29): O PHAROL, 12 de Outubro de 1876, p. 3. Anúncios de venda de sítios incluindo os escravizados que viviam nas propriedades.

Antonio José Teixeira. . . 243
José Joaquim da Silva. . . 237
Liberães
Bernardo M. Halfeld. . . 187
Francisco de Assis Pinto . . 187
Custodio Tristão. . . 174
Manoel Candido Nascimento
Brito. . . 149

Jury. — Encerrou-se no dia 10 deste mez a 2ª sessão ordinaria deste tribunal do corrente anno.

O tribunal foi presidido pelo Dr. Joaquim Barbosa Lima, juiz de direito da comarca; occupou a cadeira da promotoria o Dr. José Ayres do Nascimento, servindo como escrivão o capitão Fortes, sendo submettidos á julgamento os seguintes processos:

Dia 7. — Autora a justiça, réo Basílio, escravo do Dr. Francisco de Paula Lasaro Gonçalves, accusado no art. 193 do cod. crim. por crime de homicidio; defendido pelo advogado Herculano Augusto Gomes de Souza, foi condemnado á 300 açoites e a trazer ferro no pé pelo espaço de 6 meses.

Dia 8. — Autora a justiça, réo João Pedro Nolasco, accusado no art. 219 do mesmo código, por crime de roubo; defendido pelo cidadão Francisco de Assis Mendes Ribeiro, foi condemnado á 8 annos de galés e a multa de 20 por cento do valor roubado, appealando o réo da sentença.

Dia 10. — Autora a justiça, réos ausentes João Domingues da Silva, Mariano de tal, cunhado deste; Manoel Albano da Rosa, Joaquim da Silva e Francellino Branco, accusados no art. 286 combinado com o art. 285 do citado código, por ajuntamento illicito, — praticado por mais de uma vez; condemnados os 2 primeiros á 310\$000 de multa, cada um, e os outros á 200\$000, cada um.

Gafanhotos. — Por aqui passou no dia 9 uma immensa nuvem de gafanhotos. Causaram alguns estragos em diversas plantações.

EDITAES

Edital

O Dr. Joaquim Barbosa Lima, cavalleiro da ordem da Rosa, juiz de direito da comarca do Parahybuna, presidente da junta revisora que tem de apurar os alistamentos parochiaes; Faz saber aos que o presente edital lerem, que no dia 10 de novembro do corrente anno se ha de instalar em uma das salas da Camara Municipal, a junta revisora, a qual trabalhará em dias consecutivos, salvo o domingo, em sessões publicas, e por tempo nunca menor de trinta dias.

Que ella tem de apurar os alistamentos das parochias de Santo Antonio do Parahybuna, Chapéo de Uvas, São Pedro de Alcantara, São Francisco de Paula, São José do Rio Preto, Santo Antonio da Olaria, Nosso Senhor dos Passos do Rio Preto, Santa Rita da Jacutinga, e Santa Barbara do Monte Verde, dos cidadãos para o serviço do exercito e armamento, e a apuração tem, em tempo de guerra, de decidir todas as reclamações dos interessados, que forem apresentadas dentro dos primeiros quinze dias depois da instalação.

Que elle que chegue ao conhecimento de todos os interessados manifestar o presente edital que será affixado na porta da Camara Municipal e na imprensa.

Assim tambem terá lugar no mesmo dia acima a audiéncia especial para abertura de propostas, na forma da lei, para serem arrematadas as

Edital

O alferes Francisco de Paula Campos, presidente da mesa parochial da cidade do Juiz de Fóra, faz saber aos que o presente edital virem, ou della noticia tiverem, que são eleitores da parochia de Santo Antonio do Parahybuna os cidadãos abaixo mencionados:

1 Dr. João Nogueira Peuido	votos
2 Dr. Marcellino de Assis Tostes	370
3 Tenente coronel Manoel Vidal Barbosa Lage	378
4 Dr. Joaquim Barbosa Lima	369
5 Coronel José Joaquim Monteiro da Silva	368
6 Pedro José Henriques	365
7 Dr. Avelino Milagres	363
8 Balbino de Magalhães Gomes	362
9 Geraldo Augusto de Resende	361
10 Manoel Honorio de Campos	360
11 Dr. José Ayres do Nascimento	360
12 Carlos José Pereira	360
13 Vigário Tiago Mendes Ribeiro	360
14 Manoel José Pereira da Silva	358
15 José Augusto de Resende	357
16 Dr. Justino Ferreira Carneiro	357
17 Pedro Monteiro de Souza	357
18 Jovelino Barbosa	356
19 Dr. Felisberto Soares de Gouveia Horta	355
20 Dr. Gustavo Xavier da Silva Capanema	354
21 Alferes Francisco de Paula Campos	354
22 Dr. Agostinho Corrêa	354
23 José Cesar de Miranda Lima	353
24 Francisco Hilario Maciel	353
25 Agostinho Fortunato Monteiro da Silva	353
26 João Baptista de Assis	353
27 Carlos José Duarte	352
28 David Rodrigues de Queiroz	350
29 Coronel José Caetano Rodrigues Horta	349
30 Bernardo Justiniano da Rocha	349
31 Alferes Henrique Xavier da Lima	349
32 Cesarino Dias Tostes	348
33 Antonio Francisco de Moraes	348
34 Herculano Pinto da Silva	348
35 Tenente coronel Antonio Caetano de Oliveira Horta	347
36 Francisco Garcia Monteiro Brêtas	343

E para constar mandou passar o presente edital que será affixado nos lugares do costume e publicado pela imprensa. Consistorio da igreja matriz da parochia de Santo Antonio do Parahybuna aos 9 de outubro de 1876. E eu Henrique Xavier de Lima secretario da mesa parochial o escrevi. — Francisco de Paula Campos.

Juiz de Fóra

Escrepto de praça

Não tendo sido arrematados os bens pertencentes aos orphãos filhos da finada D. Reinalda Belmiro do Sacramento, designou o Dr. juiz de orphãos o dia 14 do corrente mez para ter lugar a praça dos mesmos bens, cujos bens são os seguintes:

2 caixas frascadeiras, por 2\$; 3 panelas de ferro, 1\$500; 1 dita, por 1\$640; 1 dita, 12:.

Assim tambem terá lugar no mesmo dia acima a audiéncia especial para abertura de propostas, na forma da lei, para serem arrematadas as

partes que os orphãos têm na escravidão Rita, preta, 40 annos, viuva, africana, avaliada em 300\$, pertencendo aos orphãos a quantia de 174\$810, que será recolhida ao cofre e 60\$ para pagamentos de cu-tas.

Bens estes que serão vistos até o dia 12 em casa de José Lucas Linhares, e nos dias 13 e 14 na casa do depositario publico desta cidade Henrique Xavier de Lima; cuja praça terá lugar na casa da camara municipal desta cidade, depois da audiéncia.

Juiz de Fóra, 10 de outubro de 1876.

O escrivão de orphãos. — José Augusto Loureiro.

ANNUNCIOS



PEREIRA & COSTA

COM OFFICINA DE MARMORE

encarregão-se de fazer todo trabalho, pertencente a sua arte; ou de mandar vir de fóra, da Corte ou da Italia assim como já se mandou vir o monumento de D. Francisca Angelica de Moura, que está no cemiterio do Juiz de Fóra, e esperamos breve um sortimento de marmore em bruto e trabalhos já feitos, e desenhos de diversos trabalhos para quem quizer escolher;

JUIZ DE FORA

RUA DO IMPERADOR

Lehrling Gesuch

Ein Knabe, (deutscher) von 12-15 Jahren welcher Lust hat die Buchbinderei zu erlernen wird gesucht in der Buchdruckerei des Pharol.

THEATRO PERSEVERANÇA

ULTIMAS FUNCÇÕES DA COMPANHIA

Grande recita extraordinária em beneficio

Dedicada ás Exmas. senhoras d'esta cidade

DOMINGO 15 DE OUTUBRO

O espectáculo será composto das mais lindas peças do repertorio da companhia. Entra em scena a festejada prima dona JOSEFA GARCIA

O beneficiado espera merecer auxilio e protecção deste hospitaleiro publico, antecipando sua eterna gratidão a todos que assistirem a esta funcção de graças,

VENDE-SE

Um sitio com boa plantação de café, escravos, boa casa de vivenda, moinho, paiol e mais outros utensilios; quem precisar vêr ou tratar pode dirigir-se a Ricardo Francisco de Oliveira Rocha em S. João Nepomuceno. (3 v.)

VENDE-SE

No Piaú um bom sitio de café, distante da estação de S. Vicente, tendo 47 alqueires de terra de primeira qualidade, cafezais de 9 annos de idade para baixo, para se colher mais de mil arrobas de café, tendo pequena casa de morada, moinho, mojolo, pasto, etc., um magnifico terreiro de café com casa começada, aguada a melhor que se pôde desejar em quantidade e altura. Vende-se tambem todos os mantimentos existentes, com alguns escravos ou sem elles.

Sele Cachoeiras, 10 de setembro de 1876.

Joaquim Dias Bicalho.

BOTA DOURADA

Em frente ao Collegio de N. Senhora da Conceição

Grande e completo sortimento de calçado fresco e artigos para viagens. No que respeita a calçado é immensa a variedade tanto para homens como senhoras e mui principalmente para meninas e meninos.

77 — RUA DIREITA — 77

SERRADORES

Precisa-se de serradores para um serviço grande. Paga-se bons jornaes. Para informações no Hotel dos Bambús em Juiz de Fóra com o Sr. Francisco Hilario Maciel, e para tratar nos Tabuões com Ayres da Silva Rosas. (3 v.)

constante de mão de obra local. Em outras palavras, a mão de obra imigrante nunca chegou a constituir a principal modalidade de trabalho para a região.²⁷

Tampouco a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, desestruturou decisivamente a organização de trabalho vigente na região: a produção cafeeira nos anos de 1888 e 1889 foi ascendente, sinalizando que os fazendeiros reagiram satisfatoriamente ao novo arranjo.²⁸ Até a última hora da Abolição, a maioria dos cafeicultores da região sul da Zona da Mata (Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina) contava com mão de obra escrava,²⁹ ou seja, a transição do trabalho escravo para o assalariado não ocorreu gradualmente, como aconteceu na maior parte do país.

Ainda sobre a instituição da mão de obra livre e assalariada no Brasil, João Sette Whitaker Ferreira assinala que esse processo estava mais ligado aos interesses do capital internacional do que a quaisquer ideais: “A expansão comercial imposta pela Revolução Industrial fez com que aumentasse o interesse dos ingleses sobre o comércio brasileiro, e as pressões para impedir qualquer restrição a seus produtos e garantir o aumento do mercado, o que incluía também o fim da mão de obra escrava e a implantação do assalariamento”.³⁰

Em conjunto com a Lei de Terras de 1850, que estabelece e organiza a propriedade privada de terras no Brasil, isso consolidou a divisão da sociedade em dois grupos: os proprietários fundiários e os outros, incapazes de obter títulos de propriedade da terra. Portanto, não é por acaso que a Lei de Terras foi promulgada pouquíssimo tempo depois da proibição do tráfico: se antes a riqueza das elites rurais era medida pela quantidade de cativos que possuíam, o indicativo de poder passa a ser a propriedade da terra, convertida em mercadoria.³¹

Em 1856 havia uma imensa concentração fundiária no município de Juiz de Fora: trinta e oito latifundiários possuíam mais de 54% das terras disponíveis. Esses fazendeiros, por meio de relações de assalariamento e propriedade — ou, em outras palavras, uma forte estrutura de controle socioespacial dos trabalhadores — con-

²⁷ SARAIVA, Estrutura de terras e transição do trabalho..., 2002, pp. 6–8.

²⁸ Ibidem, pp. 17–18.

²⁹ CARRARA, Estruturas agrárias e capitalismo, 1999, p. 23.

³⁰ FERREIRA, A cidade para poucos, 2004, p. 2.

³¹ Ibidem, p. 3

seguiram forçar a permanência dos antigos escravizados nas fazendas.³² O aparato institucional e político de regulamentação do acesso à terra, desde o início do processo de consolidação da região, favoreceu a hegemonia política e econômica da parcela mais rica da população local, produzindo uma sistemática segregação social e reproduzindo na cidade a mesma diferenciação social resultante da hegemonia das elites que se verificava nos latifúndios.³³

Um claro exemplo disso está nos Códigos de Posturas de Juiz de Fora de 1853 e 1858, os primeiros marcos legais sobre questões de uso e ocupação do solo na cidade.³⁴ Eles determinaram que, para construir, seria necessário ter a documentação de posse da terra, dominar o aparato técnico formal das leis e do desenho de projeto, e respeitar as diretrizes de conduta. Por exemplo, no Código de 1858, o artigo 52 do capítulo I reza que “é proibida a construção e reconstrução de casas de capim [...]. Multa de 10 a 30 mil-réis; e duplo na reincidência, além da demolição da casa”.³⁵ As classes abastadas conseguiriam respeitar essas normas sem dificuldades, mas para a população mais pobre seria quase impossível cumprir essa interdição da prática construtiva tradicional.

Da mesma forma que o Código de 1858 especifica que o crescimento da cidade deveria se dar “do centro para os lados”,³⁶ ou seja, refreando a ocupação de periferias, o documento entra em detalhes de quais seriam as formas de punição dos escravizados que cometessem alguma infração, incluindo até mesmo tocar, cantar e dançar nos lugares que não fossem delegados a esses fins específicos. Se o escravizado ou seu senhor não pagassem a multa em dinheiro referente à transgressão, a pena seria comutada em açoites em local público, como especificado no artigo 8 do documento.

³² SARAIVA, Estrutura de terras e transição do trabalho..., 2002, p. 12.

³³ COSTA, *O Lugar dos Trabalhadores na Cidade*, 2008, p. 24.

³⁴ O Código de Posturas de 1853 contém duas seções principais: “Saúde Pública” e “Polícia”. Nesta última estão as determinações sobre propriedades, alinhamento e nivelamento das ruas, construção e proibições aos escravizados, ciganos e indígenas. O Código de Posturas de 1858 contém sete “títulos”: I. “disposições geraes”; II. “do alinhamento” / “da limpeza” / “das obras publicas”; III. “da saude publica”; IV. “da segurança pública”; V. “sobre a industria em geral” / “sobre servidões públicas, estradas” / “sobre a venda dos generos” / “sobre o damno e rixas entre pessoas”; VI. “sobre a educação, e socorros aos expostos”; VII. “sobre impostos municipaes”.

³⁵ CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PARAIBUNA, *Posturas...*, [1858] 1860, p. 12.

³⁶ *Ibidem*, p. 10.

É curioso que o artigo 7, justamente o que precede esse detalhamento sistemático de como e onde a punição aos infratores escravizados se daria, diz somente: “Dia é o espaço de vinte e quatro horas”.³⁷ A violência física e simbólica, no documento, é tão natural quanto a duração de um dia, já que as determinações de ambos os artigos tem semelhante peso legal. Efetivamente, a linguagem técnica dos Códigos de Posturas, disfarçada de neutra, demarca clara e violentamente os lugares designados a cada tipo de indivíduo.

A década de 1850 foi determinante, em várias maneiras, para consolidar as bases do que viria a ser produção do espaço no Brasil. Em 1848 — dois anos antes da promulgação da Lei Eusébio de Queirós — ocorreu um expressivo movimento de compra de mercadorias estrangeiras pelos grandes comerciantes do país, o que fica demonstrado pela elevação do montante proveniente da arrecadação de impostos que incidiam sobre a importação. Como não houve crescimento significativo das exportações nesse mesmo período, o autor Angelo Carrara propõe duas explicações para isso: a primeira, que ocorreu um redirecionamento dos capitais até 1850 empregados no tráfico de escravizados para o comércio de importação (o que sinaliza que determinados setores econômicos possivelmente estavam cientes da inevitabilidade do fim do tráfico);³⁸ e a segunda, que houve investimento maciço desse capital em infraestrutura de transporte (relativa a portos, ferrovias, e estradas de rodagem).³⁹

Em outras palavras, grande quantidade de capital que anteriormente a 1850 era empregado no tráfico de escravizados, uma atividade bastante lucrativa, passou a ser aplicada em obras de infraestrutura de transportes, vistas como a atividade econômica mais promissora a partir de então. Não raro, os grandes cafeicultores escravistas tornaram-se sócios desses empreendimentos por serem os mais interessados na melhoria da logística de escoamento da produção de suas fazendas.

³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PARAHYBUNA, *Posturas...*, [1858] 1860, p. 6.

³⁸ Lembrando que o ano de 1848 foi caracterizado por revoluções liberais em toda Europa.

³⁹ CARRARA, *Fiscalidade e formação do Estado brasileiro...*, 2019, pp. 207–208.

Figura 6 (p. 33): CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PARAHYBUNA, *Posturas...*, [1858] 1860. Vários trechos do documento demonstram como a produção do espaço pode ser estrategicamente orientada para a produção de desigualdades.

Art. 7.º Dia é o espaço de vinte e quatro horas.

Art. 8.º Quando o multado fôr escravo, e não tiver meios com que pague a multa, ou seu senhor não a pagar, será commutada em açoutes na proporção seguinte: A multa de 1# a 5# em 25 açoutes; a de 5# a 10# em 50 açoutes; a de 10# a 20# em 75# açoutes; a de 20# a 30# em 100 açoutes; a de 30# a 45# em 150 açoutes; a de 45# a 60# em 200 açoutes. Não se darão mais de 50 açoutes em dias alternados, e em quanto não fôr finalizado o castigo, será o escravo conservado preso.

Art. 9.º Os açoutes são dados na Cadêa, nesta Cidade, e fóra della nos lugares que os Subdelegados designarem.

Art. 39. Nas concessões de terrenos, ou lugares para a construção de casa ou casas, a Camara deverá regular-se de sorte que a Povoação comece do centro para os lados, evitando-se que sejam habitados os arrabaldes, antes de estar o interior occupado, e para que nas ruas, entre um e outro morador não hajão longos espaços.

Art. 40. Quando dois ou mais individuos requererem simultaneamente um mesmo lugar terá preferencia aquelle que por termo obrigar-se a fazer construir casa de sobrado, e entre os que a isto se obrigarem terá preferencia aquelle que na mesma povoação já tiver feito alguma casa semelhante, ou que maior vantagem garantir á formosura do edificio, e á Povoação.

Art. 164. E' contravenção ou infracção:

§ I. Imputar á alguém em publico contravenções, ou defeitos que esponhão ao ridiculo, vexame, ou irrisão, ou suspeita ou má reputação.

§ II. Praticar contra alguém actos que na opição geral se considerão offensivos ou injuriosos.

§ III. Espancar animaes mansos, cortar-lhes as crinas, ou a cauda, ou maltratal-os só por mal fazer.

§ IV. Escrever disticos, ou letreiros nas portas ou paredes em affronta aos donos, ou á alguém, e sujar as mesmas paredes ou portas com immundicias.

Domingo, I de março de 1891

BANCO TERRITORIAL E MERCANTIL DE MINAS 34 RUA DIREITA 34 AGENCIAS

Ouro Preto, rua do Tiradentes, n. 33; S. José d'Além Parahyba, Largo da Matriz; Rio de Janeiro, rua Alfandega n. 7.

Capital do banco..... 2,000:000\$000
Capital realiado..... 1,300:000\$000
Fundo de reserva..... 599:309\$760

OPERAÇÕES DO BANCO

Desconta letras do thesouro e outros papeis de credito.
Empresta dinheiro sob caução de titulos publicos. lança empréstimos por conta de companhias ou empresas

Recebe dinheiro a premio e paga em conta corrente de movimento..... 3 % ao anno
Em letras:
a 3 mezes..... 4 %
de 4 a 6 mezes..... 5 %
a 7 a 12 >..... 6 %
a 13 >..... 7 %

Encarrega-se por conta de terceiros, mediante modica commissão, de cobranças e pagamentos, compra e venda de fundos publicos e outros titulos.

A THESOURA DA AMERICA

SEMPRE NA PONTA!!!



Esta bem montada alfaiataria continúa offerecendo ao respeitavel publico as maiores vantagens de preços sem eguaes em outras quaesquer alfaiatarias.

Pois, é sabido que, pelo grande abatimento nos preços das melhores e modernissimas fazendas, obtidas na transacção realisada pelos seus actuaes proprietarios, não pôde deixar de causar grande admiracão que se possa vender, como se vendem, pelos seguintes e jámais vistos preços:

Ternos, com fraque, por 5\$0 a 65\$000.
com sobre-casaca, por 8\$5 a 90\$000.
com casaca para casamento, 120\$ a 140\$000.
Garante-se a perfeição, elegancia e a urado gosto em qualquer dessas obras, por isso que, achando-se á frente do estabelecimento o socio gerente, pessoa habilitadissima na arte, compromette-se ao bom desempenho de qualquer encomenda ou trabalho que se lhe confiarm.

E só na Thesoura da America á rua Halfeld n. 30 A, que se vê disto!! Mi-rem-se neste espelho!!!

Almeida & Rocha

30 A Rua Halfeld 30 A

COLLEGIO PAES

FUNDADO NA CIDADE DE BARBACENA

Pelas professoras do antigo collegio N. S. da Piedade

ESTADO DE MINAS GERAES

Educação completa da mulher para o elevado encargo da mãe de familia e como collaboradora effcaz da economia domestica

PENSÕES

Internato, por trimestre pago adeantadamente..... 75\$000
Externato, >..... 15\$000
Musica, piano, canto e desenho, por > materia e num trimestre..... 15\$000
O collegio fornecerá, á vontade dos srs. paes ou tutores, os materiaes de escripta, cobrando 3\$000, além da pensão.
Pela lavagem de roupa, se ficar a cargo do estabelecimento, será por este cobrada a quantia de 6\$000.
As alumnas devem ter em Barbacena ou no Rio de Janeiro correspondente idoneo.
Exige-se apenas, a bem da uniformidade, que o enxoval compreenda um vestido de merinó azul, simples, e um chapéo de palha com fita da mesma cor.
Para o JARDIM DA INFANCIA o collegio admittie meninos de 5 a 8 annos, que receberão ensino e cuidados á parte, sob a vigilancia de uma das directoras
Informações a quem as solicitar.

AS DIRECTORAS

Maria F. Paes Barreiros.
Clotilde Ferreira Paes.
Rosa Ferreira Paes.

GRANDE FABRICA DE MOVEIS A VAPOR DE CORREA & COMP.

Manufactores premiados com medalhas de ouro e prata

Grande sortimento de moveis de todas as qualidades e gostos.
Completo sortimento de colchões e colchoaria.

Rua Halfeld 13 e 15 de Novembro 12

JUIZ DE FORA

BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAES

JUIZ DE FORA

DIRECTORES:—Visconde de Monte Mario, barão de Santa Helena e Bernardo Mascarenhas

OPERAÇÕES DO BANCO

Empresta sobre hypotheca de propriedades rurais com amortisação calculada entre 10 e 20 annos; sobre hypotheca de predios urbanos e rurales, a curto praso, com ou sem amortisação.

Recebe dinheiro em conta corrente a 4 % ao anno, precedendo á retirada o aviso previo de 60 dias.

Pela carteira commercial:
Desconta letras e outros papeis de credito; recebe dinheiro a premio em conta corrente e letras a praso; empresta sob caução de titulos publicos; compra e vende por conta de terceiros accões de companhias e outros titulos; lança empréstimos por conta de empresas legalmente organisadas.

Por letras a praso :

TABELLA DO BANCO

3 mezes..... 4 %
4 a 6 mezes..... 5 %
7 a 9 mezes..... 6 %
12 mezes..... 7 %

COLLEGIO S. SALVADOR

NO

Palacete da ex-Escola Agricola
JUIZ DE FORA

Instrucção primaria e secundaria, preparando-se alumnos para as academias da Republica

Pagamentos por trimestres adiantados :

Pensão..... 130\$000
Lavagem de roupa... 18\$000
Materiaes de estudo.. 6\$000

I.—Aos srs. paes que matricularem mais de dois filhos far-se-ha o abatimento de 50 % na pensão dos que se seguirem ao segundo.

II.—O alumno que se matricular durante um trimestre qualquer ficará desobrigado do pagamento do tempo desse trimestre, em que não frequentar o collegio.

O DIRECTOR

Luiz Arthur Detsi.

HOTEL DO COMMERCIO

DE

JORGE BAPTISTA

Aos srs. fazendeiros e ás exmas. familias que frequentam esta cidade recommenda-se este mais antigo hotel de Juiz de Fora.
Fornece tambem comedorias para casas de familias e commerciaes,

JUIZ DE FORA

9 RUA DO ESPIRITO SANTO 9
JUNTO AO THEATRO

Não é coincidência que tenham-se inaugurado, em 1852, a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro, e em 1854, a primeira linha de estradas de ferro do país — 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Frágoso. Mais outros empreendimentos foram levados a efeito, como a construção da Estrada União e Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis, iniciada em 1856, com capital privado. Ademais, nos anos imediatamente posteriores à lei Eusébio de Queirós os investimentos diretos estrangeiros no Brasil, praticamente insignificantes antes de 1840, expandem-se a taxas anuais elevadas e a um ritmo acelerado.⁴⁰

Estabelecida a relação entre o capital destinado ao tráfico de pessoas escravizadas e a construção civil, não é surpresa, portanto, que a maior despesa da Câmara Municipal de Juiz de Fora a partir da metade do século XIX tenha sido precisamente com obras públicas.⁴¹ Fernanda Amaral de Oliveira demonstra, a partir de uma extensa análise das contas municipais, que de 1860 até o fim do Império a quantia gasta no segmento foi se avolumando gradual e radicalmente. A pesquisadora esclarece ainda que o termo ‘obras públicas’ era utilizado nas prestações de contas da Câmara sem mais explicações das atividades, configurando um obstáculo para a compreensão rigorosa de como essa movimentação se dava. De maneira geral, foi possível identificar para o período obras de arruamento, construção de edifícios e pontes, construção de reservatório d’água, saneamento e iluminação pública.

Com a passagem do período monárquico para o republicano em Juiz de Fora, os gastos com obras públicas continuaram crescendo em razão do aumento das prerrogativas para despesas públicas pelos municípios. Nos anos anteriores à Proclamação da República em 1889, os orçamentos municipais estavam submetidos à aprovação das Assembleias Provinciais.

O período compreendido entre o fim da década de 1880 e o ano de 1920 é convencionalmente considerado a fase de industrialização e urbanização de Juiz de Fora,

⁴⁰ CARRARA, *Fiscalidade e formação do Estado brasileiro*, 1808–1889, 2019, pp. 208–209.

⁴¹ OLIVEIRA, *As contas de um município no Império*, 2011, pp. 86–87.

Figura 7 (p. 34): DIÁRIO DA MANHÃ, 1 de Março de 1891, p.4. O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e o Banco de Crédito Real foram as primeiras casas bancárias de Minas Gerais.

sempre representada no paradigma de progresso e corroborada por eventos e personagens mitológicos. Desde o surgimento da cidade, há uma série de empreendimentos que alimentaram esse discurso: a construção de eixos rodoviários e ferroviários para o escoamento de mercadorias, incluindo, além dos já mencionados Caminho Novo (1709) e Estrada Nova do Paraibuna (1836), a Rodovia Companhia União e Indústria (1861), a Estrada de Ferro Dom Pedro II (1875) e a Estrada de Ferro Leopoldina (1887); a criação da Companhia Mineira de Eletricidade e a construção da Usina de Marmelos (1889), que, a cargo de Bernardo Mascarenhas, foi a primeira grande usina hidroelétrica da América do Sul; a implantação de iluminação elétrica pública na cidade (1889); a instalação de linhas de bonde com tração animal (1881) e sua modernização com bondes elétricos (1906); e a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e do Banco de Crédito Real (1889).

A riqueza que a cidade acumulou por meio desses empreendimentos sempre esteve, como é de se esperar, nas mãos de uma pequena classe dirigente. As referidas casas bancárias, as primeiras de Minas Gerais, nasceram atreladas aos interesses dos latifundiários do café, que possuíam, além de grandes somas de dinheiro em conta, ações de bancos e companhias, apólices, títulos da dívida pública e debêntures. Quase todas as grandes empresas e instituições financeiras e comerciais da região contavam com o capital dos fazendeiros, que indireta ou diretamente atuaram como agentes da construção do espaço urbano. Dessa forma, a diversificação dos negócios, viabilizada pela financeirização da riqueza local, reforçava o poder dos proprietários da terra, e o estendia para muito além dos limites das fazendas.⁴²

À revelia do discurso de cidade moderna, Juiz de Fora continuou predominantemente rural no suposto período de sua industrialização. Em 1940, a população urbana era de 39% da população total do município, numa proporção próxima à média nacional de 31%.⁴³ O *Relatório das Indústrias Fabris do Estado de Minas Gerais*

⁴² SARAIVA, Estrutura de terras e transição do trabalho..., 2002, pp. 15-16 e 23.

⁴³ Ver MARICATO, A cidade é um grande negócio, 1988, p. 1; CARRARA, *Estruturas agrárias e capitalismo*, 1999, p. 130. Em 1920, a população de Juiz de Fora era de 116.047 habitantes. Em 1940, eram 170.893, dos quais 104.172 na zona rural e 66.721, na urbana.

de 1917, uma espécie de censo que listou os estabelecimentos industriais dos municípios mineiros, ajuda a esclarecer o porquê da insistência nesse discurso.

No Relatório, o responsável por compilar a estatística industrial de Minas Gerais empregava como sinônimas as expressões: ‘indústrias’, ‘indústrias fabris’, ‘indústrias manufatureiras’ e ‘estabelecimentos industriais’.⁴⁴ Para a cidade de Juiz de Fora o censo considerou que eram indústrias tanto a fábrica de tecidos Companhia Industrial Mineira, a maior fábrica de tecidos de Minas Gerais na época, equipada com 337 teares e onde trabalhavam 670 operários, quanto certa ‘fábrica de arreios’ – uma selaria – em que as atividades eram totalmente artesanais.⁴⁵

Em outras palavras, não havia no Relatório uma definição conceitual objetiva que informasse quais estabelecimentos listados seriam ou não ‘indústrias’, num emaranhado que também enquadrava artesanatos e manufaturas (a última no sentido de técnicas artesanais com acentuada divisão do trabalho). Essa ambiguidade conceitual se deu na maior parte das cidades contempladas no documento, da mesma forma que se sucedeu em Juiz de Fora. Isso não ocorreu em alguns municípios, no entanto. Por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Abre Campo informou não haver ‘indústria fabril’ no município, enquanto o coletor estadual (responsável pela arrecadação dos impostos do Estado) assinalou haver, na cidade, “pequenas oficinas de sapateiros e seleiros, e nas propriedades rurais, pequenos engenhos para o fabrico de açúcar e aguardente”.⁴⁶ Ou seja, ambos os responsáveis por fornecer as informações do município para o Relatório associavam a palavra ‘indústria’ a uma grande produção mecanizada.

Contudo, essa indefinição conceitual não era exclusividade do Relatório. Desde o período colonial, as palavras ‘indústria’ e ‘fábrica’ eram empregadas corriqueiramente de forma dúbia. Enquanto a palavra ‘indústria’ tinha o sentido de ‘industrioso’, o termo ‘fábrica’ era empregado principalmente no sentido de ‘construção’ e ‘edificação’. No primeiro dicionário monolíngue do português brasileiro, o “Dicionário da língua portugueza” de 1789, uma das definições para a palavra ‘fábrica’ é: “edifício nobre. [...] O arquiteto primeiro elege a traça da fábrica que há de fazer”. A

⁴⁴ SOUZA, *Relação das Indústrias Fabris do Estado de Minas Gerais*, 1918, pp. 3–5.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 95 e 48.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 7.

palavra estaria ligada também às faculdades mentais, ou “o ato de fazer alguma ação que demanda artifício, astúcia”. O termo aparece, ainda, no sentido de local onde se fabricam gêneros: “casa onde se trabalham, e fabricam, [por exemplo], panos, chapéus, sedas, e outras manufaturas. [...] A ‘gente’, animais de serviço, máquinas, provimentos, etc. para alguma obra, empresa, facção. [...] A fábrica dos engenhos de açúcar; os escravos, e animais de serviço”.⁴⁷

Em 1899, no “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” de Cândido de Figueiredo, os termos permaneceram tendo os mesmos significados. Enquanto a palavra ‘fábrica’ continuaria ligada à construção e a engenhosidade, ‘fabricar’ seria: “manufaturar; construir; produzir mecanicamente; cultivar; fazer consertos [...]; inventar; engendrar”.⁴⁸ Por fim, a definição de ‘indústria’ era: “aptidão, destreza, com que se executa um trabalho manual; habilidade para fazer alguma coisa; arte, ofício; profissão mecânica ou mercantil; conjunto dos trabalhos, de que deriva produção das riquezas; conjunto das artes industriais, excetuando a agricultura, [...] invenção; engenho, astúcia”.⁴⁹

Os termos supracitados foram empregados nesses sentidos pelo menos até as primeiras décadas do século XX. De todas as empresas listadas no Relatório de 1917, em Juiz de Fora, as únicas que poderiam ser consideradas indústrias, no sentido defendido pela narrativa oficial, seriam doze fabricas de tecidos, uma fábrica de ladrilhos (Pantaleone Arcuri & Spinelli) e uns poucos pastifícios.⁵⁰ Muito diferente do que diz o livro *Industrialização de Juiz de Fora 1850/1930* publicado em 1988: seu autor, Domingos Giroletti, embasou o trabalho em fontes que apresentam o mesmo problema da imprecisão conceitual do Relatório de 1917.⁵¹

⁴⁷ SILVA, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 1813, vol.2, p. 1.

⁴⁸ FIGUEIREDO, *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*, 1899, p. 593.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 750.

⁵⁰ SOUZA, *Relação das Indústrias Fabris do Estado de Minas Gerais*, 1918, pp. 45–47.

⁵¹ Um exemplo é o livro *Minas Gerais no 20º século*, de 1911 (GIROLETTI, *Industrialização de Juiz de Fora*, p. 79; JACOB, *Minas Gerais no 20º século*, 1911, pp. 315–316). Giroletti também utiliza dados do *Álbum de Juiz de Fora e História de Juiz de Fora* (GIROLETTI, *Industrialização de Juiz de Fora*, p. 50).

Figura 8 (p. 39): Companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli em 1911. Fonte: BLOG MAURÍCIO RESGATANDO O PASSADO. [Link]

Este notavel estabelecimento é de propriedade de

PANTALEONE ARCURI & SPINELLI

Constructores e Industriaes

Foi fundado no anno de 1892, na cidade de Juiz de Fora, á rua do Espirito Santo ns. 1, 3, e 5.
Occupa uma area de 5.500 metros quadrados, compondo-se de diversas industrias como sejam: Construcções, Deposito de materiaes para constru-

ções, Serraria, Officina de carpintaria, Marcenaria, Oficina de ferreiro, uma bem montada fabrica de ladrilhos, mozaicos, grande fabrica de telhas de asbestos—«Amianto» unica privilegiada no Brazil. No movimento das construcções e das officinas trabalham cerca de 300 operarios. As fabricas e officinas são movidas por 2 motores electricos de força de 40 cavallos 1 motor a vapor, 3 engenhos de serra, 2 machinas hydraulicas para ladrilhos, 1 prensa hydraulica de 800atmospheras, 2 prensas preliminares 1 bomba, 1 desfibrador, 1 mesclador, 1 machina de formar 3 machinas de rasgar e apparellhar e outras. E', emfim, um estabelecimento que honra o Estado de Minas e o Brazil.



EM JUIZ DE FORA—ESTADO DE MINAS :—Serraria S. Jose com parte do seu pessoal operario—photographia tirada especialmente para concorrer a Grande Exposição Internacional de Turim Roma

Este notavel estabelecimento é de propriedade de

PANTALEONE ARCURI & SPINELLI

Constructores e Industriaes

Foi fundado no anno de 1892, na cidade de Juiz de Fora, á rua do Espirito Santo ns. 1, 3, e 5.
Occupa uma area de 5.500 metros quadrados, compondo-se de diversas industrias como sejam: Construcções, Deposito de materiaes para constru-

ções, Serraria, Officina de carpintaria, Marcenaria, Oficina de ferreiro, uma bem montada fabrica de ladrilhos, mozaicos, grande fabrica de telhas de asbestos—«Amianto» unica privilegiada no Brazil. No movimento das construcções e das officinas trabalham cerca de 300 operarios. As fabricas e officinas são movidas por 2 motores electricos de força de 40 cavallos 1 motor a vapor, 3 engenhos de serra, 2 machinas hydraulicas para ladrilhos, 1 prensa hydraulica de 800atmospheras, 2 prensas preliminares 1 bomba, 1 desfibrador, 1 mesclador, 1 machina de formar 3 machinas de rasgar e apparellhar e outras. E', emfim, um estabelecimento que honra o Estado de Minas e o Brazil.



EM JUIZ DE FORA—ESTADO DE MINAS :—Serraria S. Jose com parte do seu pessoal operario—photographia tirada especialmente para concorrer a Grande Exposição Internacional de Turim Roma

Este notavel estabelecimento é

ções, Serraria, Officina de carpintaria, Marcenaria, Oficina de ferreiro, uma bem montada fabrica de ladrilhos, mozaicos, grande fabrica de telhas de

Parabéns
à cidade
mais Classe A
do Brasil.

Homenagem da Mercedes-Benz aos 150 anos de Juiz de Fora.



Mercedes-Benz

Giroletti defende que a introdução de mão de obra assalariada teria sido suficiente para a instauração do “processo de industrialização dentro de modelo de economia de mercado”,⁵² de modo que teriam sido criadas na cidade, entre 1889 e 1930, um total de 286 indústrias.⁵³ Em outras palavras, o livro, pioneiro no tema do que seria o processo de ‘industrialização’ da cidade de Juiz de Fora, reforçou dados imprecisos que até hoje são amplamente reproduzidos em trabalhos sobre o assunto.

Segundo o Relatório de 1917, a produção industrial têxtil de Juiz de Fora nesse ano constituía 19,5% do total de Minas Gerais. O número parece significativo, mas deve ser visto com ponderação. A comparação entre a população total do município em 1920 (116.047 pessoas) e o número de operários (2.058 pessoas) dá uma ideia do peso relativamente modesto da indústria na composição da mão de obra local (ainda, em sua grande maioria, concentrada nas atividades rurais).

Em 1907 o município de Juiz de Fora figurava como um dos maiores produtores de café da Zona da Mata, produzindo também outros gêneros — principalmente arroz, milho, feijão, açúcar, aguardente e fumo. A cidade era também uma grande abastecedora no mercado interno de laticínios, sendo a segunda maior produtora de leite e queijos de Minas Gerais no período.⁵⁴ Para se ter uma ideia do peso da produção agrícola na cidade, nesse mesmo ano, apenas pelas Estradas de Ferro Central do Brasil e Leopoldina, o município exportou aproximadamente 225.000 sacas de café de 60 quilos cada, equivalentes a 6.500:000\$000.⁵⁵ Em 1920, Juiz de Fora produziu o equivalente a 10.980:000\$000 de café, enquanto a maior indústria têxtil do município, três anos antes, havia produzido 1.850:000\$000.⁵⁶ Em 1917, estimou-se que o valor total produzido pelas indústrias têxteis de Juiz de Fora teria sido de

⁵² GIROLETTI, *Industrialização de Juiz de Fora*, p. 54.

⁵³ *Ibidem*, p. 79.

⁵⁴ JACOB, *Minas Gerais no 20º século*, 1911, pp. 94–8, 104–106.

⁵⁵ A moeda em vigor no Brasil entre 1833 e 1942 era o mil-réis. Nesse padrão monetário, o símbolo “\$” representa *mil réis*, e “:” *conto* ou *milhão*. *Mil réis* equivalia a ‘1\$000’, e *um conto de réis* (ou um milhão de réis) correspondia a ‘1:000\$000’. Assim, o valor ‘6.500:000\$000’, por exemplo, era lido como ‘seis mil e quinhentos contos de réis’. A título de curiosidade: *mil réis* valeriam hoje aproximadamente 127 reais, e um conto de réis, 127.717,44 reais. Tomei como base de cálculo o valor médio do ouro entre 1891 e 1895 (IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*, 1990, p. 593).

⁵⁶ IBGE, *op. cit.*, p. 350.

Figura 9 (p. 40): TRIBUNA DE MINAS, *Revista Imigrantes: 150 anos, 2000, contracapa*. Há uma fábrica da Mercedes-Benz em Juiz de Fora desde 1999.

4.751:000\$000.⁵⁷ Se fossem incluídos os outros gêneros agrícolas e pecuários, evidentemente o valor da produção rural seria ainda maior.⁵⁸

Em resumo, no período referente ao que teria sido a ‘industrialização’ da cidade de Juiz de Fora — do fim da década de 1880 ao ano de 1920 — há fortes indícios de que o discurso do progresso industrial era mais forte do que a atividade em si. A principal fonte de acumulação da cidade, até 1920, pelo menos, eram as atividades agropecuárias, como é possível estimar através da análise de censos e relatórios oficiais da época. A atividade industrial, no sentido atual do termo, não parece ter tido a potência que lhe foi atribuída na história oficial.

Ainda que a produção industrial têxtil da cidade tivesse de fato algum relevo, se comparada com os números totais para Minas Gerais, as condições de trabalho nas indústrias, encoberto pelo discurso feliz da cidade moderna, eram péssimas. Aliando baixíssimos salários, longas jornadas de trabalho de até catorze horas diárias, mão de obra infantil, com crianças de até oito anos de idade, numerosos acidentes de trabalho e condições insalubres das fábricas, as jornadas de trabalho dos operários eram degradantes.⁵⁹

Aparentemente inocente, o discurso da *Manchester Mineira* consegue suprimir, com bastante eficácia, o passado brutal de Juiz de Fora como uma das maiores cidades escravocratas do Brasil. Negando possuir quaisquer atributos que resvalam as aviltantes relações de trabalho nas quais a cidade foi construída, a narrativa oficial oblitera com êxito os dissensos, redimindo, ao mesmo tempo, os agentes que se beneficiaram das violências institucionalizadas.

⁵⁷ BRASIL, *Recenseamento do Brasil*, 1924, p. xxxii, 125–131; SOUZA, *Relação das Indústrias Fabris do Estado de Minas Gerais*, 1918, anexo 1.

⁵⁸ Comparei a produção têxtil em 1917 e a rural em 1920 porque não encontrei dados para as duas atividades num mesmo ano. Na ausência dessa informação, comparei os dados dos anos mais próximos que encontrei.

⁵⁹ OLIVEIRA, *O proletariado de Juiz de Fora...*, 2016, p. 161.

3 Canteiros de modernização e escravidão

Juiz de Fora foi construída, materialmente, pela população historicamente oprimida, mas conforme interesses antagônicos aos seus. Em particular, a historiografia tradicional local oculta o papel da população afrodescendente e do trabalho escravo na cidade. Que esse papel tenha sido central fica claro quando se analisam alguns dados demográficos: em 1872, havia mais de 24.418 pessoas livres e 14.368 escravizadas no município, ou seja, aproximadamente 37% da população;¹ em 2000, 34,4% da população do município se declarou preta ou parda;² e, por fim, em 2017, veiculou-se na mídia que a cidade ocuparia o terceiro lugar no *ranking* das cidades brasileiras com maior desigualdade racial.³ A ausência dos afrodescendentes na narrativa oficial é simbolicamente correlata à violência material que sofreram — e sofrem — na produção e reprodução do espaço da cidade. Por isso, é no mínimo curioso que hoje em dia, no site da prefeitura, encontrem-se trechos como o seguinte:

Breve histórico da cultura em Juiz de Fora

Mais europeia que colonial, Juiz de Fora, cidade do século XIX, em estreita vinculação com o dinamismo do Rio de Janeiro, não participou da cultura colonial mineira. Seu desenvolvimento industrial, pautado pela modernização capitalista, trouxe para a cidade, além de apitos das fábricas e da luz elétrica, o desejo de civilizar-se nos moldes dos centros europeus. Seus teatros, cinemas e intensa atividade literária refletiam a vontade de criar uma nova imagem para a cidade, fugindo à tradição escravista [...].⁴

Na *História de Juiz de Fora*, não há nenhuma menção à abolição da escravidão. Sobre o período de 1880–1890, o autor apenas diz que, além da dissolução da Câmara

¹ BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872, ~1874*, pp. 1027–1038.

Como o censo de 1872 não levou em conta o distrito de Simão Pereira, presume-se que a população do município era ainda maior.

² IBGE, Tabelas 3 e 3.1.1.17, 2000.

³ Os dados da pesquisa, de junho de 2017, foram obtidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Juiz de Fora estaria atrás apenas de Niterói e Porto Alegre.

⁴ Link, acesso em 20 de Junho de 2019.

Municipal em consequência do “golpe de Estado” de 1889, o único acontecimento importante teria sido a inauguração da luz elétrica, colocando a cidade na vanguarda do país.⁵ Já no capítulo do *Álbum de Juiz de Fora* dedicado à “Lavoura”, Duarte de Abreu, o autor do texto dessa parte do livro, se limita a dizer que era com “patriótica tristeza” que Juiz de Fora observava, desde a lei de 13 de Maio, o que ele chamou de “desorganização do trabalho agrícola”.⁶ Ainda, no texto do capítulo “Notas históricas”, os autores do sobredito livro reproduzem a visão branda da escravidão expressa por Saint-Hilaire quando o viajante passou pela cidade em 1816. A citação desse trecho específico no *Álbum* colabora, mais uma vez, para a negação do passado infame da cidade.

[...] os negros não são sempre tão infelizes como se tem dito. A escravidão não é para eles o que seria pra nós, porque eles se ocupam pouco do futuro e, quando o presente é suportável, não pedem mais nada. Aliás, a maior parte deles foram prisioneiros em guerras cujo único fim é prender homens para vendê-los, e o vencido acha muito natural tornar-se a vítima de uma aventura que ele fazia correr o vencedor. [...] Fiz um dia essa pergunta a um negro que, encarregado por seu senhor de vender em uma venda milho aos viajantes, passava dias tranquilos, afastado de qualquer vigilância. ‘Seria possível, respondeu-me ele, que se pudesse esquecer inteiramente o país onde se nasceu? Insensato que és! Exclamou vivamente sua mulher, se voltássemos para nosso país, eles não nos venderiam outra vez?’ Dizem que, se os africanos cessassem de poder vender seus prisioneiros aos homens brancos, os massacrariam (foi uma das razões apresentadas na Câmara dos Deputados em 1825 em favor do tráfico de negros!); que não tenham mais o mesmo interesse em fazer a guerra, e viverão em paz.

Como quer que seja, o que acima fica dito mostra que, no estado atual das coisas, devemos, para ser verdadeiros, fazer concessões aos partidários da escravidão.

⁵ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, p. 113.

⁶ ESTEVES & LAGE, *Álbum de Juiz de Fora*, 1915, p. 115.

Figura 10 (p. 45): O PHAROL, 12 de Outubro de 1876, p. 4. Anúncio de jornal referente a um escravidado fugido que trabalhava como pedreiro.

HOTEL GRATIDÃO

O abaixo assignado dono do hotel Gratidão, declara que de hoje em diante não se responsabiliza mais pelos animaes que forem postos em seu pasto.

Faz pois esta declaração para evitar duvidas futuras.

Juiz de Fôra, 1 de outubro de 1876.

Pascual Mazzaro (3v)

ATTENÇÃO

Vende-se um terreno na rua Direita esquina, da rua da Liberdade para informação na rua Direita n. 39.

ESPECIALIDADE

DE CHARUTOS DE HAVANA

A. D. J. Fontes Ferreira, tem sempre um variado sortimento de diversas marcas e fabricantes, e onde ha legitimamente para 16\$000, os quaes vende afiançados sob sua responsabilidade, e quando seja penoso a qualquer comprar 500 charutos, é facil juntarem-se duas ou mais pessoas, e realisar aquella fim.

RUA DES. BENTON, 27 SOBRADO

RIO DE JANEIRO

Ha um anno, fugio da fazenda do Lima, municipio do Juiz de Fôra, o escravo Manoel, crioulo, pertencente ao coronel Albino Cerqueira Leite, residente na mesma fazenda; e consta que se acha refugiado no distrito da Piedade, municipio de S. João d'El-Rei onde, em outra occasiao que esteve fugido, demorou-se intitulado-se livre.

Tem elle os signaes eguintes: 26 a 28 annos de idade, estatura ordinaria, rosto comprido, barba por baixo do queixo, nariz não achatado, achatado falla macia, reforçado de corpo, bracos grossos, bem apessoado deve ter signaes de ferro e ambas as pernas e talvez no pescoco; gesto de animaes.

Quem o prender e levar a seu senhor sera generosamente gratificado. (5v)

ESCRAVO FUGIDO

300\$000

Nos ultimos dias do mez de julho fugio da fazenda do Sr. Barão das Duas Barras, o escravo Ricardo, claro, cabellos corridos, grosso de corpo, pés grossos e mal feitos, dentes apontados, falla grossa e algum tanto apressada, tem idade de 18 annos e está fugido, sabe ler e escrever mal; desconfia-se que tenha se ajustado como forro em qualquer ponto da provincia do Rio, e principalmente no Juiz de Fôra. Quem o aprehender e entregar na fazenda do Sr. Barão das Duas Barras, ou em casa de Lima Ribeiro e Carvalho, na corte a rua do S. Pedro n. 53 será gratificado com 200\$. e na fabrica do Cedro a Caetano Mascarenhas com 300\$. (5v)

FUGIO

Fugio no dia 29 de agosto do corrente anno, da fazenda da Cachoeira no distrito do Espírito Santo do Mar de Hespanha o escravo João com os signaes seguintes: muito preto, tem uma grande brécha no lado direito da cabeça, beigos bencidos muito grandes, nariz chato, barba cerrada e rente, falla descaneçada.

Quem o levar a fazenda acima e entregar a seu senhor Francisco de Souza Ferreira, será gratificado com uma quitia de 100\$.

CAVALLO SUMIDO

Desappareceu no dia 24 de setembro proximo passado dos pastos do Sr. Henrique Haas, um cavallo ro-silho claro, fronte aberta e tem em um dos quartos a marca F ou P não se sabe com certeza por estar meio apagada.

Quem o entregar a seu dono Frederico Bahlio, no Bota-n'agua, será gratificado.

A praça e ao publico

O abaixo assignado participa ao publico que em data de 9 de maio do corrente anno dissolveu a sociedade que tinha com Joaquim Lopes Ferreira Gonçalves sob a razão de Augusto Henrique de Lima & C., cuja liquidação entreguei em data de 4 do corrente ficando eu de-onerado de todo activo e passiva da dita sociedade.

Juiz de Fôra 11 do outubro de 1876.

AUGUSTO HENRIQUE DE LIMA

1000000

Fugio no dia 25 de setembro proximo passado da fazenda da Esperança, distrito de Santa Barbara, freguezia de Rio Novo, o escravo Bonifacio, com os seguintes signaes: crioulo fúla com os cabellos encarapinhados, idade 24 annos, altura regular, bons dentes, falla macia, tem em um dedo de uma das mãos, uma cicatriz quase apagada, produzida pela dentada de um cão.

Trabalha de pedreiro e talvez queira passar por forro, foi vestido com calça de cassineta preta, camisa de morim, e paletot branco, levou também um dito preto. Ha noticia delle ter dirigido-se a Juiz de Fôra, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender, ou der noticias certas na fazenda acima a seu senhor Candido Rodrigues de Faria e Castro, ou no Juiz de Fôra chacara da Cachoeirinha ao Dr. Francisco de Assis Barbosa Lage.

HOTEL ITALIANO BOA VISTA

EM JOÃO GOMES

O abaixo assignado participa a seus amigos e freguezes que abriu este hotel bem montado, recebe pensionistas, e dá comida para fôra, com azeite e promptidão por preços razoavel, por isso pede aos mesmos seus amigos e freguezes para o honrarem com sua freguezia.

Vicente Valinoti

LEILÃO

AMANHÃ SEXTA FEIRA 13 DE OUTUBRO

Na estação de Mathias Barbosa

Resto do espolio de José Guimarães

Luiz Vieira da Costa vende em leilão amanhã o resto do espolio acima, constando de grande porção de roupa feita, minudezas e molhados.

Venderá na mesma occasiao ca-leça de 4 rodas bem como arreios, uma parelha de besta e uma dita de cavallos raços, por conta de uma pessoa do lugar.

As pessoas que até a hora do leilão não tiverem retirado os lotes que arrematarem no leilão anterior ficarão sujeitos a qualquer prejuizo que os mesmo terem e serão declarados os seus nomes no acto do leilão.

A's 10 1/2 horas

Cavallo roubado

Roubarão no dia 1 para 2 de outubro do corrente anno, do pasto do hotel da Gratidão, um cavallo libano, côr de nacaco, alto, meio velho, calçado de 3 pés, crina para o lado direito, uma estrellinha apagada na testa, esquerdo dos dois pés. Quem o levar a seu dono abaixo assignado Francisco Joaquim dos Santos, empregado do tenente coronel Macsdo Moura, receberá 10\$.

Francisco Joaquim dos Santos

ATTENÇÃO

S. JOSE' DO RIO PRETO

(MINAS)

Vende-se na sesmaria denominada Vargem, uma situação, cortendo 54 alqueires e quarto de jerra da melhor qualidade, com cento e trinta mil pés de café, boa caia de vivenda, engenho, paioes, talhas, moinho, monjollo e mais pertences, distando da estação do Espírito Santo tres leguas e da estação das Tres Ilhas e Flores dias e meia; quem pretender pde dirigir-se na mesma fazenda a tratar com Francisco Antonio Jaieva.

Collegio Almeida Martins

17 RUA DO LAVRADIO 17

RIO DE JANEIRO

Admittem-se alumnos internós, meio-pensionistas e externos.

O edificio em que funciona o estabelecimento é vasto, bem arejado e offerece todas as condições hygienicas.

As aulas são dirigidas por ha bilinguissimos professores.

As pensões são commodas; é excellento o tratamento dos alumnos.

O Director Almeida Martins

MEDICO

Dr. Joaquim Silverio Barbosa da Silva, continúa exercendo a sua profissão clinica no arraial do Rio Pardo, onde attende com solicitude e pres-tessa às consultas e chamados dos seus clientes e amigos, dinocurnamente.

LABORIOMETE

Consultas no seu gabinete. 10\$000 Invocados (a quem de sete kilometros) 20\$000.

Operações de pequena cirurgia 40\$000.

Idem de alta cirurgia estimativamente convencionaes, a noite serão duplicados estes honorarios.

O AGRIMENSOR

JOSE' ANTONIO ALVES

Rua Direita n. 8

JUIZ DE FÔRA

JUIZ DE FORA
ESTRELLA DO SUL

Francisco Theodoro de Araujo negociante nesta cidade, tem a honra de participar a todos os seus amigos e freguezes que tendo chegado do Rio de Janeiro, traz um bonito sortimento de artigos tendentes ao seu negocio.

Tambem traz um completo sortimento de charutos legitimos de Havana, o que ha de bom, cigarros especies de fumos do Pomba e Goyaz, certificando a todos os seus amigos e freguezes que a sua casa de negocio é hoje uma das mais bem sortidas desta cidade, já pela grande variedade de artigos que vae apresentar, e já finalmente pelas boas compras que fez na corte, certificando ainda mais que está resolvido a vender as suas fazendas e mais artigos muitissimo barato porque se acha nas condições de assim o poder fazer, sujeitando-se quanto aos seus preços a analyse de qualquer pessoa que entenda, pois tem consciencia que nenhum outro poderá vender mais barato—servo se tencionia dar prejuizo a algum.

As suas vendas são feitas a prazo de noventa dias, pois não é possível vender muito barato como tencionia dar grande prazo, seria então certo prejuizo.

Em quanto a sua probidade e honestez, como negociante deixa este banhosos predicados a apreciação de vossas esclarecidas consciencias, pois que ha quasi vinte annos que li entre vós sempre como negociante.

LEILÃO

De bestas

Terça-feira, 24 do corrente

Martiniano Peixoto de M... autorisado pela companhia Un... Industria, venderá em leilão... acima ás 11 horas, a porta do... criptorio a rua Direita desta... algumas bestas manças, trinqu... no serviço de carroça: ao cor... martello.

Typ. do Pharol — Juiz de

O negro que cai nas mãos de um senhor bom, sinceramente cristão, é, deve-se confessá-lo, mais feliz que a maior parte dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos, não tem a mesma inquietação; a miséria e a fome não o ameaçam sem cessar; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e as que tem são satisfeitas por seu senhor; se lança um olhar sobre o passado, reconhece que o presente vale mais, e o dia de amanhã, se pensa nele, promete-lhe outras tantas doçuras.⁷

Uma das fontes para se compreender as relações de trabalho em obras públicas de Juiz de Fora são os documentos referentes à obra da Estrada União e Indústria, na época “a maior obra rodoviária da América do Sul e a primeira rodovia pavimentada (macadamizada) do Brasil”.⁸ Inaugurada em 1861, a estrada, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, facilitou o transporte regular do café cultivado nos latifúndios na cidade até o porto do Rio de Janeiro, onde seria exportado. A análise do processo de construção desse empreendimento oferece um elucidativo parâmetro de como se davam as obras públicas na cidade no período que antecede o Plano Howyan, além de mostrar o que estava por trás da defesa do discurso modernizante naquele momento.

A concessão para a construção e manutenção da Estrada ficou a cargo do cafeicultor Mariano Procópio Ferreira Lage, o organizador da Companhia União e Indústria. A Estrada União e Indústria encamparia grande parte da Estrada do Paraibuna construída sob as ordens do engenheiro Henrique Halfeld, que também nesse empreendimento seria o responsável pelas obras do novo trajeto. Em 1855, Mariano Procópio mandou contratar na Alemanha, juntamente com suas famílias, artífices de diversos ofícios, entre eles: mecânicos, fundidores, ferreiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, pintores, oleiros. Além desses, foram contratados na França e Alemanha engenheiros e arquitetos para chefiarem a construção.⁹

⁷ SAINT-HILAIRE [1830] *apud* Esteves e Lage, *Álbum de Juiz de Fora*, 1915, p. 49.

⁸ BARBOSA, Obras públicas entre o Império e a República, 2013, p. 83. O macadame é um tipo de pavimentação criado pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam nas primeiras décadas do século XIX. Em linhas gerais, o sistema consiste no assentamento e compactação de camadas de pedras sucessivamente sobre uma base determinada.

⁹ STEHLING, *Juiz De Fora: a companhia união e indústria e os alemães*, 1979, pp. 144, 122-123.

Conforme o acordado no contrato de imigração dos 1.162 colonos que chegaram em Juiz de Fora, a eles seriam fornecidas moradias provisórias, além de víveres e facilidades para a compra de terrenos, de modo que as famílias pudessem se estabelecer na cidade. Entretanto, os alemães chegaram em 1858, muito antes do previsto, o que criou um enorme problema. Pegos de surpresa, os responsáveis da Companhia União e Indústria acabaram improvisando um acampamento com condições sanitárias precárias. Apenas em 1863 se conseguiu acomodar todas as famílias de imigrantes, na chamada Colônia Dom Pedro II.¹⁰ O naturalista (e notório defensor do racismo científico) Louis Agassiz quando visitou a região em 1866, deu sua versão romantizada de como eram os postos de trabalho dos colonos ao longo da Estrada:

Agora, vai-se de Petrópolis a Juiz de Fora de carro, do levantar ao pôr-do-sol, numa boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo. A cada intervalo de dez ou doze milhas, encontra-se uma muda de animais descansados em elegantes estações em forma quase sempre de chalés suíços. Esses postos são quase todos mantidos por colonos alemães, outrora contratados no seu país para a construção da estrada, e cuja emigração constituía por si mesma uma grande vantagem para a província: em todos os lugares em que os pequeninos núcleos de colonos alemães se agruparam embaixo das colinas, percebem-se viçosos jardins com flores e hortas de legumes e casinhas muito limpas em que tudo indica a economia e o amor do conforto interior, virtudes que caracterizam por toda parte o bom camponês da Alemanha.¹¹

Em 1859, os colonos empregados na Estrada União e Indústria eram: 67 homens, mulheres e crianças quebrando brita de pedra que seriam assentadas no processo de macadamização do leito da via, 109 homens trabalhando na estrada, e 16 cocheiros de diligências e carroças. Na Colônia havia ainda 34 homens, 6 mulheres e 6 meninos trabalhando na olaria, e 78 homens trabalhando em abertura de estradas.¹²

¹⁰ STEHLING, *Juiz De Fora: a companhia união e indústria e os alemães*, 1979, pp. 171, 186-188.

¹¹ AGASSIZ, *Viagem ao Brasil: 1865-1866, [1869] 2000*, pp. 80-82.

¹² STEHLING, *op. cit.*, pp. 166-167.

Em 26 de abril desse mesmo anno o sr. Anacleto José Sampaio requereu á Camara alinhar as ruas de Uruguayana e Commercio, afim de que pudesse elle orçar o seu terreno. Foi deferido este pedido quanto á rua de Uruguayana.

Em 1 de março de 1883 foi approvada a Travessa do Sampaio, com 45 palmos.

Finalmente, em 14 de julho de 1887, a Commissão de obras da Camara apresentou um parecer sobre um requerimento do sr. Anacleto José Sampaio, concluindo pela seguinte maneira : «primeiro : que fique como esquina das ruas Direita e Sampaio a casa em que reside o Sr. Dr. Ernesto de Andrade Braga, e que pelo alinhamento desta seja traçada uma linha até o ponto em frente ao marco, e desse ponto e da referida esquina sejam contados 10 m. e 12 c. para o lado opposto ; segundo, que seja comunicado o alinhador para não permittir edificações deste plano; terceiro, que em occasião opportuna, a Camara trate de desapropriação do referido muro, portão e meia agua; quarto que seja deferido o requerimento do supplicante.»

Santa Rita Vai da rua Quinze de Novembro á Direita.

Extensão : 470 metros.

O alargamento dessa rua foi decretado pela Resol. n. 178, de 25 de maio de 1893.

— Do «*Hontem, hoje e amanhã*» devido á penna do sr. major Ignacio Gama :

«Não existem, sequer, vestígios da ponte quasi fronteira á rua de Santa Rita ; de suas palmeiras, de seus bancos lateraes de pedra lavrada, da agua que de nascentes da serra reunindo-se em uma valleta descoberta por aquelle canal descia. As edificações novas, particulares, os melhoramentos parciaes das ruas, e depois, o saneamento, já na Republica, fizeram tudo desaparecer.

Queira o leitor rever commigo, hoje, o trecho percorrido em nosso passeio, da Mechanica, ou primeiro ponto, ao ponto em que nos achamos.

Vamos fazel-o e, ao mesmo tempo, tentar uns calculos estatísticos e basear nestes a demonstração do progresso que temos conquistado, em pouco mais de cincoenta annos.

Já vimos que a estrada ou rua Direita que então contava do lado superior, a começar de lá onde reside o sr. dr. Pinto Moura, tres casas, e do lado inferior a começar da casa «Sucena», de hoje, cinco ; ao todo oito casas. Incluiremos para o calculo mais a chacara do dr. Pedro onde reside, embora fóra da rua. Tudo mais era morro e brejo.

Temos oito casas na rua Direita e uma fóra, no perimetro que tomamos por base.

Accrescentemos ás nove casas umas vinte para a rua de S. Rita e dez para o becco da California, que desapareceu tambem, e teremos trinta e nove casas, ou para facilitar o calculo, quarenta.

Demos para cada casa quinze habitantes e veremos que a população da area que hoje é o centro de Juiz de Fóra não excedia de «seiscentos habitantes». Mas, provavelmente, os novos e os meio velhos terão desejos de saber alguma cousa a respeito dessa California, já tão esquecida.

O Becco da California é o mesmo que mais tarde foi chamado Becco do Cavadas. — «Estamos na mesma, dizem-nos os novos, nunca ouvimos falar em tal cousa.» — Contentamos a todos.

A velha rua de S. Rita, como já foi dito, era, a principio, occupada quasi que por gente de vida airada.

Ainda menino, vi por aquellas janellinhas rostos que me impressionaram, convém dizer, bem mal. — Logo no começo da rua uma papuda á direita. A' esquerda uma tal Lima (lima pas-sada), velha mulata, sarda ou manchada de escuro.

Mais adeante outras mulheres da mesma ordem e classe conhecidas por alcunhas desagradaveis : Anninha Tamandua, Flo-rencia «Gambá», Ninha Touca, Merencia, Messias e principalmente uma tal senhora Fructuosa, cor de cinza velha. Esta, além do mais, era tida por mestra em feitiços, não para trazer «morri-nha», «macaca», ou morte aos alvejados, coitada !

Sua especialidade era de engodar as ariscas. Conhecia preparados para amansar corações. Diziam que, em apanhando Fructuosa o rasto de uma moça, por mais esquivia que esta fosse, tinha de render-se, em pouco tempo, aos desejos de seu apaixonado.

O processo era difficil : além da terra do rasto apanhada sem perda alguma, eram necessárias cabeças de certas formigas vermelhas, cruces, signos de Salomão, rezas de S. Marcos; etc.

Só a Fructuosa possuía tal varinha de condão, e, por isso, embora de physico repugnante, era procurada.

Em tal rua, como é de presumir, reinava a desordem. Ali, pela primeira vez, vi cahir um homem esfaqueado para não mais levantar-se.

Essa rua tinha um appendice, um cotovello, em direcção obliqua ao caminho, actual rua Halfeld, que ia para ponte do engenheiro. Tal appendice, onde moraram o Maribondo e o Ferreira sem nariz, tornou-se tão notavel, ao formar-se como rancho que foi denominado — California, em memoria, provavelmente, dos aventureiros que de 1848 a 1850, infestavam a região aurifera de igual nome, na America do Norte.

E' certo terem morado tambem algumas pessoas de outra cathogoria no becco da California; entre essas vou destacar o nome de um bom homem, do mais vigoroso escrevente do nosso fóro — o Antonio Pereira de Souza Ribeiro, vulgo Antonio Cali-fornia. Manda ainda a justiça dizer que havia pessoa de certo valor moral, na rua de Santa Rita.

Lembrei-me do Silveira, onde terminava a rua, e havia o cam-inho do becco, cortado por um vallo ; do Chico Gomes, dono de um carro de bois, nosso unico vehiculo para mudanças.

Este era pae de numerosa familia. Parece-me que ainda estou ouvindo os elogios feitos á elegancias de suas filhas pelos rapazes da época : «Que moreninhas «espigadas» as filhas do Chico Gomes !...»

O «pessoal» da rua de Santa Rita e do Becco do Cavadas, reunia-se na volta do correjo (o Independencia) que ia desaguar no rio, um pouco mais acima do que hoje, depois de canalizado pela União e Industria, como se vê da ponte lá ao pé do estram-botico obelisco. Nessa reunião de lavadeiras, não raro, esga-danhavam-se ellas, depois de nauseabundas injurias e gestos nada decentes.

Eis a rua, o becco e o pessoal, onde era mais denso o po-voado desse trecho.

Da ponte em que estamos, contam que um dia o «engenhei-ro», nos seus planos de melhoramentos de Juiz de Fora, dissera a seu bom auxiliar e filho, Francisco, o benemerito coronel Halfeld : — «Qual Frrrra ncisco. Esta xente não serfe bara nata.» — Antes da resposta do Chico, presente José Luiz do Carino, nosso primeiro escrivão do districto de paz, e que com o padre Joa-quim Furtado de Mendonça, capellão do districto, fez a abertura e termo respectivo do testamento do velho, acudiu logo, com o seu entusiasmo por este logar :

— «Ora, seu engenheiro ; tudo serve para principiar. E' preciso vir povo para cá e esta gente ha de servir de chamariz.»

Da sessão ordinaria de 6 de outubro de 1858, da Camara, consta a doação de terrenos, feita pela exma. sra. d. Carlota Maria Candida Halfeld, para a abertura da rua California, em 10 de julho desse mesmo anno.

Em 3 de novembro de 1865 delibera a Camara prolongar até a estrada União e Industria a rua de Santa Rita entendendo-

A concessão para a construção da Estrada União e Indústria se deu por meio do Decreto nº 1031 de 7 de Agosto de 1852. No mesmo dia, por meio do Decreto nº 1030, deu-se também a concessão para a realização das obras da Recife São Francisco Railway em Pernambuco, a primeira linha férrea do país. Posteriormente, as duas primeiras grandes linhas nacionais foram aprovadas simultaneamente pelo Decreto 670 de 11 de setembro de 1852.¹³ No artigo 9 do decreto referente à São Francisco Railway, proibia-se terminantemente o emprego de mão de obra escrava nas obras da linha férrea.

9ª A Companhia se obriga a não possuir escravos, e a não empregar no serviço da construção do caminho de ferro senão pessoas livres, que sendo nacionais poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço ativo da Guarda Nacional; e sendo estrangeiros participarão de todas as vantagens que por Lei forem concedidas aos colonos uteis e industriais.

Essa mesma cláusula já havia aparecido no Decreto nº 641 de 26 de junho de 1852, que autorizava “o Governo para conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Corte, vá terminar nos pontos das Províncias de Minas Gerais e S. Paulo, que mais convenientes forem” — ou, seja, uma ferrovia que ligasse as regiões de maior produção cafeeira. A partir desse decreto, uma cláusula que interditava o emprego de trabalhadores escravizados em construções ferroviárias passou a ser corrente.¹⁴

Apesar de a proibição ter sido usual para construções dessa grandeza, parece que isso não foi suficiente para impedir que o trabalho escravo fosse amplamente ado-

¹³ BENÉVOLO, *Introdução à história ferroviária do Brasil*, 1953, p. 186.

¹⁴ O artigo que proibia o trabalho escravo em obras ferroviárias estava presente: na Estrada de ferro de D. Pedro II (Decreto nº 1.599 de 9 de Maio de 1855); na Estrada de ferro da Compagnie Impériale du Chémín de Fer de Rio Grande do Sul (Decreto nº 8.346 de 24 de Dezembro de 1881); na Rio Grande do Sul Railway Company (Decreto nº 8.343 de 17 de Novembro de 1881); na Estrada de ferro na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (Decreto nº 8.312 de 19 de Novembro de 1881); na Estrada de ferro da companhia Waring Brothers (Decreto nº 8.575 de 10 de Junho de 1882); na The D. Pedro I Railway Company (Decreto nº 8.842 de 13 de Janeiro de 1883); na estrada de ferro Bahia ao S. Francisco (Decreto nº 8.925 de 7 de Abril de 1883); e na Companhia da estrada de ferro Mogiana (Decreto nº 8.888 de 17 de Fevereiro de 1883).

Figura 11 (p. 48): ESTEVES & LAGE, *Álbum de Juiz de Fora*, 1915, p. 165. Nesse trecho do *Álbum*, Henrique Halfeld expressa sua opinião em relação às moradoras da Rua Santa Rita.

tado nesses canteiros de obras. Há indicativos de que as ferrovias “se valeram (direta e indiretamente) da mão de obra escrava ou impuseram condições de trabalho tão duras que tornavam trabalhadores assalariados indiferentes de escravizados (e vice-versa)”.¹⁵

Embora não houvesse nenhum artigo que proibisse explicitamente o emprego de mão de obra escrava nas obras da Companhia União e Indústria nem nos Decretos públicos supramencionados — 1.031 e 670 —, nem no contrato firmado entre a Companhia e o Império, há indícios de que essa proibição se estendia também às obras da estrada de rodagem. Ao visitar a Estrada em 1866, Louis Agassiz conta que nenhum escravizado poderia ser empregado pela Companhia devido a uma exigência legal que se aplicava “a todos os trabalhos de certa importância”, ainda que essa regra não fosse rigorosamente respeitada. Segundo ele, não havia como “substituir essa pobre gente” em determinados tipos de trabalho, embora só os trabalhadores assalariados fossem admitidos nos trabalhos mais laboriosos, que precisavam de uma “grande quantidade de trabalhadores constantemente em ação”. Era o caso da conservação e reparos de estradas, exploração das pedreiras, quebra das pedras para o macadame e nivelamento do solo.¹⁶

Outro indício que reforça a existência de medidas oficiais restritivas ao emprego de escravizados em canteiros oficiais é a circular de 10 de janeiro de 1866 (cinco anos após a inauguração da Estrada União e Indústria) do “Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”, que estabelece a demissão de todo o pessoal escravizado trabalhando em obras públicas:

Tendo o Governo Imperial constantemente estabelecido nos contratos que tem celebrado para organização de Companhias de trabalhos públicos a cláusula de não poderem os empresários admitir nas obras pessoal escravo, convém que [...] seja despedido das obras que são executadas por conta por conta deste Ministério todo o pessoal que existir nessa condição.¹⁷

¹⁵ AUGUSTO, *Forma jurídica, escravidão e ferrovias no Brasil do século XIX*, p. 1155.

¹⁶ AGASSIZ, *Viagem ao Brasil: 1865-1866*, [1869] 2000, pp. 80-82.

¹⁷ BRASIL, *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1866*, 1866, p. 19.

A historiografia local em grande parte reforçou a narrativa de que os imigrantes alemães foram os grandes responsáveis pela construção da Estrada União e Indústria e, de maneira mais geral, que aos imigrantes (alemães, portugueses, árabes, italianos e sírios), se deve o dinamismo e o desenvolvimento econômico da cidade. Omite-se inteiramente o trabalho da população negra. Ao que tudo indica, houve sim participação massiva de escravizados na construção da Estrada União e Indústria, sobretudo nos serviços mais brutos, ao contrário do que declarou Agassiz.¹⁸ Relatórios enviados por Mariano Procópio aos governos Imperial e Provincial mostram que, em momentos diferentes do empreendimento, os cativos a serviço da Companhia compuseram de 70% a 80% do total de trabalhadores.¹⁹

Em um relatório de 1857 destinado ao então Presidente da Província de Minas Gerais, Mariano Procópio afirmou que haviam 900 pessoas escravizadas e 80 trabalhadores assalariados trabalhando a serviço da Companhia no trecho “Aquém Paraíba”.

48 velhos e menores, alguns dos quais são empregados em fazer carvão; 96 ocupados como oficiais, aprendizes e serventes nas diversas oficinas e seções de pedreiros, cozinheiros, etc.; e os restantes 756 formam as diversas secções empregadas no trabalho da estrada, quer novos quer de reparação.

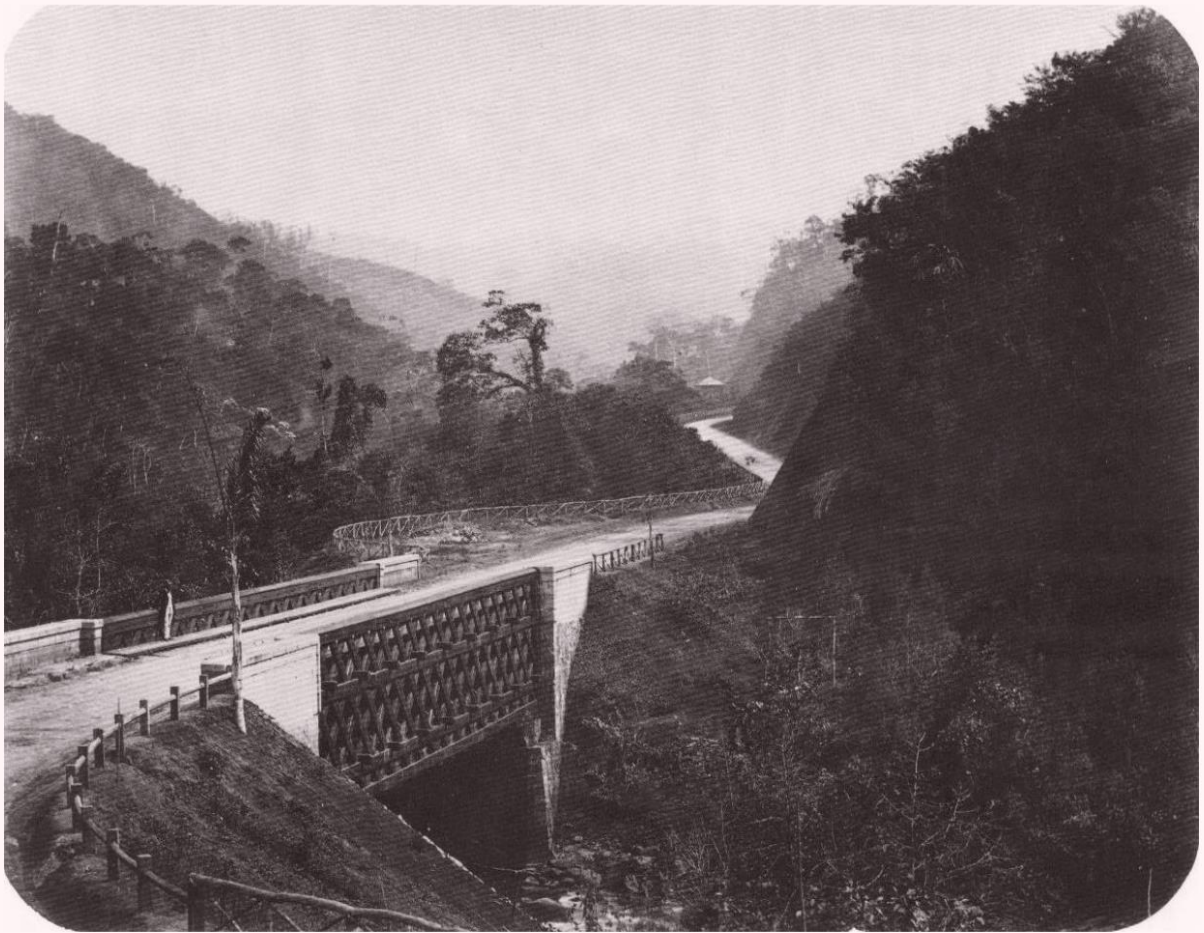
Os operários livres podem ser computados em oitenta, termo médio, que se acham empregados no empedramento e em diversas seções de broqueiros, resultando ser 980 o total de operários livres e escravos. Esse pessoal se acha a cargo de condutores, arquitetos e picador, em número de 4, e feitores e subfeitores em número de 18.²⁰

Em outro documento que tratava do trecho “Além Paraíba”, Mariano afirma que mil e tantos escravos alugados estavam trabalhando à serviço da Companhia, tendo

¹⁸ LAMAS & OLIVEIRA, *A Companhia União e Indústria e as vicissitudes...*, 2007, p. 3. Os autores trazem dados sobre condições, prazos e valores estabelecidos nesses acordos comerciais.

¹⁹ STEHLING, *Juiz De Fora: a companhia união e indústria e os alemães*, 1979, pp. 144–145.

²⁰ ESTEVES, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1956, pp. 137–138.



sido contratados também “algumas centenas de operários livres”. Teriam trabalhado nas obras de construção, portanto, cerca de *dois mil* escravizados.²¹

Habitualmente, em obras do tipo, a arregimentação de trabalhadores cativos se dava por intermédio de empreiteiros ou construtores, o que explica em parte a dificuldade de reconstituir a composição da mão de obra desses canteiros a partir de fontes primárias. Como não eram empregados diretamente, seria muito difícil haver alguma menção aos trabalhadores da construção em documentos oficiais, principalmente os cativos, teoricamente proibidos de trabalhar nesses canteiros. A provisão de operários nas obras da União e Indústria, dessa mesma forma, estava a encargo de intermediários que cuidavam do fornecimento de mão de obra.

De acordo com os contratos de locação de escravizados firmados entre a Companhia União e Indústria e os proprietários, ambas as partes se comprometiam em até seis meses, com a possibilidade de renovação do trato. A Companhia União e Indústria poderia sublocar os escravizados para terceiros se quisesse, e se os trabalhadores alugados não fossem do agrado da empresa, ela tinha o direito de solicitar a substituição dos escravizados por outros. Entretanto, caso algum desses indivíduos adoecesse ou se ferisse, a responsabilidade de quaisquer despesas relacionadas seria de responsabilidade da empresa de Mariano Procópio. Se depois de quinze dias o escravizado em uma dessas situações “não se recuperasse ou não fosse encontrado, o seu proprietário seria responsabilizado, ficando ao encargo deste o tratamento ou recuperação da ‘mercadoria’ alugada”.²²

A Companhia União e Indústria conseguiu arregimentar um impressionante número de pessoas escravizadas por meio de negociações que garantiam condições bastante vantajosas para a empresa. Fazendo eco às Ordenações Filipinas (o código penal que vigorou no Brasil entre 1603 e 1830), que determinava, num mesmo capítulo, as condições de transações de “escravos e bestas” doentes ou mancos,²³ os

²¹ STEHLING, *Juiz De Fora: a companhia união e indústria e os alemães*, 1979, pp. 144–145.

²² LAMAS & OLIVEIRA, *A Companhia União e Indústria e as vicissitudes...*, 2007, p. 6.

²³ ALMEIDA, *Código Philippino*, livro 4, tit. 16, [1603] 1870, p. 798.

Figura 12 (p. 52): VASQUEZ, *Álbum da Estrada União e Indústria*, 1997, p. 43. Fotos da Estrada União e Indústria tiradas entre 1863 e 1868 pelo fotógrafo Revert Henrique Klumb. Acima, a chamada “Ponte Americana”; e embaixo, um trecho da Estrada onde havia plantações de café.

escravizados eram tratados, literalmente, como se não fossem humanos. A construção da Estrada só foi possível por meio de uma complexa mobilização de trabalhadores escravizados. As transações envolvendo essas pessoas eram de tal grandeza que, no período de construção da Estrada, o preço da ‘mercadoria’ escrava aumentou em 67%.²⁴

Ao que tudo indica, a locação de trabalhadores escravos para o setor da construção civil era uma atividade altamente rentável e muito bem consolidada entre os grandes fazendeiros escravistas, que através da prática de aluguel de cativos conseguiam obter altíssimas taxas de retorno financeiro. Cravo e Godoy demonstram que a rentabilidade que os grandes latifundiários obtiveram com o aluguel de escravizados para a realização de obras públicas na Estrada do Paraibuna, em 1837 — ou seja, vinte anos antes do início da construção da União e Indústria —, foi superior à lucratividade que a classe senhorial teve com a locação desses indivíduos no setor de mineração e siderurgia.²⁵ Isso tornava, portanto, “o mercado de locação de trabalho escravo para o Estado [o] mais importante segmento de acumulação para os escravistas que recorriam à prática do aluguel de cativos, pelas superiores taxas de retorno e pelas perspectivas de expansão da demanda do setor de transportes, que respondia por uma das mais importantes rubricas do investimento público.”²⁶

²⁴ LAMAS & OLIVEIRA, A Companhia União e Indústria e as vicissitudes..., 2007, p. 7.

²⁵ CRAVO & GODOY, Estado, transportes, e mercado de trabalho, 2019, p. 18.

²⁶ Ibidem, p. 30.

Os autores mostram, ainda, (pp. 9–10), como se davam as negociações entre os tradicionais donos da terra e os engenheiros, agentes representativos do poder público. Por exemplo, um Regulamento de 1837, do governo provincial, exigia: 1. Que os administradores a serviço das obras da Estrada do Paraibuna não admitiessem trabalhadores, assalariados ou escravizados, “que não apresentassem robustez física, experiência e diligência. Aos admitidos o jornal diário seria de 0\$640”; 2. Que se pagasse menos de 0\$640 “aos trabalhadores de menores forças físicas”; 3. A proibição da admissão “de qualquer trabalhador com corrente de ferro, grilhões, colares ou qualquer outro instrumento que o impossibilitasse de desempenhar livremente os afazeres designados.”; 4. A economia no número de cozinheiros da Estrada; 5. A proibição de que “qualquer trabalhador (livre ou escravizado) fosse empregado em ocupações alheias aos serviços de construção da estrada”.

Figura 13 (p. 55): TRIBUNA DE MINAS, *Revista Imigrantes: 150 anos*, 2000, p.1. Nessa revista comemorativa dos 150 anos da fundação do município, o crédito ao desenvolvimento da cidade é atribuído unicamente aos imigrantes.



- 1 Família italiana Ernesto Priamo
- 2 Casal português Nogueira Bento
- 3 Árabes das famílias Hallack, Rahme e Andraus
- 4 Família alemã Kremer de Castro

Edição comemorativa dos 150 anos de Juiz de Fora
31 de maio de 2000

Supervisão geral
Marcos Neves

Idealização
Isabel Pequeno

Coordenação e edição
Denise Gonçalves

Pesquisa e textos
Gustavo Carvalho
(alemães e portugueses)
Isabel Pequeno
(italianos e árabes)

Fotografia
Roberto Fulgêncio

Consultoria histórica
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Luiz Antônio Valle Arantes
Mônica Ribeiro de Oliveira
(Núcleo de História Regional - UFJF)

Projeto gráfico
Wilson Zambardino

Capa
Patrícia Maganha
Rita Britto

Editoração eletrônica
Lena Sperandio Braga

Tratamento de imagens
Luís Carlos da Silva
Leon Melati Aperiense

Fotolito e impressão
Esdeva Empresa Gráfica Ltda.
Rua Espírito Santo 95
Juiz de Fora - MG

Agradecimentos
Biblioteca Municipal Murilo Mendes
Dormevilly Nóbrega
Heliane Casarin
Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly
Sociedade Portuguesa
Suhade Ibrahim
Tarcizio Mancini
Wilson Coury Jabour Filho

Juizforanos de coração

Na sesquicentenária Juiz de Fora ainda pulsam corações estrangeiros. São alemães, italianos, árabes e portugueses que elegeram a cidade como segunda pátria. Os alemães foram os primeiros. Chegaram pouco depois de a Vila de Santo Antônio do Parahybuna ser elevada a cidade, para tornar realidade o sonho de Mariano Procópio e encurtar a viagem até a capital, Rio de Janeiro. A promessa de terra e trabalho longe de seu país em decadência atraiu os italianos, que substituíram a mão-de-obra escrava nas fazendas de café depois da abolição. Os árabes vieram no final do século XIX, fugindo da constante ameaça de guerras na Síria e no Líbano, e impulsionaram o comércio local. Comércio também foi o ramo eleito pelos portugueses, que foram chegando em pequenos grupos. Gente de diferentes culturas, hábitos e costumes que ajudou a construir a identidade de Juiz de Fora. São eles - imigrantes e descendentes - que vão contar um pouco desta história, representando tantos outros conterrâneos não citados. Reviver a trajetória daqueles que ainda hoje influenciam a vida social, cultural e econômica da cidade é passo fundamental no resgate destes 150 anos.

Cláudio Fajardo/Arte sobre foto



Tribuna de Minas

Propriedade da Esdeva Empresa Gráfica Ltda.

Diretor Presidente
Juracy Neves

Diretor Superintendente
Afonso Ribeiro da Cruz

Diretor Comercial Superintendente
Marcos Neves

Diretor Comercial
Geraldo Picorelli

Editor Geral
Paulo César Magella

Editora Executiva
Denise Gonçalves

Obras de referência

ARANTES, Luiz Antônio do Valle. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora (1858-1912)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói; 1991.
BASTOS, Wilson de Lima. *Os sirios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1988.
CLEMENTE, Vicente de Paulo. *O Bairro Barboleta e a Igreja São Vicente de Paulo - suas origens e sua história*. Juiz de Fora: Concorde, 1990.
FELIPPE, Ana Cláudia Vitorotti. *A imigração sírio-libanesa e o comércio em Juiz de Fora* - Texto para a apresentação da exposição homônima realizada na Associação Comercial em 1998.
FONSECA, Walter. *Pequena enciclopédia de Juiz de Fora*. São Paulo: Ícone.
GORAYEB, Padre Elias Maria. *Maravilha do século XX - vida do padre Charbel*. Rio de Janeiro, 1956.
História moderna - *O imperialismo - volume II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
Jornais *Diário Mercantil*, *Diário de Minas*, *Jornal do Comércio*, *O Pharol*.
Juiz de Fora em dois tempos. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, Esdeva Empresa Gráfica Ltda., 1997.
LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros - do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de

Fora: UFJF e Funalfa, 1985.
LEAL, Ruy do Brasil. *Portugueses em Juiz de Fora e suas descendências*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989.
MENDES, Murilo. *A idade do serrito: memórias*. Rio de Janeiro: Sabia, 1968.
OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas - 1698-1965*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.
_____. *História de Juiz de Fora*. 2 ed., Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966.
_____. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora* - Juiz de Fora, 1959.
OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói; 1991.
Rosa Halfeld. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, Esdeva Empresa Gráfica, 1998.
STEHLING, Luiz José. *A Companhia União Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.
WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil* - 2. Ed., il., rev. e ampl. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

A construção da Estrada União e Indústria não revela somente um estímulo à atividade agroexportadora e consolidação de um mercado interno de consumo, mas especialmente o enredamento do processo de valorização da mão de obra escrava nas obras públicas da cidade, obscurecido pelo discurso do arrojo modernizante. Os donos de ações na Companhia de Mariano Procópio faziam parte da mesma elite rural que empregava seus escravos na construção da estrada, o que demonstra que a construção da Estrada beneficiou os latifundiários da região de diversas maneiras. Dessa forma, os cafeicultores e as elites dirigentes não dependiam da força de trabalho dos escravizados apenas nas atividades rurais: no território urbano e na execução de obras públicas essa mão de obra era igualmente indispensável, e as condições e hábitos de subordinação afetavam também os trabalhadores especializados e assalariados, fossem imigrantes ou brasileiros.

De acordo com um levantamento de 1855, o município de Juiz de Fora possuía cerca de 11.176 pessoas livres e 16.428 escravizadas.²⁷ Há publicações, como *Álbum da Estrada União e Indústria*, que afirmam que quando os 1.162 alemães chegaram na cidade em 1858 haviam na cidade apenas 600 habitantes,²⁸ o que fundamentaria tanto a defesa dos alemães como os principais agentes de construção do espaço da cidade, como o discurso que promove Juiz de Fora como uma cidade europeizada.

É possível que esse número de 600 *habitantes* tenha vindo de algum relatório referente ao número de moradores do *distrito sede* do município — a freguesia de Santo Antônio do Parahybuna —, não abrangendo o número de habitantes de todos os distritos. Entretanto, não encontrei esse mesmo número em documentos oficiais. O “mapa aproximado da população do município” de 1855 listou que nesse distrito havia aproximadamente 2.401 pessoas livres e 4.025 escravizadas, o que totalizaria 6.426 habitantes. Levando em consideração que o município se voltava para atividades predominantemente rurais e que as grandes fazendas agroexportadoras ocupavam largas extensões do território, é especialmente importante analisar os dados da região inteira.

Ainda há muito a descobrir sobre a história da construção de Juiz de Fora (e das cidades brasileiras em geral). Em Juiz de Fora, outrora um dos maiores municípios escravagistas

²⁷ APM, Mapa de população da vila de Santo Antônio do Paraibuna, 1855.

²⁸ VASQUEZ, *Álbum da Estrada União e Indústria*, 1997, p. 84.

do Brasil, as relações de trabalho escravo estavam imbricadas na construção civil — uma das principais formas de acumulação de capital por parte da elite da terra. Em relação às obras públicas que eram empreendidas no município, cabia às Câmaras Municipais especificarem sobre como estas se dariam. O Código de Posturas de 1858 determinava a convocação de trabalhadores da construção civil (fossem estes livres ou não) em caráter de obrigatoriedade, sem maiores detalhes.

Art. 16. Os jornaleiros chamados por ordem do Subdelegado para alguns dos serviços ou obras determinadas nestas Posturas, obedecerão prontamente, uma vez que sejam empregados no trabalho em que de ordinário se ocupam, e terão direito ao jornal que tais trabalhadores costumam vencer no Distrito. O jornaleiro livre que não obedecer à ordem do Subdelegado será preso por cinco dias, este duplo na reincidência.²⁹

Esse artigo é mencionado na curiosa fala de Queiroz, um fiscal de posturas que em 1865 protestava em favor da reformulação completa do Código. Na primeira parte do artigo, de acordo com o fiscal, a norma estaria se referindo aos trabalhadores escravizados, determinando que os senhores fossem obrigados a cedê-los em obras públicas que assim o exigisse. Protestando contra a compulsoriedade da convocação de trabalhadores, o fiscal questionaria: “onde está a liberdade do homem? sou o senhor do meu escravo, quero vê-lo dormindo, mas não trabalhando em obras públicas”. O fiscal falaria também da segunda parte do artigo, dizendo ser um absurdo que a determinação obrigasse pessoas livres a trabalhar em obras públicas sob a ameaça de prisão. Quem tinha direito a voz sobre o assunto, para Queiroz, eram somente os homens brancos e livres.³⁰

Ainda que Queiroz tenha se solidarizado com os direitos dos proprietários de escravizados, essa opinião não era exclusiva dele. Desde 1830, o Código Criminal do Brasil, que sancionava diferentes tipos de punição para crimes,³¹ autorizava a execução da pena

²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PARAHYBUNA, *Posturas...*, [1858] 1860, p. 7. “Jornaleiro” é sinônimo de obreiro, operário que trabalha a jornal, ou seja, ganha por dia.

³⁰ Fiscal Queiroz citado por OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, p. 67.

³¹ As punições previstas eram: morte, galés, prisão com trabalho (execução de trabalhos dentro da prisão), prisão simples, banimento, degredo (obrigar o punido a residir num local destinado pela sentença), desterro (proibição temporária de frequentar o lugar onde o delito aconteceu), multa, suspensão do emprego, perda do emprego, e açoites, no caso específico de punição a escravizados. BRASIL. *Código criminal do Império do Brasil*, 1858, pp. 24–34.

chamada *galé*, sinônimo de trabalhos públicos forçados. Depois da pena de morte, também permitida pelo Código, era uma das penas vigentes mais severas: os indivíduos que a cumpriam eram sujeitados a andarem com as pernas acorrentadas, em grupos ou individualmente, enquanto trabalhavam na execução de trabalhos públicos.³² A pena de galés era imposta tanto a pessoas livres quanto escravizadas, sendo aplicada, por exemplo, em crimes “contra a pessoa e contra a propriedade” como roubar.

Em trabalho sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX, Leila Mezan Algranti sustenta que os poderes públicos se aproveitavam dessa punição para explorar ainda mais a mão de obra escrava, chegando a força-los nos trabalhos públicos por mais tempo do que o determinado. Na cidade, a polícia operava de modo análogo aos feitores dentro das fazendas. Como é de se esperar, a interferência pública fora das fazendas diminuía o poder absoluto que os senhores tinham sobre os escravizados dentro de suas propriedades particulares, deixando-os muito insatisfeitos com essa situação. A condução das obras públicas era responsabilidade da polícia, que se valia da força de trabalho dos penalizados como bem entendesse, aplicando, inclusive, punições aos desobedientes.³³ No Rio de Janeiro do início do século XIX, a servidão forçada incluía trabalhar em pedreiras, no setor de abastecimento de água da cidade, em construção de estradas e ruas e em obras de edifícios públicos.³⁴ Não parecem existir, contudo, trabalhos que tratem exclusivamente do assunto em Juiz de Fora ou região. Investigar como isso pode ter acontecido seria fundamental para entender mais sobre a história da construção na cidade.

Em conclusão, os escravizados foram os maiores agentes de produção do espaço em Juiz de Fora, ainda que história oficial da cidade trate do tema com absoluta indiferença. Esses indivíduos são completamente ocultados e relegados a estereótipos marginais por meio da atribuição do crédito da construção da cidade unicamente aos imigrantes e trabalhadores assalariados. Investigar como se deu concretamente o trabalho na construção civil para além das determinações legais é imprescindível para entender como a cidade foi construída materialmente.

³² BRASIL. *Código criminal do Império do Brasil*, 1858, p. 26.

³³ ALGRANTI, *O feitor ausente, estudos sobre a escravidão urbana...*, 1988, pp. 194–197.

³⁴ *Ibidem*, p. 194.

Figura 14 (p. 59): AN, *Ação no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) da Companhia União e Indústria*, 31 de Dezembro de 1852.

COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA.

QUINHENTOS MIL REIS.

R\$ 500\$000.

COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA

PRIVILEGIO EXCLUSIVO POR 50 ANOS



CAPITAL DE 5.000 CONTOS DIVIDIDO EM 10.000 ACÇÕES.

Nº 3004

ACÇÃO

R\$ 500\$000

Ao proprietario desta Acção, competem todos os
direitos de Accionista da Companhia União e Indústria
em conformidade dos respectivos Estatutos.

Rio de Janeiro 31 de Dezembro de 1852.

O Secretario.

O Presidente.

Ant. Machado Coelho de Fátima

M. Pereira Lage

1ª Entrada	1852	Dezembro	31	Junia Lage	500000
2ª "	1853	Agosto	15	Junia Lage	500000
3ª "	1854	Agosto	30	Junia Lage	500000
4ª "	1855	Januario	24	Junia Lage	500000
5ª "	"	Novembro	5	Junia Lage	500000
6ª "	1856	Agosto	5	Junia Lage	500000
7ª "	1857	Agosto	28	Junia Lage	500000
8ª "	1858	Dezembro	20	Junia Lage	500000
9ª "	"	Dezembro	20	Junia Lage	500000
10ª "	1859	Agosto	20	Junia Lage	500000
					5000000

R\$ 500\$000.

QUINHENTOS MIL REIS.

léttra para publical-a; mas na audien-
cia de 13 do corrente, pelo nobre patro-
no de Alexandre Levy, meu contendor,
foi-me proposta pela segunda vez uma
acommodação, e como o digno e bon-
doso juiz de paz, a quem muito respei-
to, também intervisse, chegou-se a
um accordo.

Não me está mais bem publicar essa
resposta, e principalmente por me dizer
o illustrado Dr. Milagres, a quem con-
sulti, que achava fortissima para de-
pois da accommodação.

Só me resta pois dizer, que de toda o
coração e por esta vez perdoo aos auto-
res do tal artigo, ficando-me a consola-
ção de terem confessado que o barranco
é o tapume divisorio.

Sou com estima de V. S. amigo obri-
gado e criado. — *Anacleto José de Sam-
pão.*

Sua casa, 15 de Dezembro de 1880.

Estrada União & Industria

Pergunta-se ao arrematante desta
estrada, qual o artigo de seu contrato
que manda interromper o transito na
ponte de João Carlos por tanto tempo?

Pede-se providencias ao Sr. engenhei-
ro fiscal da mesma.

Os prejudicados.

Corre como certo...

Que a sorte grande de S. Paulo faz
as delicias de muita gente desta cida-
de...

...que um habitante do largo Ri-
achuelo, que não comprou bilhete, si
apanhar a bicha, vai cultivar no
largo, para o que já fez um pequeno
roçado para plantio do arroz...

...que é preciso, porém, que o fis-
cal não consinta que dali façam pasta-
gem de cavallos, que arragam o futuro
arrozal...

...que os habitantes da rua do
Sapo não estão satisfeitos com um novo
sujeito que quer alli instalar-se: o Sr.
Typho...

...que os cocheiros não achão fun-
damento na prohibição municipal de
conduzirem em seus carros a bagagem
dos passageiros...

...que a postura é unica e sózinha
e não tem razão de ser, pois offende o
direito de muitos e não acautella o de
pessoa alguma...

...que o Sr. fiscal não deve ter zelo
por tal disposição que é injusta...

...que no Forum pegou fogo em
uma escarradeira por excesso de fuli-
gem...

...que o chefe de policia de Minas
vai mandar para esta cidade uma for-
ça de 24 soldados de cavallaria...

...que ha chiqueiros de porcos na
rua direita, que incomodão a todos,
pneus ao Sr. F. que está occupado
com os cocheiros...

EDITAES

Juiz da provedoria

PRAÇA DE BENS

Amanha 20 do corrente, ás 11 horas,
serão levados a praça os bens pertencen-
tes ao espolio de D. Maria Igacia
da Piedade, separados para pagamento
de dividas legados e custas.

As avaliações podem ser vistas no
cartorio do escrivão Rocha, e os bens
com o respectivo inventariante.

MERCADO

Preços correntes do mercado nesta data

Juiz de Fôra, 18 de Dezembro.

Feijão (alqueire)	75000
Arroz (dito)	65000
Milho (alqueire)	25800
Farinha de milho	65500
Fubá	27600
Frago (am)	5600
Gallinha (uma)	5800
Ovos (duzia)	5500
Queijos (cento)	807000
Toucinho (arroba)	75000
« (kilo)	5550
Café (arroba)	67000
Farinha de mandioca (alqueire)	65000
Amendoim (alqueire)	37000
Palmitos (duzia)	25500
Assucar mascavinho (arroba)	55000
Aguardente (cargeiro)	185000

ANNUNCIOS

A LUGA-SE uma boa ama, parda,
de 23 annos, muito sadia, e já
tem criado filhos de pessoas de trata-
mento; quem precisar dirija a casa de
seu senhor, Quintiliano Horta, na rua
Pariziense, nesta cidade.

PRECISA-SE alugar, um pequeno
para o serviço interno de uma casa
de familia e fazer compras; informa-se
nesta typographia.

VICTORINO de Carvalho faz sciente
a seus devedores, que não pa-
guem conta alguma sem sua autorisa-
ção por escripto, sob pena de pagar
segunda vez. — *Victorino de Carvalho.* (3)

Salão do Juiz de Fôra

O abaixo assignado participa a todos
os seus freguezes e amigos, que o seu
empregado Pereira já se retirou de sua
casa.

Juiz de Fôra, 19 de Dezembro de
1880. — *Costa Torres.*

SEMENTES NOVAS

de hortaliças e flores: mudas e ramos de
flores: em casa de Carlos de Montreuil.

25 Rua Direita 25



Bonds do Juiz de Fôra

Em casa do Sr. Felix Schmidt, recebe-
se até o dia 30 do corrente mez propos-
tas em cartas fechadas para o forneci-
mento de 12,000 dormentes mediante
as condições seguintes:

Os dormentes serão de madeira de
lei; sem fendas, brocas, ventos e tortu-
ras, serão serrados em cerne ao me-
nos em tres avelas. Os topos deverão
ter as seguintes dimensões:

Comprimento 1,60, largura 0,20
altura 0,10, a 0,12, na medição da
altura, e grossura não se contará o bran-
co da madeira.

QUALIDADES DAS MADEIRAS:

Ipé amarello.
Tapinhoã.
Canella preta.
Canella capitão-mór.
Canella vermelha.
Sucupira.
Oleão.
Canafistula.
Cabaína.
Caudo.
Angelim.
Braúna.
Braúna parda.
Gibatório (iguariá vermelha).
Cangerana.
Pão-Brazil.

Podem existir outras também em
boas condições para o chão.

Os dormentes serão accetos na esta-
ção do Juiz de Fôra, e serão forneci-
dos e pagos por meio de um contracto
necessarios.

Escravo Florindo

1.000.7000

O abaixo assignado gratifica com a
quantia acima de 1.000.000, a quem
apprehender e puzer na cadeia da cida-
de do Juiz de Fôra, o seu escravo de
nome Florindo, com os signaes seguin-
tes: pardo, baixo reforçado, 40 an-
nos presuniveis, pouca barba ou qua-
si nenhuma, mal encarado, olhos um
pouco encovados, falta de dentes na
frente e uma cicatriz na testa.

Este escravo ha mais de um anno
que anda acontado em Juiz de Fôra, e
suas immedições.

A quantia acima ach-se depositada
na collectoria do Juiz de Fôra para ser
entregue pelo collector, a quem o re-
colher a referida cadêa.

Fazenda da Piedade, 16 de Dezembro
de 1880. — *Marcellino de Brito Pereira
de Andrade.*

4 A cidade e o engenheiro em 1890

A década de 1890 foi um período agitado para o Brasil. A Proclamação da República em 1889 (um ano após a abolição da escravidão), por ter se tratado de uma ruptura institucional, foi considerada por parte da historiografia como um golpe. No célebre artigo de Aristides Lobo, publicado no jornal *Diário Popular* três dias após o acontecimento, ele comenta sobre o evento: “Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo *bestializado*, atônito, surpreso, *sem conhecer o que significava*”.¹

Na Minas Gerais conservadora e escravista, o acontecimento se deu num cenário de conflitos em que os diferentes grupos das elites competiam por participação na nova organização de poder. Esses confrontos se estenderiam à questão da mudança da nova capital mineira, ideia antiga que viria a se concretizar após a instituição da república federativa e descentralizada.²

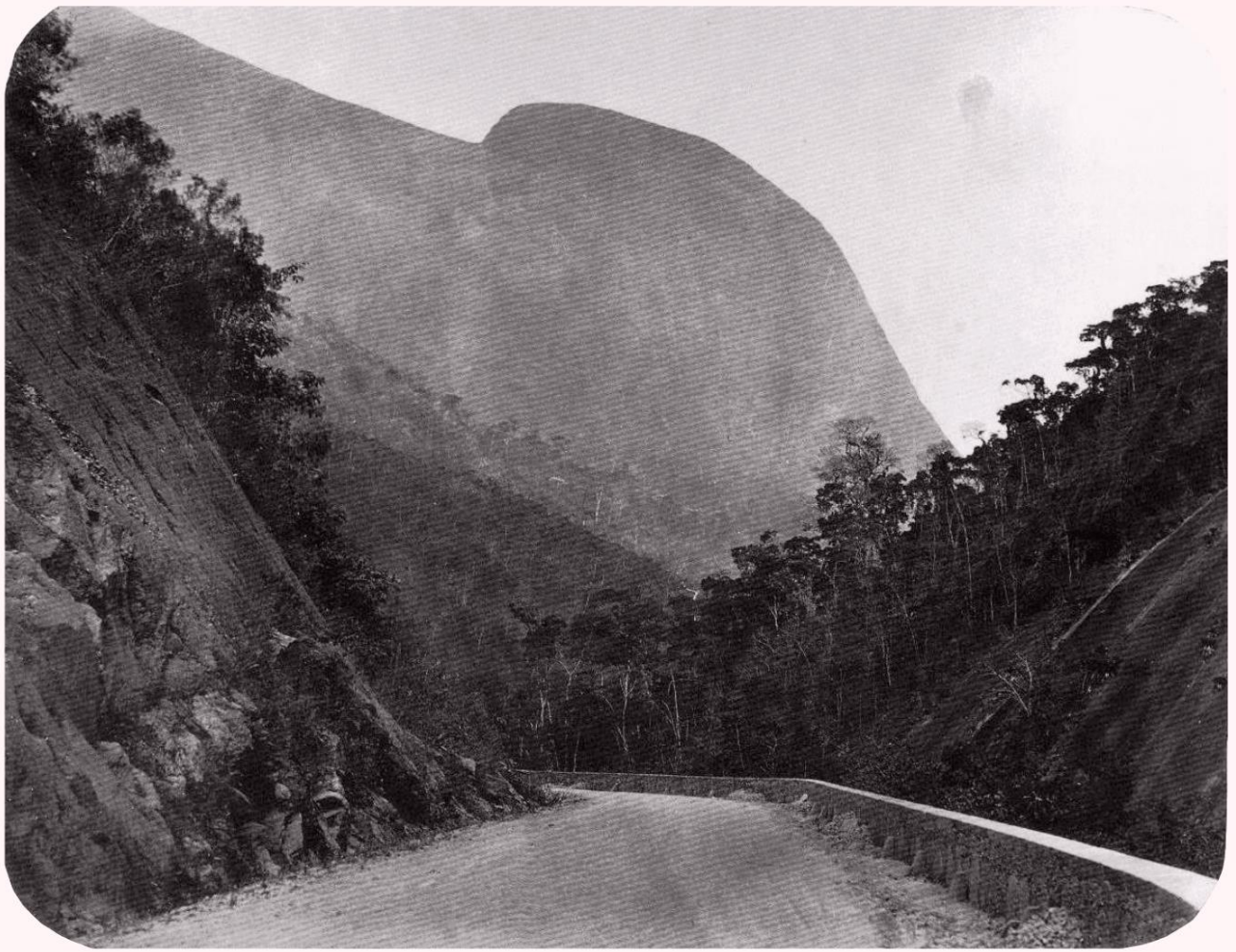
Em 1892, o Governo de Minas Gerais decretou a formação da comissão técnica que deveria estudar as localidades indicadas para a nova capital. Para isso, o então Presidente do Estado Afonso Pena encarregou o engenheiro paraense Aarão Reis de conduzir a tarefa, resultando na publicação, em 1893, do relatório *Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital*. Juiz de Fora era uma das possibilidades de escolha — bem como Belo Horizonte, Várzea do Marçal, Barbacena e Paraúna.

Devido ao tempo reduzido de que o engenheiro chefe dispunha para a execução do trabalho, Aarão Reis achou prudente delegar engenheiros diferentes para a realização dos estudos em cada uma das cidades. Várzea do Marçal ficou sob a responsabilidade de José de Carvalho Almeida; Belo Horizonte, de Samuel Gomes Pereira; Barbacena, de Manoel da Silva Couto; Paraúna de Luiz Martinho de Moraes; e por fim, os pareceres referentes à cidade de Juiz de Fora foram feitos por Eugênio de Barros Raja Gabaglia.

¹ FIGUEIREDO, *Advento da ditadura militar no Brasil*, [1891] 2017, p. 157.

² GUIMARÃES, *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte cidade planejada*, 1991, p. 33.

Figura 15 (p. 60): O PARAHYBUNA, 19 de Dezembro de 1880, p. 3. Ainda que não esteja evidente na narrativa oficial, a história dos grandes empreendimentos da cidade se deu em estreita ligação com a escravidão.



Com exceção de Manoel da Silva Couto (que se formou na Escola Politécnica de Zurique), os engenheiros membros da Comissão formaram-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.³

Com a instauração da República, ganha proeminência a ideia de modernização das cidades brasileiras, emergindo dessas circunstâncias a figura do técnico neutro — a exemplo dos trabalhos que envolveram a escolha e construção da nova capital mineira. Assim, o avanço dos ideais ditos liberais e a crença no progresso vai se expressando nos critérios cientificistas, empregados cada vez mais pelos poderes regionais.

É dessa maneira que os engenheiros politécnicos tomam parte na reestruturação da política em Minas Gerais. Seria a *expertise* técnica desses profissionais, operando em parceria com as administrações locais, o que indicaria o curso de ação mais eficiente para cada situação específica. As obras públicas ‘modernizadoras’ produzidas pelos engenheiros serviriam para retificar e ampliar os poderes políticos locais, bem como fomentar a economia por meio desse novo arranjo. Assim, a divulgação dos ideais liberalizantes se daria por meio do empreendimento dos projetos e obras de discurso positivista. O processo que levou à construção de Belo Horizonte é um marco desse modo de se pensar e produzir cidades.

Até que ponto as administrações locais estavam comprometidas com uma racionalidade técnica, é outra questão. Ao mesmo tempo em que houve, de fato, a aplicação em algum grau de conhecimentos técnicos por especialistas, as obras que resultam desse processo foram — e sempre serão — soluções parciais e excludentes para a maior parte da população, servindo mais para gerar privilégios para as elites do que para qualquer outra coisa. As tecnologias nunca são neutras: são ação concreta, aplicadas em contextos histórico e socialmente específicos.⁴ Em relação a isso, Ivan Illich explica como a noção da existência de necessidades abstratas e

³ AGUIAR, *Vastos Subúrbios da Nova Capital*, 2006, pp. 420–421.

⁴ FEENBERG, *Questioning Technology*, 1999.

Figura 16 (p. 62): VASQUEZ, *Álbum da Estrada União e Indústria*, 1997, p. 43. Foto da Estrada União e Indústria tirada pelo fotógrafo Revert Henrique Klumb entre 1863 e 1868.

arquetípicas foi sendo construída historicamente no ocidente sob a bandeira do progresso, desenvolvimento, e crescimento econômico.⁵

Juiz de Fora não escapou a essa matriz técnica. Ao mesmo tempo em que era retratada como uma das mais proeminentes cidades mineiras, contando com uma série de empreendimentos que lhe reforçavam a importância e alimentavam o discurso de seu pioneirismo em relação ao estado (como a Usina de Marmelos de 1889, que permitiu a implantação de iluminação elétrica pública),⁶ questões de ordem sanitária começavam a entrar no discurso político. Na visão dos administradores locais, a insalubridade despontava como um dos problemas mais graves no município. Aarão Reis, ao introduzir Juiz de Fora em seu relatório de 1893, nos dá uma pista de como o assunto era percebido pela população.

Há já alguns anos que certa desconfiança, com respeito às condições de salubridade desta florescente cidade, se vai insinuado no espírito público, justamente alarmado pelo aumento progressivo da respectiva mortalidade e reprodução de uns tantos casos graves e algumas moléstias infecciosas [...].⁷

A crescente importância dada às condições de salubridade da cidade fica exemplificada no discurso proferido pelo advogado Francisco Bernardino em ocasião de sua posse como Presidente da Câmara de Juiz de Fora em 1892. Para ele, a questão administrativa mais importante e urgente que havia no município era a do saneamento, completando: “cuidemos antes de tudo com interesses superiores, do sa-

⁵ ILLICH, *Needs*, 1990, pp. 3-4.

⁶ Como já foi dito, a suposta modernidade da cidade se dava mais no discurso do que na prática. Apesar do pioneirismo em relação à construção da usina – a primeira de grande porte da América do Sul – o fornecimento de luz era desigual. Sobre isso, Raja Gabaglia relatou: “A instalação da fábrica é boa e mostra a economia do seu digno diretor, o Sr. Bernardo de Mascarenhas; a luz é límpida e fixa. Infelizmente, as máquinas não podem produzir a quantidade de luz necessária para a iluminação particular de toda a cidade, de sorte que é comum haver duas casas vizinhas, uma esplendidamente iluminada à luz elétrica, e outra que não está às escuras devido ao candeiro de querosene”. Para além da questão do fornecimento, é evidente que nem todos os habitantes da cidade tinham direito a essa utilidade. (MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, p. 41.)

⁷ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, p. 31.

neamento da cidade de Juiz de Fora, para que não periclite seu futuro [...]. Inicia-se uma nova era, de expansão, de movimentos, de liberdade local”.⁸

Foi assim que a primeira Câmara Municipal republicana de Juiz de Fora assumiu a missão de enfrentar os problemas higiênico-sanitários da cidade, legislando e criando determinações específicas para tal. A Resolução de 14 de Maio de 1892, que determina a organização do serviço de higiene municipal, incumbida, entre outras coisas, do “saneamento das localidades e das habitações” e da ‘polícia sanitária’, sintetiza o comprometimento da gestão municipal com o assunto. Competiria à inspetoria de higiene, por exemplo:

§14 - Examinar as condições higiênicas das habitações da classe pobre, tais como cortiços, estalagens e outras, notando-as, ordenando as medidas convenientes e propondo ao Agente Executivo o respectivo fechamento, quando os defeitos forem insanáveis, ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido executados no prazo marcado, salvo o caso de motivo plenamente justificado perante o mesmo inspetor.

A repartição de higiene municipal ficaria incumbida de inspecionar e policiar o que fosse considerado de ‘interesse da saúde pública’, valendo-se de meios coercitivos, ao modo das intervenções higienistas, para alcançar seus objetivos.

Desde as últimas décadas do século XIX, a preocupação das autoridades juizforanas com as condições de salubridade do município tornava-se uma constante. A conformação topográfica específica da região, aliada à situação de seus corpos d’água, sucedia numa série de desdobramentos que incidiam sobre as ocupações humanas no território. O estudo de Raja Gabaglia sobre Juiz de Fora para o relatório da “Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital” dá diversas pistas sobre como seriam as condições de salubridade da cidade nesse período.

Em seu relatório, o engenheiro descreve o solo da localidade como sendo bastante irregular, detalhando que em relação à conformação geral do terreno a região se configuraria como “um longo vale flanqueado de montanhas acompanhando o rio

⁸ O PHAROL, 8 de Março de 1892, p. 2.

recanto da *Boiada*; eil-a transferida da *pousada* para a varzea que o sobrado de *Juiz de Fôra*, solitario, espiava, como uma espyngue, esperando o milagre de se tornar centro de actividade o que até então era baldio e cheio de lagoas de aguas esverdinhas...

Porque essa resolução? Era que um homem, traçando a directriz para outro caminho, deixára, inutil, a estrada da *Boiada*, entregando aos viajantes na varzea, uma outra, por onde seguiam a seus destinos, sem mórões canceiras.

Em 1836 o sr. Henrique Guilherme Fernando Halfeld contractára com o governo de minas a abertura de um caminho que de *Villa Rica* fosse a *Parahybuna*.

Esse contracto foi approved a 13 de Abril de 1837, pelo artigo unico da Lei Mineira n. 81.

Os habitantes da *Boiada* passaram-se, pois, si bem que pezarosos, para onde os chamára os interesses de sua rotineira existencia, e, uma a uma, as casas do velho povoado, foram cahindo, até que o mattagal e o tempo se encarregaram de apagar os vestigios d'aquelle recanto outróra tão querido e procurado.

A ultima recordação da povoação da *Boiada*, foi a viagem de Santo Antonio do Morro da *Boiada*, conduzido processionalmente de sua capellinha para a varzea e que durante muitos annos se encontrou no oratorio do finado Padre João Roussin, devendo estar em poder de seus herdeiros.

E, a proposito da trasladação da imagem de Santo Antonio, narravam os do tempo e a tradição nos trouxe a pittoresca

fuga do santo, do altar, em sua nova igreja na varzea, para o velho povoado da serra da *Boiada*...

E' que o povo, simples e ingenuo, não queria abandonar, sem uma especie de protesto, o antigo campo de suas luctas.

*

A área occupada por nossa cidade, coube a treze herdeiros do *Juiz-de-fôra*.

Desses, Antonio Dias Tostes Junior e Manoel Dias Tostes, filhos do tenente Antonio Dias Tostes, começaram a fazer doações, no que foram seguidos por Guilherme Henrique Fernando Halfeld, genro de Manoel Dias Tostes, casado em segundas nupcias com d. Candida Maria Carlota.

Foram feitas doações para arranchação dos povos e separação de sesmarias da fazenda — vinte cordas de um lado e de outro da estrada, afim de retalhar-os pela venda a estranhos para o povoamento desejado.

O primeiro edificio construido por Dias Tostes, após a abertura da estrada provincial em 1838, é o existente á Avenida Rio Branco, de propriedade da ex.^{ma} viuva Queiroz. Nesse tempo o palmo de terra custava dois tostões!

Havia um quilombo de negros na base do morro do Imperador, que, por um mandado expedido por auctoridade de *Barbacena*, foi extinto, sendo presos os pretos.

Em 1839 eram numerosos os habitantes da localidade, progredindo a povoação e passando a chamar-se *Villa de Santo Antonio do Parahybuna*.

A vida deste torrão era, então, posta em sobresalto com os acontecimentos de 1842, tomando parte nelles os legalistas e revolucionarios, tendo assim nosso municipio seu solo embebido do sangue de ardorosos brasileiros.

A Historia registra, como se sabe, combates proximo a estação de Souza Aguiar, numa margem chamada Gramma do Azevedo, pertencente á fazenda dos Coqueiros; no sitio da *Rocinha da Negra*; no sitio *Cafezaes* (antigamente *Cafezal*); em *Chapeo d'Uvas*, onde naquelle tempo se fabricava polvora e até mesmo um canhão, a pedido do coronel Pereira de Andrade, etc.

São estes, a proposito, os documentos que se encontram, relativos ás luctas havidas no territorio de nosso municipio, e

que figuram nas paginas da *Historia da Revolução de 1842*:

«Ao Ministerio da Guerra. Officio do Commandante da 1.^a Columna participando haver desalojado os rebeldes postados na margem do Rio *Parahybuna*, e achar-se no territorio de Minas.

(28 de junho). — III.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. Teve a alta honra de receber o officio de V. Ex.^a de 25 do corrente, cabendo-me asseverar a V. Ex.^a que envidarei todas as minhas faculdades para satisfazer a benigna confiança com que me honra ao Governo Imperial. Apenas chegada á *Villa do Parahybuna*, a ultima força de linha, expedida da Capital, e organizado hum batalhão-provisorio de quatro Companhias, avancei para a ponte da *Parahybuna*, e não sendo possivel atravessar o Rio por haverem os

rebeldes queimado a ponte, e estarem enguerrilhados em toda a margem d'el le, podendo assim tirar vantagem das tropas do meu commando, se alli tivesse lugar a passagem, fingi querer tenta-la, repentinamente e executei a hum legua de distancia, ás 11 horas da noite, com toda felicidade, desalojando o inimigo postado na margem do Rio em quasi todo flanco direito da ponte, e estando finalmente acampada a maior força da Coluna no territorio de Minas, onde os persigo.

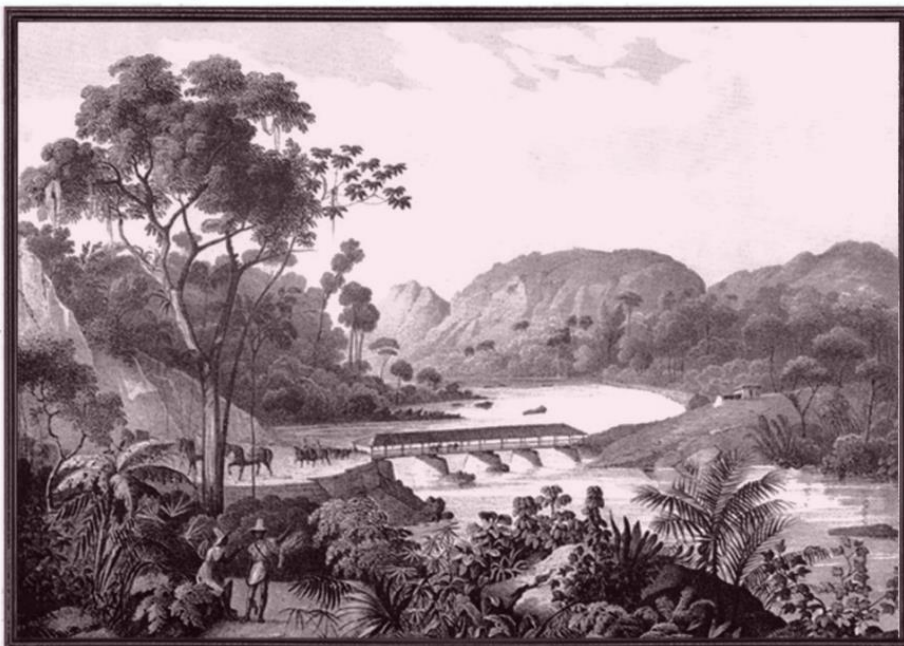
Não posso avaliar o prejuizo que ferião, porque sempre tem feito fogo encoberto nas Matas, fugindo aceleradamente depois de fazerem poucos tiros: até hoje se tem apresentado em pequenos grupos, constando-me que sua maior força estava entrincheirada no sitio *Rocinha Negra*, — onde vão ser batidos.

Deus guarde a V. Fx.^a por muitos annos. Quartel no Registro do *Parahybuna*, 28 de Junho de 1842. — III.^{mo} e Ex.^{ma} snr. Conselheiro José Clemente Pereira, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra. José Thomaz Henriques, Coronel Graduado Commandante da Coluna.»

*

Ao Ministerio da Guerra. — Officio do Commandante da 1.^a Coluna enviando outro que recebeu do Chefe das forças rebeldes na *Rocinha da Negra*, em que pedia suspensão de hostilidades: e participando o tiroteio que hove nas linhas dos Atiradores:

(30 de Junho) — III.^{mo} e Ex.^{ma} Snr. Hontem mandei por um preto velho, que foi aprisionado, alguns exemplares da Proclamação de S. M. O Imperador e Jornaes do Commercio que tratão da pacificação de S. Paulo, para que elle os espalhasse no meio dos rebeldes, entre os quaes sei que se achão alguns iludidos, e outros constrangidos, e hoje voltou o mesmo preto, tra-



O rio Parahybuna na fronteira de Minas

Paraibuna, cujos diversos afluentes dão por sua vez origem a novos vales”.⁹ Segundo constatou, o solo seria seco nos morros e colinas, e úmido próximo ao rio e seus afluentes, não raro tornando-se alagadiço.

O principal curso d’água da região, o rio Paraibuna, localizado na parte baixa da cidade, alagou por diversas vezes ao longo da história, a exemplo das famosas enchentes de 1906 e 1940. Raja Gabaglia acreditava que a retificação do rio, e limpeza das margens ajudaria no problema, entendendo que a “prodigiosa quantidade de madeiras, ramos, folhas, etc., que nos pontos estreitos, nas curvas, nos vértices dos ângulos dificultam a corrente natural, formam saltos e remansos e facilitam nas chuvas torrenciais a inundação de tais lugares”.¹⁰

Esses alagadiços existentes nas regiões baixas da cidade de terreno úmido eram informalmente chamados de *pântanos* e *brejos* pela população, apesar de, na avaliação de Raja Gabaglia, não serem pântanos naturais de fato, sendo ocasionados principalmente pela ação de indivíduos que alterariam o caminho natural das águas correntes a partir da construção de desvios, aterros e sulcos. Isso, somado à “exuberância da vegetação florestal, as inundações do rio e a falta de limpeza nos terrenos e nos córregos fazendo que se acumulem em enormes porções as matérias sólidas arrastadas dos morros pelas águas de enxurrada”.¹¹ Reclamações quanto a esses transtornos eram frequentes, visto o que reportavam os jornais do período. A questão dos numerosos alagadiços espalhados pela cidade está presente no relato de Richard Burton em seu livro de 1869: *Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho*. O explorador inglês teve uma impressão bastante negativa da cidade.

A cidade apresenta a habitual mistura de miséria e esplendor. [...] Juiz de Fora é uma simples rua empoeirada ou lamacenta, ou melhor, uma estrada, ao longo da qual estão plantadas palmeiras aos pares. Seu único mérito é a largura e quando forem introduzidos os carris urbanos por algum brasileiro de iniciativa, essa boa disposição será reconhecida. Na calçada tem-se de andar aos pulos. As casas são baixas e pobres, em sua

⁹ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, p. 6.

¹⁰ *Ibidem*, p. 9.

¹¹ *Ibidem*, p. 9.

Figura 17 (p. 66): ESTEVES & LAGE, *Álbum de Juiz de Fora*, 1915, p. 51. Gravura de Rugendas.

maior parte de “porta e janela”, como se diz. Entre elas, contudo, há grandes e espaçosos sobrados, com ananases dourados nos telhados, bolas de vidro enfeitando as sacadas, gárgulas fantásticas, aves de barro e cimento dispostas nas margens e todos os demais requintes arquitetônicos do Rio de Janeiro. Ali se reúnem os ricos fazendeiros; nas noites de sábado [...]. Os edifícios públicos são excessivamente modestos. A prisão não guardaria um criminoso londrino durante um quarto de hora. A coletoria, onde são arrecadados os impostos, é pequena. A Matriz de Santo Antônio, no fundo de uma pracinha diminuta, é de um aspecto tolerável, mas a capela do alto do morro não tem torre e está em péssimo estado de conservação.¹²

Havia ainda outro inconveniente em relação à situação das águas na conformação geográfica da região. Segundo constatou o engenheiro visitante, a cidade apresentava lençóis d’água subterrâneos próximos à superfície do solo, o que facilitaria a formação de meios anti-higiênicos e consequente propagação de doenças. Apesar disso, ele considerava que a cidade não encontraria grandes obstáculos para resolver seu problema sanitário, sugerindo a construção de uma rede de esgotos e abastecimento de água, rebaixo do leito do rio Paraibuna, e drenagem do subsolo (principalmente por meio da construção de grandes poços em pontos estratégicos para contenção das águas subterrâneas, de modo que fosse levada depois ao rio por meio de canais).¹³

Sobre as epidemias e doenças que eram recorrentes na cidade, o médico higienista da ‘Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital’ José Ricardo Pires de Almeida relatou que Juiz de Fora, por diversas vezes, sofreu com epidemias de varíola e sarampo. Além dessas enfermidades, era comum haver casos de difteria, doenças respiratórias inflamatórias, doenças do aparelho digestivo e biliar (sendo as gastroenterites a maior causa de mortalidade das crianças), nevralgias,

¹² BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, 1869, p. 78.

¹³ MINAS GERAIS, *Comissão d’Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, p. 14.

Figura 18 (p. 69): *Comissão d’Estudo das Localidades...*, 1893. Planta topográfica da cidade de Juiz de Fora desenhada por Noel Sicard, ajudante de Raja Gabaglia. Howyan contribuiu na elaboração desse mapa.



ESTADO DE MINAS GERAES

Comitê de estudo das localidades indicadas para

NOVA CAPITAL

JUIZ DE FORA

Escala 1:100.000

anemia, tuberculose, sífilis, paludismo, malária, e febre tifoide.¹⁴

Raja Gabaglia descreve, em primeira mão e com riqueza de detalhes, a condição dos sistemas de esgotos e abastecimento de água de Juiz de Fora, até então muito precária. O abastecimento de água oferecido pela municipalidade, em sua análise, era insuficiente em quantidade, completando que a captação e o transporte das águas se davam em más condições. Ainda, grande parte da população se valia do consumo da água subterrânea retirada dos numerosos poços existentes pela cidade, ou da água fornecida pelos chafarizes públicos que existiam na cidade.¹⁵

O reservatório acha-se a 38 metros sobre a cidade, vindo aliás a água de uma altura de 116 metros. Relativamente é baixa a pressão no encanamento, na parte comercial em caso de incêndio a água pode jorrar sem auxílio de bomba até 14 metros de altura. O desenvolvimento dos tubos tem uma extensão de 10067^m70 com três diâmetros diferentes e 28 chafarizes públicos. Este serviço custou em 1885 pouco mais de 116:000\$, hoje por menos de 220:000\$ não poderia ser feito, atendendo-se à baixa do cambio e do aumento da mão de obra.

O morro da Gratidão e parte do Santo Antônio é servido por uma derivação de água do ribeirão da Gratidão, a que tem direito a cidade. Pelas condições com que é fornecida esta água, ela torna-se um perigo público; os casos de febre tifoide que se tem dado são geralmente atribuídos ao seu uso.¹⁶

Conforme análises laboratoriais encomendadas pelo engenheiro, as águas do ribeirão da Gratidão não deveriam ser distribuídas à população nas condições em que estavam por conterem traços de amoníaco, o que significava a presença de matérias de esgoto. O ribeirão em questão passava justamente pela colônia Dom Pedro II, o local onde os imigrantes alemães estavam instalados, sendo essa a explicação

¹⁴ Minas Gerais, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo F, pp. 5-6.

¹⁵ Em 1894, o 'Fiscal das Águas' Thomas J. Wood relatou que havia em Juiz de Fora trinta chafarizes públicos que forneciam água para o consumo dos habitantes (AHJF, *Ofício de Thomas J. Wood sobre o fornecimento de água em Juiz de Fora*, 1894).

¹⁶ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, pp. 29-30. Morro da Gratidão era o nome dado ao atual Morro da Glória.

para a poluição das águas depois distribuídas.¹⁷ Em relação aos esgotos, a situação não era melhor.

Os esgotos atuais são péssimos; constituem uma formidável ameaça ao futuro da cidade que está em condições idênticas às que produziram os males incalculáveis que tem afligido Campinas, Vassouras, Cantagalo, etc.

Por meio de valas e aproveitando em geral os leitos dos riachos, como o da Independência, o da Liberdade, etc. que cortam a cidade, os resíduos e águas dos esgotos são levados ao Paraibuna em diversos pontos dentro da cidade. A água que corre pelas valas é insuficiente e constante.

Estas valas, quase sempre subterrâneas, são de pedra solta e exalam um odor insuportável; na rua de S. João Nepomuceno os esgotos são cimentados em forma de telha.

É nesse contexto que o estrangeiro Gregório Howyan (como ficou conhecido), formado na ilustre 'Escola de Pontes e de Calçadas' de Paris, entra em cena. O engenheiro foi o autor do controverso *Plano de Saneamento e Expansão da Cidade de Juiz de Fora*, mais conhecido como *Plano Howyan*. A elaboração e execução do Plano foi uma das questões administrativas mais discutidas durante toda a história da cidade de Juiz de Fora. Desde quando começa a entrar no discurso político, uma série de polêmicas — das quais resultou uma flagrante luta política — é debatida direta ou indiretamente, em pareceres, relatórios de associações profissionais e notícias de jornais por técnicos de todo o país.

Howyan elaborou o plano entre 1892 e 1893, na função de Diretor de Obras Municipais sob a administração de Francisco Bernardino, tendo uma modesta parte do que foi planejado originalmente sido construída entre 1893 e 1894. A completa interrupção das obras se deu a partir da vitória de João Nogueira Penido Filho, declarado opositor de Bernardino, nas eleições para presidência da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 1895. Howyan foi embora do Brasil no dia 8 de Abril de 1897,

¹⁷ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, p. 25.

rumo à Marselha.¹⁸ Em dezembro do mesmo ano, se fixou na cidade como “engenheiro civil de trabalhos públicos”,¹⁹ posteriormente, em 1898, trabalharia na atual cidade de Vagharshapat (Armênia);²⁰ em 1900, estaria trabalhando em Suceva (atual Romênia);²¹ e finalmente, em 1908, iria para Adis Abeba (Etiópia),²² cidade onde consta que foi membro da loja maçônica La Lumière d'Éthiopie²³ e veio a falecer em 1927.²⁴

Sobre Howyan, Paulino de Oliveira sustenta a história (reproduzida por grande parte da historiografia) de que o engenheiro teria sido convidado em 1891 para integrar o corpo técnico de consultores que iriam escolher o local da nova capital de Minas Gerais, porém, estando de passagem por Juiz de Fora no mesmo ano, teria gostado tanto da cidade que “prevendo seu futuro, resolveu elaborar, sem qualquer entendimento com a administração municipal, um plano revolucionário para os seus serviços de água e esgoto”.²⁵ Embora Howyan não fosse um dos engenheiros oficiais da Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital, uma notícia do jornal da Cidade do Turvo (atual Andrelândia) parece confirmar em parte a história. De acordo com a notícia, Howyan havia estado naquela cidade por alguns dias, vindo de Ouro Preto:

O Dr. Howyan fez parte ultimamente da comissão nomeado pelo governador do Estado: para estudar a localidade — Belo Horizonte — tendo [ele] elaborado o magnífico parecer que já foi publicado nos jornais de Ouro Preto.

[Howyan] é um perfeito cavalheiro e deixou-nos gratas recordações pelas suas maneiras afáveis e delicadas.

¹⁸ JORNAL DO BRASIL, 10 de Abril de 1897, p.3. Antes disso, em 1896, ele aparece nos registros da ‘Sociedade Astronômica da França’ (da qual fazia parte como membro permanente) como “engenheiro civil de trabalhos públicos” de Sarandi, distrito de Juiz de Fora (L’Astronomie, 1896, p. 445).

¹⁹ L’ASTRONOMIE, 1897, p. 522.

²⁰ L’ASTRONOMIE, 1898, p. 575.

²¹ L’ASTRONOMIE, 1900, p. 586.

²² L’ASTRONOMIE, 1908, p. 605.

²³ BNF, *La lumière d'Éthiopie. Annuaire G[rand] O[rient]*, 1910.

²⁴ Na nota de falecimento emitida pelo Boletim da Sociedade de Astronomia, dizem que em 1908 Howyan fez inscrever ‘sua majestade Ménélík II’, Imperador da Etiópia, como membro fundador da Sociedade (L’ASTRONOMIE, 1927, p. 54).

²⁵ OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, 1966, p. 162.

Cumprimentando-o, desejamos-lhe feliz viagem.²⁶

Raja Gabaglia, em seu parecer sobre a cidade de Juiz de Fora, menciona o projeto Howyan, dizendo que o achou bom.²⁷ Howyan, que já era o engenheiro da Intendência Municipal, ainda emprestou a ele um instrumento de medição e lhe forneceu uma cópia da planta da cidade (esta teria sido incorporada à planta topográfica da cidade desenhada por Noel Sicard, ajudante de Raja Gabaglia, que se encontra em anexo no final do relatório).

O autor de *História de Juiz de Fora* completa dizendo que para a elaboração desse plano descompromissado, Howyan passou a ser visto com frequência pelos morros da cidade com seus ajudantes, com instrumentos e tomando notas em cadernetas. Francisco Bernardino teria se impressionado tanto com o arrojo do entusiasmado forasteiro que depois de tomar posse como presidente da Câmara Municipal em 1892,²⁸ convidou Howyan para assumir o cargo de Diretor de Obras Municipais.

Sobre o estabelecimento de Howyan em Juiz de Fora, pouco é dito para além dessa narrativa em que os acontecimentos parecem ter se dado por um acaso feliz. É amplamente aceita na historiografia a ideia de que o engenheiro teria sido um viajante desinteressado que se instalou na cidade por uma eventualidade do destino. Grande parte da história que envolve o personagem por muito tempo permaneceu um mistério, desde seu nome verdadeiro — seu nome ora aparece em documentos e jornais como “G. Howyan”, ora da forma abreviada “Gregório Howyan” (alguns pesquisadores supuseram que seu primeiro nome teria sido “Gregory”) — até as circunstâncias que orientaram sua vinda para o Brasil. Em pesquisa realizada principalmente em jornais e revistas do fim do século XIX, identifiquei, entretanto, algumas informações que ajudam a esclarecer a história desse personagem.

²⁶ A CIDADE DO TURVO, 14 de Junho de 1891, pp. 1-2.

²⁷ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, pp. 33 e 40.

²⁸ Na transição do período monárquico para o republicano, a Câmara Municipal de Juiz de Fora foi dissolvida para que se criasse no lugar o Conselho de Intendência Municipal provisório, efetivada por deliberação do Governo Provisório em Minas. Em outubro de 1891, Francisco Bernardino tomou posse como presidente deste Conselho, e em 1892, depois das eleições municipais, tornou-se presidente da primeira Câmara Municipal da cidade após a Proclamação da República.

alvus ne pouvait avoir plus de treize ans. Je me souviens qu'alors le Directeur nous raconta que les exercices du corps formaient une partie importante du programme de l'Institut; et je comprends que ces enfants aient pu supporter pendant près de huit heures cette horrible fatigue.

Mais en est-il beaucoup qui auraient montré le même courage ?

C. SCALA.

LE BANQUET DU IX^e ARRONDISSEMENT

Les comités et les électeurs républicains du IX^e arrondissement se sont réunis hier soir dans la salle du Grand Orient en un banquet fraternel pour fêter la victoire de la République aux dernières élections municipales.

La salle des fêtes, très bien décorée, était absolument comble.

Le banquet était présidé par M. Mazard, président du comité du quartier Rochet-Chaumont, qui, au début, a porté la santé du président de la République.

M. Stupny a ensuite remercié le comité radical de son concours et a lu la concordie républicaine.

Dans un discours très attrayant, M. Charles Laurent a remercié les électeurs qui lui ont ouvert les portes de la vie politique; et a célébré les bienfaits de la République impersonnelle.

M. Strauss a ensuite pris la parole et en termes très nets a réclamé le vote d'une loi organique municipale.

Il a lu à Paris et aux franchises municipales.

Parmi les assistants nous avons remarqué M^{lle} Emile Ferry, Emmanuel Arène, Roux Carvet, Eugène P... et une foule d'autres notabilités du parti républicain.

LE CROISSEUR "LE ROLAND"

Les dépêches particulières parvenues ce matin à Paris annoncent que le croiseur le Roland qui se trouvait dans les eaux du golfe de Béarn, profitant d'un moment d'accalmie, a débarqué les 100 tirailleurs algériens réclamés à titre de renforts.

Les tirailleurs ont été débarqués sur l'une des barres proches de Kotonou. Ils sont placés sous les ordres du commandant Fournier.

D'autre part, notre correspondant de Rochefort nous mande que le transport la Durancie est en partance avec les baraquements demandés par le commandant des troupes.

CHAMBRE DES DÉPUTÉS

Séance du 12 mai.

PRÉSIDENCE DE M. FLOQUET

La Chambre valide M. de Froin dans la Grande; elle renvoie à demain pour statuer sur celle de M. Delpont dans la Corse.

On aborde ensuite l'examen de l'ordre du jour; il s'agit de la proposition de M. Bavière-Lapierre tendant à réprimer les entraves apportées à l'organisation des syndicats professionnels.

M. Aynard combat cette proposition comme inefficace. M. Bavière-Lapierre, dit-il, s'est inspiré de l'expérience à laquelle il a procédé la commission des quatre-vingt-quatre.

Mais à ce moment on n'était pas complètement édifié sur les résultats de la loi sur les syndicats.

Cette loi n'a pas produit les effets qu'on attendait; la raison principale en est dans l'esprit et le caractère français.

Une autre cause, c'est que les syndicats est qu'ils ont fait trop de politique.

Les seuls qui aient réussi sont les syndicats mixtes.

La loi que l'on propose sera édictée, et le mal sera plus grand qu'aujourd'hui.

Il faudra scier les intentions du patron, et les juges seront condamnés à l'arbitraire.

La politique s'est introduite dans les syndicats.

Les patrons ne seront plus libres de choisir leurs collaborateurs. La loi sera une loi anti-sociale. (Applaudissements sur divers bancs.)

M. Bavière-Lapierre dit qu'il ne demande aux patrons que le respect de la loi du 21 mars 1884, que M. Aynard a paru vouloir attaquer.

Le parlement, en proclamant la liberté des syndicats de patrons et d'ouvriers, a voulu introduire un peu de justice dans l'application de la maxime économique qu'on appelle l'offre et la demande.

Or, depuis la proclamation de la loi, beaucoup d'ouvriers ont été chassés de l'usine pour avoir voulu faire partie d'associations d'ouvriers; une campagne a été entreprise contre la loi dans la région minière du Nord et dans toutes les entreprises de tissage de la région lyonnaise.

L'orateur cite plusieurs exemples, notamment dans l'Isère, et dit que l'apaisement ne s'obtiendra en France que si la Chambre vote la proposition de loi qui lui est soumise.

Cette proposition n'est point une loi d'exception, comme M. Aynard paraît le croire; le patron prendra l'ouvrier qu'il voudra, mais il ne pourra pas frapper d'existence tout un ouvrier, uniquement parce qu'il fait partie d'une association. On dit que la loi ne sera pas appliquée; soyez certains qu'elle sera appliquée par les tribunaux dans lesquels tout le monde doit avoir confiance.

L'orateur termine en disant que la grève doit être remplacée par l'arbitrage, mais pour cela il faut des arbitres ouvriers libres et forts.

M. de Lannazelle dit que la loi va donner lieu à des procès dont il ne voit pas la fin. Comment pourra-t-on prouver qu'un ouvrier a été renvoyé par son patron sous le prétexte de faire partie d'un syndicat professionnel.

L'orateur conteste que les syndicats demandent l'adoption de la loi; or sur 250 syndicats, 183 ont seulement répondu lorsqu'ils ont été consultés.

La vérité c'est que le projet porte un coup mortel à la loi de 1884.

Les patrons cherchent à se défendre contre une pareille loi et ne peuvent pas se défendre qu'en dehors du syndicat.

M. Dumay appuie la proposition de loi.

M. Lachize dit que pour mettre un terme aux abus existants, il faut voter la loi.

M. Thévenet combat le projet; il dit que si la loi de 1884 n'a pas encore été appliquée, c'est qu'elle n'est pas encore entrée dans la pratique.

M. Clémenceau expose qu'une loi à per-

mais aux ouvriers de se syndiquer; pour que cette loi soit sincère, il faut que la liberté du patron rencontre devant elle la liberté de l'ouvrier. Les propositions arrivées à ce but ne fera qu'écarter la haine entre les ouvriers et les patrons.

M. Fallières dit que le gouvernement est favorable au principe de la loi, mais fait des réserves sur l'article premier.

Par 410 voix contre 106, la Chambre décide de passer à la discussion des articles.

La séance est levée à 5 h. 55. Demain, séance.

SÉNAT

Séance du 12 mai

PRÉSIDENCE DE M. LE ROYER, président

Le Sénat a procédé à la suite de la seconde délibération sur le projet de loi concernant la responsabilité des accidents dont les ouvriers sont victimes dans leur travail.

M. Bavière-Lapierre, par l'article 2, un amendement portant qu'un règlement d'administration publique pourra fixer la réduction que l'accident fait subir au salaire quotidien moyen de la victime d'après la nature de l'infirmité en résultant.

M. le rapporteur dit que la commission accepte un amendement de M. Royer portant que l'ouvrier pourra faire constituer une rente à capital réservé représentant les deux tiers de l'indemnité qui lui est accordée. Elle a supprimé avec regret la disposition qui permettait au tribunal d'accorder à l'ouvrier le paiement immédiat du tiers de la somme représentative de la pension.

M. Maze regrette l'abandon de cette dernière disposition.

Un amendement de M. Félix Martin n'est pas pris en considération.

Après avoir entendu M. Cavenot et M. Trarieux, le Sénat prononce le renvoi à la commission de la loi, d'après la nature de l'infirmité en résultant.

Elle est reprise à quatre heures et demie.

Les articles 4, 5, et 6 sont adoptés.

L'art. 7 est adopté.

La suite de la discussion est renvoyée à demain trois heures.

La séance est levée à cinq heures vingt.

LES PROGRÈS AU BRÉSIL

Rio-de-Janeiro, 12 mai.

La ville de Pelotas se transforme rapidement. L'ingénieur Howman va la doter d'un système d'égouts à l'instar de Paris. Quant au chemin de fer de Pelotas aux colonies agricoles voisines, les études viennent d'être approuvées.

Les hostilités de Tubarao, inexploitées depuis 1887, sont remises en état d'exploitation.

La Central Bahia Company prolonge sa ligne principale jusqu'à Monte Novo.

On a inauguré la ligne du Paraopeba qui part de Rio de Janeiro, sur le Central du Brésil, et va jusqu'au confluent du Paraopeba avec le San-Francisco.

LES GRÈVES

La grève des ouvriers verriers

Dans une réunion tenue par les verriers, il a été décidé qu'une délégation de quatre membres se rendrait dans chaque usine.

Cette délégation sera chargée de demander aux patrons de consentir à l'abolition du travail de nuit et à la diminution de la journée. Actuellement les verriers font onze heures de travail; ils demandent la journée de dix heures.

Si les patrons prennent ces demandes en considération, les grévistes cessent aussitôt de chômer. En effet, les deux ouvriers dont le renvoi a été la cause déterminante de la grève actuelle sont les premiers à conseiller à leurs camarades de reprendre le travail, sans s'occuper de leurs personnes, pourvu que les patrons fassent droit à leurs réclamations.

La continuation de la grève a été votée. Les ouvriers qui travaillent ont décidé de trois jours de paye par quinzaine seraient prélevés en faveur des grévistes.

L'usine Milloré embauche à nouveau des ouvriers, mais les grévistes qui y sont présents sont en petit nombre. M. Milloré a fait afficher à la porte de son usine une annonce dans laquelle il garantit la liberté du travail à tous.

DANS LES DÉPARTEMENTS

Alais, 12 mai.

Hier, les grévistes ont tenu deux réunions, chantant la Marseillaise et criant : Vive la grève ! On craint pour aujourd'hui des troubles aux mines de la Grand-Combe.

C'est pour prévenir des désordres qu'un bataillon du 58^e de ligne, en garnison à Avignon, a reçu l'ordre de partir ce matin pour Alais. Ce bataillon a dirigé deux compagnies sur Bessèges, une sur Lallè et une sur la Grand-Combe, où se trouvent déjà deux compagnies du 58^e de ligne.

Le bataillon du 58^e de ligne est encore à Avignon à six heures du matin, et se tenait prêt à partir pour Alais au premier signal.

La Grand-Combe, 12 mai.

La situation à la Grand-Combe est excellente; le travail continue et aucun meneur étranger n'y fait de agitation.

La tranquillité est complète dans tous les chantiers.

Bessèges, 12 mai.

Sur 290 mineurs en grève, 135 se sont présentés ce matin pour reprendre leur travail.

Les mineurs de Lallè, se rendant au travail ce matin, en ont été empêchés par les grévistes d'Alais. Les grévistes de Lallè ont été arrêtés par les gendarmes et les femmes excellentes à la grève et menaçaient les travailleurs.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Les dragons sont en état de départ, ont défilé les attraits et protégé la liberté du travail.

Quatre cents mineurs sur mille ont repris le travail d'aujourd'hui.

Nos registros da École Nationale des Ponts et Chaussées consta que um “Grégoire Howyan”, nascido na Armênia (que na época fazia parte do Império Otomano), fez cursos preparatórios na Escola a partir dos anos de 1881–1882.²⁹ Antes de vir para o Brasil, o engenheiro teria participado do planejamento e obras do serviço municipal de águas e do saneamento de Paris.³⁰ Sua mãe se chamava Iskouhy Howyan, falecendo em Paris em 1894 quando o engenheiro já estava empregado em Juiz de Fora.³¹ Ao que parece, segundo notícias de jornais brasileiros, o engenheiro teria se instalado entre os anos de 1887 e 1888 no sul do Brasil, onde realizou uma série de serviços: na cidade de Pelotas, concorreu para a construção de obras de canalização de esgoto e águas servidas em 1887,³² projetou o “Asilo do Mendigo” em 1888; e vendia mapas dos estados do sul e países limítrofes que ele próprio fazia.³³

Sobre o projeto de Howyan para os esgotos de Pelotas, sua proposta foi considerada a mais vantajosa entre os concorrentes, como noticiou o *Jornal do Recife* em 1889.³⁴ Aparentemente, assim como em Juiz de Fora, não foi sem polêmicas que o projeto para os esgotos de Pelotas se realizou. Janaína Silva Xavier, em dissertação sobre o saneamento dessa cidade, conta que o anteprojeto que Howyan apresentou no concurso foi elaborado quando o engenheiro ainda estava em Paris, tratando-se mais de um esboço do que um plano definitivo. Howyan propôs, em quarenta anos, construir canalizações de esgotos e de águas pluviais, nivelar as ruas e fornecer 2.050 m³ de água potável. O engenheiro não especificou de onde essa água seria capturada, levantando dúvidas sobre como a rede se daria. Apesar disso, o projeto acabou sendo escolhido por ter sido, no tempo hábil de escolha que os administradores locais tinham, o que apresentava melhor custo benefício. O projeto foi reprovado pela Comissão de Orçamento Municipal no final do ano de 1887, sob a alegação de que o proponente não tinha apresentado à Câmara nenhum pro-

²⁹ BNF, Manuscrito 3275 – *Registre matricule des élèves externes (civils)*, fol. 12.

³⁰ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 21.

³¹ A CIDADE DO TURVO, 19 de Agosto de 1894, p. 2.

³² A FEDERAÇÃO, 26 de Abril de 1887, p. 1.

³³ Idem, 2 de Julho de 1889, p. 3.

³⁴ JORNAL DO RECIFE, 15 de Maio de 1889, p. 2.

Figura 19 (p. 74): LA PETIT PRESSE, 14 de Maio de 1890, p. 2. Na notícia do jornal francês, se lê que Howyan estava prestes a dotar Pelotas de um sistema de esgotos como o de Paris.

jeto, plantas, ou orçamento definitivo, violando uma série de cláusulas celebradas no contrato.³⁵

No início de 1888, o *Jornal A Federação*, órgão do Partido Republicano, declarou que não iriam articular “uma só palavra em defesa do contrato Howyan”, e apesar de serem partidários intransigentes da autonomia municipal, não eram obrigados a defender “contratos Howyan, passados, presentes e futuros, seja o seu objeto o estabelecimento de esgotos subterrâneos, seja qualquer outra empresa ou negociata”.³⁶

A aprovação do projeto em Abril de 1889 mobilizou diversas reclamações. O *Jornal de Recife* noticiou, por exemplo, que em Pelotas houve um “*meeting* para protestar contra o contrato Howyan” e pedir ao Presidente da Província que não sancionasse o contrato. Segundo a notícia, havia um abaixo assinado que todos os interessados pelo “pelo bem estar da Pelotas” deveriam subscrever.³⁷ Diante das desconfianças, Howyan acabou vendendo sua concessão para a Empresa Industrial e Construtora do Rio Grande, que contratou o engenheiro Guilherme Ahrons para a execução das obras.³⁸

Declarando que o projeto Howyan era inexecutável, o engenheiro produziu um livreto que expunha, para os habitantes de Pelotas, os erros técnicos do plano de Howyan.³⁹ Ao que parece, algo desse material foi parar em Juiz de Fora em 1894, quando as discussões em torno da construção do projeto de saneamento dessa cidade estavam no auge.⁴⁰ Em 1895, sem que as obras tivessem sequer começado, o contrato celebrado entre a Empresa Industrial e Construtora e a Intendência Municipal eventualmente caducou.⁴¹

³⁵ XAVIER, *Saneamento de Pelotas (1871-1915)*, 2010, pp. 102, 181-184. Janaína Xavier transcreveu, da página 180 a 192, uma série de documentos que se encontram no Arquivo do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas. Como não consegui acessar os arquivos, recorri ao registro da pesquisadora.

³⁶ A FEDERAÇÃO, 24 de Março de 1888, p. 1.

³⁷ JORNAL DO RECIFE, 27 de Abril de 1889, p. 2.

³⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de Abril de 1891, p. 3; *Revista de Engenharia*, n. 255, 1891, p.11.

³⁹ XAVIER, *Saneamento de Pelotas (1871-1915)*, 2010, p. 103-104.

⁴⁰ O PHAROL, 27 de Julho de 1894, p. 1.

⁴¹ XAVIER, op. cit., p. 105.

Figura 20 (p. 77): A FEDERAÇÃO, 2 de Julho de 1889, p. 3. Anúncio de venda de mapas elaborados pelo engenheiro Howyan.

...feijão, 140 ditos com farinha
...ditos com milho e 13.920 ki-
...lo.
...Pernambuco, Egracio O.T. Ri-
...200 kilos de arroz. João Brocha-
...kilo de banana.
...Antuérpia, no vapor Canning,
...Becker, 450 kilos de fumo em
...Hamburgo, o mesmo, 6.432 kilos
...ros limpos e 3.168 ditos de couros

...o Rio, no vapor Comomocall,
...ico Dexeimer & C., 200 sacos
...farinha peneirada, 500 ditos com fei-
...Antonio Joaquim Carvalho Bastos, 63
...com feijão, José Luiz Pereira &
...600 sacos com farinha commum.
...Facciro & C., 1.920 kilos de touci-
...0 sacos com feijão, P. H. Kessler,
...0 kilos de graxa. C. J. Schilling,
...sacos com farinha peneirada. Ma-
...Bento da Silva Santos, 400 sacos com
...Antonio Joaquim Carvalho Bastos,
...sacos com feijão.
...ra a Bahia, no mesmo vapor, Lopes,
...ro & C., 2.000 sacos com farinha
...num. Americo Pereira da Silveira, 22
...as com feijão. Macedo & Azevedo
...caseros, 285 sacos com farinha pe-
...neirada.

...ara o Rio, no vapor Canning, Antonio
...to & C., 1.200 kilos de carne de porco.
...lo Fuchs, 30 sacos com feijão, 100
...com farinha peneirada. Torres & C.,
...40 kilos de graxa. Frederico Dexhei-
...r & C., 2.050 kilos de banana. Cardoso
...ampas, 460 sacos com farinha pe-
...neirada, 40 ditos com feijão. Antonio Ri-
...ras & C., 200 sacos com feijão. Ca-
...Trinidade, 3.000 kilos de banana. H.
...ch, 140.850 kilos de banana, 200 caixas
...negas Florida. Jung & Dreher, 100
...sacos com feijão. Ventura Pinto de Oli-
...veira, 45 sacos com farinha peneirada,
...95 ditos com farinha commum. Felix H.
...Kessler & C., 9.000 kilos de sebo. Manoel
...B. da Silva Silva Santos, 36 sacos com
...feijão. Julio Isler, 50 sacos com feijão.
...Miranda Bastos & C., 1.028 kilos de touci-
...nho, 317 ditos de carne de porco. Can-
...dido Lopes & C., 10.500 kilos de banana,
...15 barricas com camarões. M. A. da No-
...va, 2.040 kilos de banana, 2.702 ditos de
...carne de porco, 190 linguas. Sebastião
...Moura, 870 kilos de toucinho.
...Para a Bahia, no mesmo vapor, C. Tor-
...res & C., 300 sacos com farinha penei-
...rada.

EDITAES

Faço publico de ordem do illm. sr. con-
...tador, servindo de inspector da thesou-
...ria de fazenda, que o prazo para a substi-
...tução, sem desconto, das notas de 200\$000
...das de 5ª estampa, foi prorrogado até 30
...de setembro do corrente anno, contanto
...dos municios a inspeccão da caixa de
...ticipação por telegrama de 15 do cor-
...rente.

...de fazenda da provincia de
...Pelro do Rio Grande do Sul, 17 de
...nho de 1889.

O secretario da junta,
...Jodo Celestino Salcatorio
...2 v. p. semana até 30 7brv.

DECLARAÇÕES

Estação de Ferro do Porto
...Alegre a Uruguaiana

De ordem do sr. director engenheiro
...hefe faço publico que do dia 6 do corren-
...te mez em diante fica aberto ao trafego nesta
...estação de ferro a estação provisoria de
...mba.

Os trens mixtos (de carga e passageiros)
...tre esta estação e a de Santa Maria cir-
...cristam nos dias 4, 7, 11, 15, 19, 23, 27,
...e todos os domingos, de accordo com o
...rio em vigor, que é o seguinte:

	Partida	Estações	Chegada	Partida
				3h 20m t.
				3h 40m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m
				2h 50m
				3h 10m
				3h 30m
				3h 50m
				4h 10m
				4h 30m
				4h 50m
				5h 10m
				5h 30m
				5h 50m
				6h 10m
				6h 30m
				6h 50m
				7h 10m
				7h 30m
				7h 50m
				8h 10m
				8h 30m
				8h 50m
				9h 10m
				9h 30m
				9h 50m
				10h 10m
				10h 30m
				10h 50m
				11h 10m
				11h 30m
				11h 50m
				12h 10m
				12h 30m
				12h 50m
				1h 10m
				1h 30m
				1h 50m
				2h 10m
				2h 30m

Não é raro que o Plano Howyan de 1893 em Juiz de Fora seja mencionado em publicações mais recentes como o plano ambicioso de um engenheiro visionário que teria vislumbrado o futuro da cidade de Juiz de Fora, mas infelizmente foi vítima das circunstâncias políticas. Por meio do discurso do Plano, o engenheiro justificava com propriedade, por meio de fundamentos teórico-científicos, suas escolhas. A leitura desatenta convence o leitor de que os assuntos ali desenvolvidos são coesos. À primeira vista, tudo parece estar logicamente encadeado dentro da proposta apresentada.

É a partir de 1894, quando as obras relativas aos esgotos em Juiz de Fora estavam em pleno funcionamento, que vão se avolumando as objeções por parte de profissionais contra a parte técnica do Plano Howyan. O projeto, repleto de termos técnicos, cálculos elaborados e promessas de grandeza para a cidade de Juiz de Fora, seria acusado de possuir defeitos semelhantes aos do plano que o engenheiro elaborou para Pelotas anos antes.

Primeiro, opositores do plano acusaram-no de incompleto, pois ele careceria de informações básicas essenciais, e sem esses elementos o projeto estaria respaldado em hipóteses; segundo, o plano teria sido aprovado sem a realização de estudos prévios indicando pressupostos imprescindíveis, como por exemplo, a quantidade e qualidade de água disponível para abastecer o sistema (ou seja, não se sabia nem mesmo se a água seria suficiente ou adequada para consumo); terceiro, Howyan teria calculado o sistema de saneamento para a cidade de Juiz de Fora contando com coeficientes aumentados, esperando a um futuro populoso para a cidade — o que tornava o projeto altamente antieconômico para o momento; por fim, um suposto ‘erro’ de cálculo teria tornado o já exagerado Plano ainda mais desproporcionado. Houve ainda outras acusações, que comentarei mais à frente no trabalho.

O que parece ter acontecido é que Howyan, desde que chegou ao Brasil, tentou ‘vender seu peixe’ para as administrações municipais, empenhando-se para emplacar um acordo vantajoso. O engenheiro prometia sanear e embelezar as cidades, num momento em que o saneamento despontava com um diferencial para as administrações municipais. Utilizando uma retórica calcada na validação técnica e não mais nos meios tradicionais de legitimação política, o engenheiro conseguiu, até certo ponto, entranhar no complexo meio de interesses conformado pelos

grupos sociais dominantes que intervinham no processo de produção do espaço da cidade da Primeira República.

Esse arranjo entre engenharia politécnica e política, mesmo que no fim das contas tenha produzido obras desastrosas — mal projetadas, mal dimensionadas e mal executadas, em muitos casos resultou em bons negócios para os personagens envolvidos, dando margem para negociatas envolvendo a construção de obras públicas. Em Juiz de Fora, desde o Império, pelo menos, obras públicas foram meios de acumulação financeira muito prolíficos sob diversos aspectos. O que mudaria era o discurso, agora pretensamente neutro e pautado na crença absoluta na ciência, que serviria para respaldar as administrações locais a partir da construção de obras públicas ‘modernas’. Obras desse tipo inflam o discurso político e alavancam muitas figuras ao poder (o que não é pouco). Obras mal feitas significam, muitas vezes, carreiras de sucesso.

5 Plano Howyan

Em 9 de Agosto de 1892, o presidente da Câmara Francisco Bernardino convidaria o engenheiro Grégoire Howyan para assumir o cargo de Diretor de Obras Municipais da cidade de Juiz de Fora. Dizendo considerar urgente resolver o problema do saneamento da cidade, e tendo o engenheiro “adiantado importantes estudos sobre tão grave matéria”, o chamou para o cargo “acreditando que alguma coisa [era] possível desde já fazer, antes mesmo do exame e apreciação [dos estudos do engenheiro], que a câmara municipal [esperava] com satisfação ter presentes em prazo breve”. O Presidente continua:

O dr. G. Howyan é um engenheiro notável que goza de elevada reputação pelos seus variados conhecimentos científicos e pelos importantes trabalhos que já tem executado em diversas cidades.

Estando há muitos meses nesta cidade à frente de uma turma de engenheiros incumbida de fazer estudos sobre o saneamento de Juiz de Fora, o dr. Howyan tem quase concluído esse importantíssimo trabalho que tem merecido referências encomiásticas de profissionais distintos.

Ninguém, portanto, melhor do que o ilustrado engenheiro, poderá desempenhar o espinhoso cargo de diretor de obras municipais, agora que vamos enfrentar os mais complicados problemas do nosso saneamento.¹

Desde Pelotas, pelo menos, parece que o engenheiro Howyan estava tentando emplacar algum trabalho que lhe conferisse renome no país. Após o fracasso no qual seu projeto de saneamento foi recebido no Rio Grande do Sul, ele tentaria a sorte em outra cidade, desta vez em Juiz de Fora, até então conhecida como “a principal cidade do Estado de Minas Gerais, quer sob o ponto de vista comercial e industrial, quer sob o do conforto e bem estar da população”,² prestes a perder seu posto de protagonista para a nova capital do Estado. O plano Howyan foi aprovado pela Câmara Municipal em 13 de Outubro de 1892, data em que a Câmara Municipal apro-

¹ O PHAROL, 12 de Agosto de 1892, p. 1.

² MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, p. 23.

vou também a realização de um empréstimo de 2.000:000\$000 para a execução das obras de saneamento da cidade.³

Em 16 de Junho de 1893, Aarão Reis descartaria a cidade como uma possibilidade para estabelecer a nova capital, deixando claro que as duas melhores opções eram Várzea do Marçal e Belo Horizonte. O principal motivo que eliminou Juiz de Fora do páreo, segundo o engenheiro, teria sido sua localização geográfica: a cidade estava próxima demais do Rio de Janeiro, na época a Capital Federal (quase na fronteira entre as Províncias), e longe do centro territorial do estado. Além disso, o engenheiro considerou que a cidade já estaria encaminhada para o comércio e a indústria. Em relação à questão sanitária, Aarão Reis acreditava ser fácil resolver os problemas que Juiz de Fora enfrentava, não tendo sido esse o motivo decisivo para a eliminação da cidade na disputa.⁴

Juiz de Fora, fadada a ser ofuscada pela construção da nova cidade, estava em meio a um processo de transformações intensas e conflitos políticos regionais que vinham acontecendo desde a Proclamação da República. Para manter sua notoriedade a cidade precisaria sair à frente das outras em algo que lhe desse evidência, e é exatamente nesse momento que Howyan chega na cidade com o discurso técnico-higienista que casaria perfeitamente com os anseios da administração municipal.

Antes mesmo que o líder da Câmara e os vereadores tivessem sequer avaliado o projeto de Howyan, o engenheiro já havia sido contratado como Diretor de Obras Municipais. Aterrissando na cidade com um discurso isento de vieses políticos ou pessoais, e ao mesmo tempo completamente alinhado com as ideias de modernidade e pioneirismo nas quais a história da cidade foi moldada, ele era a figura certa para desempenhar o papel que lhe seria dado. Não é de se estranhar que tenha sido recebido com tanto entusiasmo. Tendo realizado seus estudos numa célebre instituição europeia e possuindo alguma experiência de trabalho no país, tinha, certamente, o currículo e a procedência certos.

³ CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 84 de 13 de Outubro de 1892 (empréstimo) e Resolução nº 86 de 13 de Outubro de 1892 (aprovação do Plano Howyan).

⁴ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, pp. 75-76.

O arranjo que marcou o que se esperava ser uma ‘gestão científica’ na cidade estava alinhado a um processo de “transferência das categorias de pensamento e de modelos formais” europeus (principalmente franceses), representado pelo engenheiro politécnico positivista, aos moldes do que vinha acontecendo no país desde o fim do século XIX.⁵ As expectativas de Francisco Bernardino — e de Howyan — em relação aos trabalhos de saneamento ficam evidentes no rascunho de uma carta que o líder da Câmara endereçou ao Prefeito de Seine — presumivelmente Eugène Poubelle, o então responsável pela administração de Paris — em Setembro de 1893. Francisco Bernardino pediria que o prefeito lhe enviasse documentos relativos aos trabalhos públicos e obras de saneamento daquela cidade, sustentando não haveria melhor modelo a ser seguido para o regramento de Juiz de Fora do que o da “grande e magnífica” capital francesa.⁶ Howyan, no texto introdutório de seu plano, reforçaria o caráter desenvolvimentista da empreitada.

Em todos os países civilizados, dá-se cada vez mais atenção à higiene pública.

As causas das epidemias e os meios de combatê-las são estudados por numerosos cientistas e, graças aos seus esforços combinados, chegou-se, em muitos casos, senão a anular, pelo menos a reduzir em grandes proporções, o número de vítimas desses terríveis flagelos [...].

Está agora provado que a expansão dessas epidemias se deve a diversas causas tais como: miséria, ignorância, aglomeração de habitações, falta de moradia, falta de aeração geral, falta d’água, sua má qualidade, falta de esgotos nas cidades ou sua instalação defeituosa, etc. etc. ...

Todos sabem que quanto mais as pessoas são ignorantes, piores são as condições de higiene e, conseqüentemente, maior a mortalidade.⁷

Em Juiz de Fora, o acordo firmado entre engenharia sanitária e as lideranças locais incluiu, também, a figura dos médicos higienistas, que ganhava força desde a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em 1889. A elite médica da cidade, buscando reforçar o prestígio da categoria, atuava estrategicamente tomando partido em discussões públicas e propostas de intervenção urbanas de mo-

⁵ SALGUEIRO, *Cidades capitais do século XIX*, p. 137.

⁶ AHJF, *Rascunho de carta endereçada ao Prefeito de Seine...*, 1892.

⁷ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, pp. 62–63.

do que seus membros despontassem como figuras indispensáveis para o almejado progresso da cidade.⁸ Vários dos membros da Sociedade se lançariam em carreiras políticas, como foi o caso de João Nogueira Penido Filho, médico e futuro opositor de Francisco Bernardino. Isso fica evidente na primeira parte do trabalho de Howyan, onde o autor presta homenagem a uma série de personagens que teriam colaborado direta ou indiretamente na elaboração do trabalho.⁹ Howyan agradece aos membros da “Comissão de Saneamento” formada por nomeação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, com o objetivo de “resolver a questão do saneamento da cidade”.

Senhor Francisco de Paula Bicalho, ex-engenheiro chefe da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ex-Diretor do Serviço de Águas da Cidade do Rio de Janeiro etc;

Senhor José Freire Parreiras Horta, engenheiro, ex-Diretor de Obras Públicas no Ministério da Agricultura;

Senhor Alberto Parreiras Horta, engenheiro, ex-Diretor da Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais;

Doutor Eduardo de Menezes, ex-professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia de Medicina do Rio, secretário da Sociedade de Medicina e de Cirurgia de Juiz de Fora;

*Doutor José Cezário Monteiro da Silva, vereador, membro da Sociedade de Medicina e de Cirurgia de Juiz de Fora.*¹⁰

Esses peritos, após o exame do Plano Howyan, manifestaram que o projeto seria “ideal do ponto de vista do saneamento”, desejando que se começasse o quanto antes os trabalhos de execução das obras, pois estavam certos que “desta maneira [chegar-se-ia] ao saneamento completo da cidade que, pelo seu embelezamento e pela sua salubridade, [seria] ímpar na América do Sul”.¹¹

⁸ LANA, *Uma associação científica no “interior das Gerais”*, 2006, p. 8.

⁹ O texto do Plano Howyan se desenvolve através dos capítulos: Homenagens do Autor, Prefácio, Higiene Pública, Drenagem, Natureza dos esgotos, Construções Públicas e Particulares, Ruas, Canais de Cintura, e Conclusão.

¹⁰ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 25.

¹¹ *Ibidem*, pp. 27–29.

O conchavo entre os grupos, aliados pelo discurso do embelezamento da cidade, ficaria ainda mais evidente em outra trama. Desde 1890, Howyan fazia parte da Sociedade Astronômica da França como membro permanente. O grupo, fundado em 28 de Janeiro de 1887, tinha como objetivo “reunir pessoas que se ocupassem teórica ou praticamente de astronomia, ou que se interessassem pelo desenvolvimento dessa ciência”, sendo os esforços do grupo direcionados ao “avanço e a popularização” da disciplina.¹² Nos anos de 1892 e 1893, quando Howyan já estava em Juiz de Fora a trabalho, ele indicou uma série de indivíduos para integrarem a Sociedade, três dos quais estavam envolvidos com seu Plano: o líder da Câmara Francisco Bernardino, Francisco Bicalho e Eduardo de Menezes, sendo os dois últimos integrantes da supracitada Comissão de Saneamento. Segundo o estatuto da Sociedade Astronômica, para fazer parte da instituição seria necessário que o aspirante fosse apresentado por dois de seus membros; posteriormente, o Conselho da Sociedade, em reunião, discutiria e votaria nos candidatos (era necessário obter ao menos três quartos de votos para ser admitido).¹³

Entre Junho e Outubro de 1892, Howyan indicaria os seguintes engenheiros brasileiros à Sociedade:¹⁴ Francisco Bicalho (“engenheiro-chefe e diretor dos serviços de água da cidade do Rio de Janeiro”); João Carlos Saldanha de Gama (“engenheiro-geógrafo no Rio de Janeiro”), André Triana (“antigo aluno da Escola de Pontes e Calçadas, engenheiro-diretor das minas de ouro de Faria, em Vila Nova de Lima”), Antô-

¹² L'ASTRONOMIE, Statuts [Article Premier], 1892, p. 1. Tradução minha. No original: But de la Société. Une Société est fondée dans le but de réunir entre elles les personnes qui s'occupent pratiquement ou théoriquement d'Astronomie, ou qui s'intéressent au développement de cette Science et à l'extension de son influence pour l'éclaircissement des esprits. Ses efforts tendront à l'avancement et à vulgarisation de cette Science, ainsi qu'à faciliter les voies et moyens à tous ceux qui désirent entreprendre des études astronomiques. On fait appel pour sa composition et son développement à tous les amis de la Science et du Progrès.

¹³ O Conselho era composto por 25 pessoas, sendo que ao menos oito deveriam residir em Paris ou arredores. Caso o indivíduo quisesse fazer parte do grupo, mas não necessariamente tivesse indicação de dois membros, bastava enviar o pedido para o presidente ou secretário da Sociedade em Paris, que designaria, caso fosse preciso, um par para nomear o indivíduo. L'ASTRONOMIE, 1892, pp. 1-4.

¹⁴ Levantei essas informações a partir de registros da Sociedade de Astronomia. Segundo notícia do *Pharol* de 25 de Janeiro de 1892, Howyan indicou outros indivíduos para a Sociedade além dos que consegui verificar. Eram Antonio Olyntho dos Santos Pires e “os srs. capitão de engenheiros Antonio M. A. O'Connel Jersey, dr. Henrique Gorceix e tenente de estado maior Augusto Tasso Fragozo”.

nio de Souza Mello e Netto (“engenheiro, chefe de seção do Museu do Rio de Janeiro”); Antônio Pedro de Mendonça (“diretor da Companhia Industrial e Construções Hidráulicas, 65, rua General-Câmara, no Rio de Janeiro”); ‘J.-J.’ da Silva Freire (“engenheiro, presidente da Companhia Industrial e Construções Hidráulicas”).¹⁵

A partir de Dezembro de 1892, Howyan passaria a apresentar alguns personagens residentes em Juiz de Fora: Luís Eugênio Horta Barbosa (“antigo deputado, ex-presidente dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Piauí, advogado, em Juiz de Fora”); Dr. Francisco Vicente Gonçalves Penna Filho (“médico, inspetor de higiene, em Juiz de Fora”); e Guilherme Álvaro (“médico oculista, em Juiz de Fora”).¹⁶ Por fim, entre Maio e Outubro de 1893, Howyan apresentaria Francisco Bernardino, ‘Sua excelência’ O Conde de Motta Maia, Isidro Pereira de Azevedo (“juiz de direito, em Turvo”); e, finalmente, o médico Eduardo de Menezes.¹⁷

A associação entre Howyan e as autoridades regionais beneficiou mutuamente as partes envolvidas. Certamente, determinados grupos organizados na cidade faziam lobbys em favor de causas próprias. Nesse sentido, as indicações de Howyan à Sociedade Astronômica da França podem ser interpretadas como indícios dos favores (fossem eles velados ou não) trocados entre os grupos de interesse nessa história: o pertencimento a essa renomada agremiação engordava o currículo de engenheiros, médicos e tecnocratas de modo geral, sendo um distintivo de exclusividade e ilustração.

Após aceitar o cargo de Diretor de Obras Públicas Municipais de Juiz de Fora, o projeto do engenheiro foi ficando cada vez mais conhecido entre a população. No mesmo ano, o jornal *O Pharol* dedicou praticamente a primeira página de uma de suas edições para a apresentação e explicação geral do projeto para os leitores.¹⁸ No fim de 1892, o clima de empolgação e expectativa ia aumentando; confiava-se que o projeto garantiria grande progresso e prestígio para o município, equiparando-a a cidades famosas. Um colunista do jornal supracitado exaltou, em dezembro do mesmo ano, o projeto já extensivamente anunciado aos habitantes da cidade.

¹⁵ L'ASTRONOMIE [nº 6 e 7], 1892.

¹⁶ L'ASTRONOMIE [nº 9], 1892.

¹⁷ L'ASTRONOMIE [nº 5 e 7], 1893.

¹⁸ O PHAROL, 27 de Novembro de 1892, p. 1.

Cadran solaire. — A propos des cadrans solaires de MM. Cozza et Howyan,

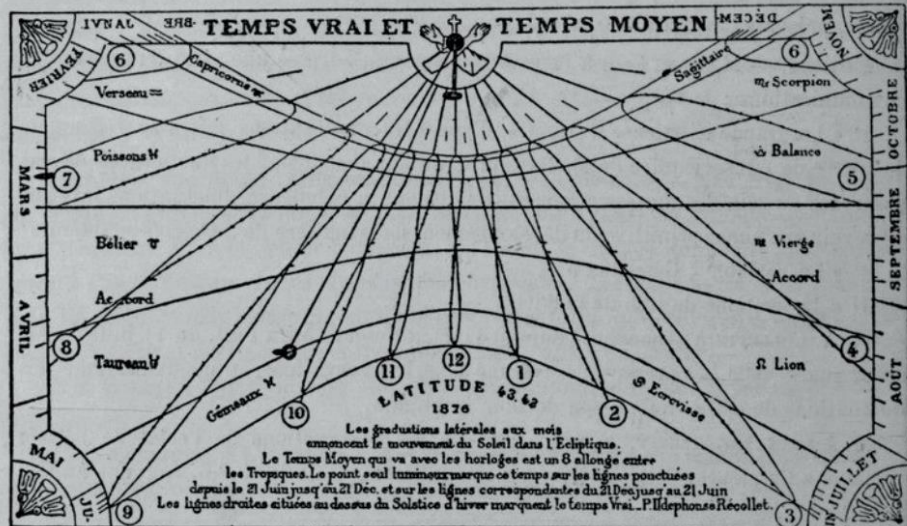


Fig. 80. — Cadran solaire construit par le R. P. Ildefonse, à Nice.

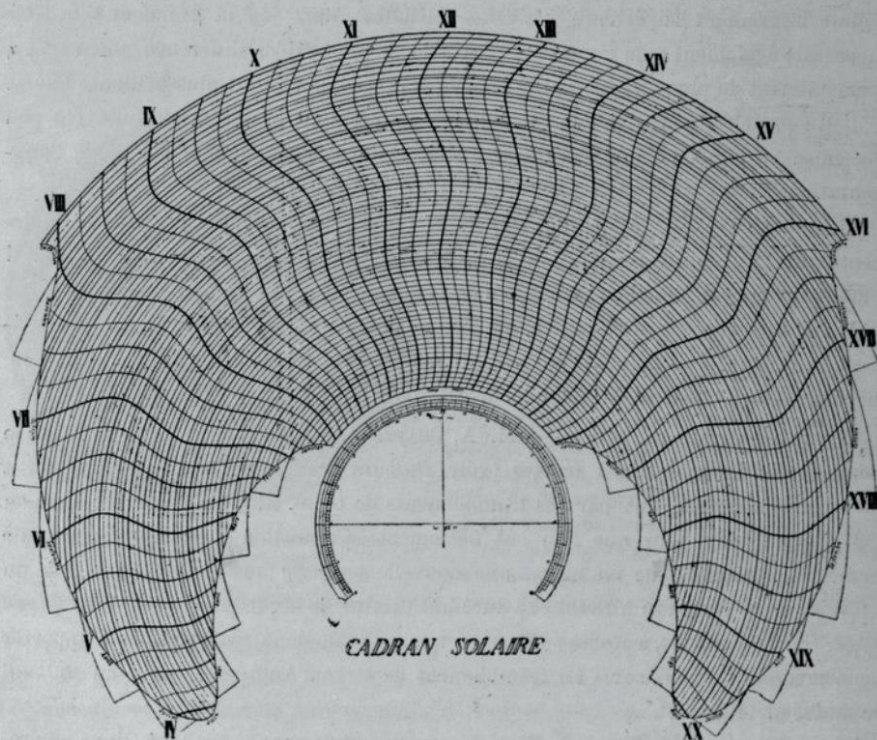


Fig. 81. — Cadran solaire établi par M. G. Howyan.

nous avons reçu de Nice le cadran reproduit ici (fig. 80) et dû au R. P. ILDEFONSE,

Encontrei [em Juiz de Fora] um espírito de cidade europeia, em que se desenvolvem os germens dos grandes centros industriais. Vi as suas fábricas, os seus estabelecimentos úteis, os seus hotéis, as suas casas comerciais. Notei a grande população escolar que enche as suas casas de ensino público e particular. Estudei o caráter da sua população e verifiquei que é um povo destinado a realizar em Minas Gerais o papel de impulsor de toda a iniciativa particular em favor do progresso do estado. [...]

Pela sua situação topográfica, num vale, rodeada de montanhas, cortada pelo Paraibuna, esta cidade exigia o acerto científico de um homem como o sr. dr. Howyan, que merece aplausos pelo belo trabalho que apresentou sobre a futura cidade de Juiz de Fora.

Para essa obra colossal de transformação desta cidade, que a coloque ao nível das mais belas e opulentas da Norte América, devem concorrer todos os bons mineiros.

É preciso que nos povos se sufoquem esses sentimentos pequeninos do bairrismo, despertando-se os sentimentos nobres do altruísmo, da grandeza comum, da felicidade universal.

Juiz de Fora é uma cidade mineira. A sua grandeza concorrerá para a de todo o estado.

Colaboremos, pois, todos na obra do levantamento moral e material de Minas, principiando por Juiz de Fora que possui os germens latentes do progresso e onde, portanto, mais fácil será o seu desabrochar, como o materiamiento e o esplendor de toda a sua virilidade.¹⁹

O Plano Howyan, adquirido pela Câmara Municipal em 1893,²⁰ era composto de uma série de documentos. Além do memorial descritivo, o engenheiro elaborou diagramas de cálculo, plantas diversas referentes à execução do projeto, esquemas

¹⁹ O PHAROL, 10 de Dezembro de 1892, p. 1.

²⁰ A Resolução nº 155 de 22 de Março de 1893 rezava: “Fica o presidente da Câmara autorizado a fazer aquisição do projeto e estudos para o saneamento da cidade, por Azevedo, Reeve e Ludolf, e organizados sob a direção do engenheiro G. Howyan, podendo despendar para esse fim até a quantia de cinquenta contos de réis (50:000\$000) pela verba especial do orçamento em vigor ou a custa do empréstimo.

Figura 21 (p. 86): L'ASTRONOMIE, 1903, p. 208. Nessa edição do periódico, foi publicado um modelo de relógio solar proposto por Howyan.

quantitativos de materiais e orçamentos estimativos. A maior parte desse material se perdeu ao longo do tempo, o que dificulta um pouco a tarefa de entender o que o engenheiro planejou executar de fato. Por ora, me deterei na análise do texto de 64 páginas que Howyan redigiu para explicar o projeto. Logo no início, Howyan diz que, ainda que Juiz de Fora fosse, “sem sombra de dúvidas”,²¹ a cidade de Minas Gerais mais propensa a ter um grande e rápido desenvolvimento, a cidade deixaria muito a desejar em relação à higiene pública.

Juiz de Fora tem hoje cerca de 12.000 habitantes, mas esse número já aumenta sensivelmente a cada ano e aumentará ainda mais após o saneamento que será objeto de nosso estudo.

Quando se chega à cidade, nota-se, em primeiro lugar, ao mesmo tempo que a largura de suas ruas e da regularidade de seus traçados, a ausência quase total de pavimentação.

As calçadas são mal macadamizadas e muito mal conservadas.

As chuvas frequentes nessa região formam uma lama espessa e insalubre que as torna impraticáveis para os pedestres, o que obriga a Municipalidade a refazer, continuamente, esse trabalho indispensável.

O escoamento das águas servidas e pluviais é feito de forma insuficiente por uma sarjeta muito pequena.

Os passeios muito estreitos e, frequentemente, muito elevados são, geralmente, suficientemente bem lajeados, mas carecem de beiradas. [...]

Após chuvas abundantes, percebem-se nas praças e nas ruas, mesmo nas mais frequentadas, poças de água estagnada que não encontram nenhum escoamento e só secam após vários dias de tempo bom.

Essas poças são certamente uma das causas de insalubridade da cidade e é extremamente necessário fazê-las desaparecer.²²

Os planos do engenheiro para a cidade se dividiam entre vários pontos. Seria indispensável realizar o nivelamento e drenagem da ‘parte baixa’ da cidade (onde o terreno era mais alagadiço e insalubre), sendo igualmente importante a retificação do Rio Paraibuna para impedir a ocorrência de inundações. Já o nivelamento e pavimentação das ruas, aliadas a criação do serviço de coleta de lixo, eram determi-

²¹ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 31.

²² *Ibidem*, p. 33.

nações que diziam respeito tanto à questão sanitária quanto ao caráter embelezador do projeto. Os pontos principais do Plano eram prover a cidade de uma rede de abastecimento d'água suficiente às demandas de consumo local, e construir um sistema de esgotos que seria um esquema que mais se assemelhava ao *tout a l'égout*, incorporando elementos de outros sistemas. Essa técnica presumia a eliminação conjunta dos efluentes sanitários (domésticos e públicos) e das águas pluviais. Por fim, um dos pontos mais controversos era a construção do que o engenheiro chamou de 'canais de cintura', um sistema de grande altura, fechado por muros de alvenaria, para o escoamento das águas pluviais. Esse elemento seria conformado por uma rede de tubulações que interceptaria a água das chuvas no topo das montanhas da cidade, impedindo que naturalmente escorressem e fossem despejadas nas partes baixas.

O engenheiro dividiu o plano de modo que pudesse ser executado em etapas, por ordem de prioridade. Seria impossível realizar o trabalho todo de uma vez; algumas etapas, naturalmente, deveriam ser vencidas primeiro que as outras. Além disso, um projeto desse porte não seria exequível no período de um mandato; só os trabalhos de aterramento dos arredores alagadiços do Rio Paraibuna demandariam, segundo seus cálculos, entre dez e dezoito anos para serem concluídos.²³ A tarefa exigiria, portanto, esforços de organização e planejamento em longo prazo.

Em ordem de primeira necessidade, o engenheiro propunha “abaixar levemente o leito do rio e elevar a parte baixa da cidade cujo terreno insalubre é composto, em grande parte, de matérias orgânicas, encontrando-se enlameado, sem oferecer a solidez necessária que permita edificar construções firmes”.²⁴ Em seguida, seria indispensável executar a retificação do rio Paraibuna e a drenagem dos numerosos ‘pântanos’ que envolviam a cidade como um “cinturão funesto”,²⁵ considerando-os potenciais focos de infecção. Ainda, na análise do engenheiro, esses produziriam, pelas variações de temperatura e umidade, uma profusão de micróbios, que transportados pelo vento espalhariam doenças a lugares distantes de onde surgiram inicialmente. Depois, acompanhando a ordem de execução dos serviços sugerida

²³ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, pp. 93–95.

²⁴ *Ibidem*, pp. 151–153.

²⁵ *Ibidem*, p. 53.

pelo engenheiro, deveria se cuidar da criação da 'Polícia Sanitária',²⁶ da construção da rede completa de esgotos (incluindo os canais de cintura), e por fim, do sistema de distribuição de água.

A conformação topográfica da parte baixa de Juiz de Fora – onde estavam os cerca de 90 hectares de terrenos a ser dessecados – se assemelharia a uma 'bacia' envolvida pelas montanhas que rodeiam a cidade. O primeiro trabalho a ser feito em relação ao 'saneamento do vale pantanoso' seria a escavação de uma espécie de fosso que envolvesse e isolasse toda a extensão do terreno a ser drenado. Em seguida, o dessecamento propriamente dito seria realizado por meio de 'colmatação', um tipo de aterramento utilizando lodo proveniente do rio Paraibuna. A vantagem desse sistema, ainda segundo Howyan, para além da remoção das partes lodosas do rio, é que o solo colmatado apresentaria notável fertilidade. Dessa forma, a cidade teria, nas palavras do engenheiro, "um terreno limpo para construir belas vias, nas margens do rio e excelente também [...] para o cultivo".²⁷ Em relação à retificação do rio, Howyan declarou:

[...] é necessário dar ao rio uma direção racional e definitiva, como já indicamos em nosso projeto, proteger suas margens nas condições mais vantajosas, e, ao mesmo tempo, mais econômicas, zelar pela sua limpeza, impedindo que as águas domésticas e das fábricas sujem as do rio, povoá-lo de peixes e facilitar a navegação de pequenos barcos, o que trata à cidade um atrativo a mais.²⁸

O engenheiro propunha retificar um trecho de aproximadamente seis quilômetros do rio numa seção trapezoidal de 12,25 metros no fundo e 15,25 metros de largura no nível das ribanceiras.²⁹

Ainda que Howyan não entre em muitos detalhes sobre como seria a rede de distribuição de água para a cidade no texto explicativo de seu plano, a partir de Fevereiro de 1893, com o auxílio do Fiscal das Águas da cidade Thomas J. Wood, o en-

²⁶ Como expliquei no capítulo anterior, a Polícia Sanitária foi criada ainda em 1892, por indicação da Resolução Municipal de 14 de Maio do referido ano.

²⁷ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 97.

²⁸ Ibidem, pp. 77-79

²⁹ O PHAROL, 27 de Novembro de 1892, p. 1.

engenheiro começou a realizar estudos voltados ao sistema, publicando posteriormente um memorial justificativo específico para o projeto da rede de abastecimento de água.³⁰ Afirmando que o abastecimento de água em Juiz de Fora não atendia as exigências de consumo, ele defendia que para operar e manter o saneamento da cidade seria necessário prover água em abundância tanto para a utilização doméstica, quanto para a limpeza de ruas e esgotos.³¹ Em Juiz de Fora isso não seria problema, pois haveria uma grande quantidade de água potável disponível na região para ser captada e distribuída facilmente para a população.³²

Howyan estava confiante na exequibilidade dessa rede de distribuição de água, ainda que não tivesse apresentado em seu Plano quaisquer resultados de análises sobre a quantidade e aproveitabilidade das águas disponíveis. Possivelmente, essa suposição do engenheiro se deu a partir da observação, como apontou Aarão Reis.

A priori pela origem geológica e *a posteriori* pela observação dos habitantes ribeirinhos e por suas informações contestes, nenhuma dúvida pode pairar no espírito do engenheiro que estudar esta região sob o ponto de vista hidrológico, a respeito da potabilidade e da boa qualidade de suas águas, contanto que para a sua captação, transporte e reserva sejam aplicados os processos da engenharia sanitária.³³

Para o consumo da população, Juiz de Fora tinha potencialmente à sua disposição as águas de lençóis subterrâneos, do Rio Paraibuna, e dos diversos córregos, riachos e ribeirões existentes na região. Sobre a condição das águas, alguma coisa era possível inferir a partir do conhecimento da cor, sabor, temperatura e cheiro dos líquidos, e da informação da situação de saúde das populações que se valiam de determinadas fontes de água — dados que presumivelmente eram de senso comum.

Ainda assim, acreditavam os técnicos encarregados da Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital, seria indispensável que análises laboratoriais rigorosas fossem meticulosamente realizadas para se certificar de fato da condição das águas — se nelas haveria microrganismos patogênicos ou quaisquer

³⁰ O PHAROL, 13 de Dezembro de 1894, pp. 1-2.

³¹ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 35.

³² *Ibidem*, p. 43.

³³ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, p. 24.

Culturas em agar-agar de micro-organismos encontrados nas poeiras atmosféricas de Juiz de Fora, Varzea do Marçal, Barbacena, Belo Horizonte e Paraíba.

Staphylococcus

Proteus vulgaris

Aspergillus niger

Bacillus?

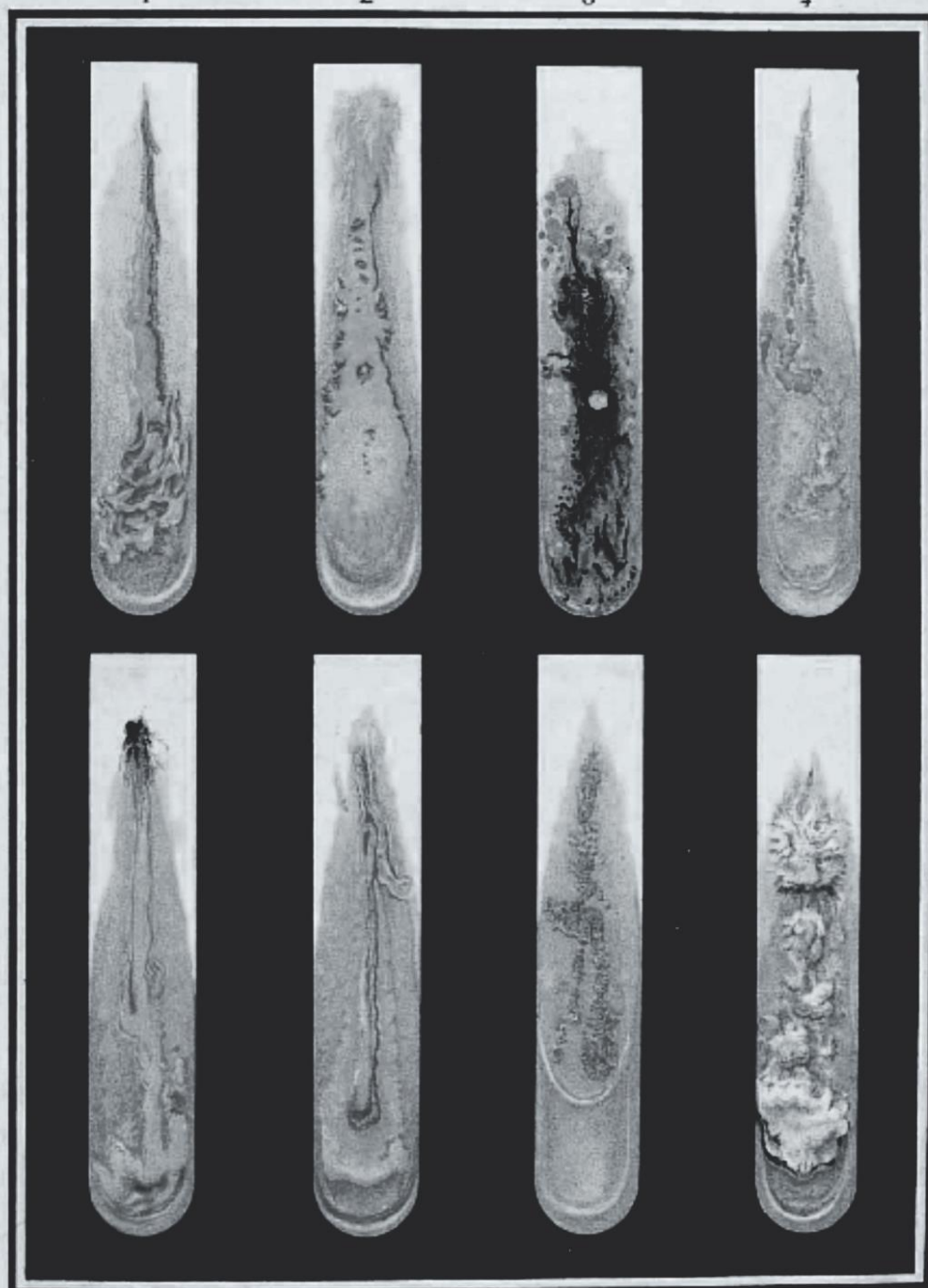
ENCONTRADO NA ATMOSFERA DE BARBACENA

1

2

3

4



5

6

7

8

Fermento roseo

*Micrococcus
versicolor*

*Streptococcus
pyogenes*

Mucor pusillus

matéria imprópria para o consumo. Sob a supervisão do médico higienista José Ricardo Pires de Almeida, entre janeiro e maio de 1893, realizaram-se detalhadas análises sobre a condição físico-química e bacteriológica das águas da cidade de Juiz de Fora (assim como para as demais localidades contempladas pelo relatório), de modo que o relatório indicava terminantemente quais fontes seriam as preferíveis para o abastecimento da cidade, caso ela se tornasse a nova capital, considerando uma população futura de 30.000 pessoas.

Raja Gabaglia elegeu o riacho da Gratidão, o riacho do Linhares e o riacho do Gramma como os preferíveis para a captura de água. Embora o primeiro fosse o preferido pelo engenheiro, “com grande altura, muito [próximo] e sem dificuldades para canalização, apresentando ótimo terreno para reservatório”, seria necessário desapropriar os colonos que viviam nas margens do riacho para evitar a contaminação das águas, um inconveniente que fez com que o técnico elegeisse, no fim das contas, o ribeirão do Gramma como o mais apropriado. Ele poderia ser distribuído por toda a cidade, com o único inconveniente que seria a mais dispendiosa das opções.³⁴

Em seu projeto para a rede de abastecimento de água da cidade, publicado tempos depois da aprovação do Plano, Howyan determinou que o reservatório do novo sistema seria estabelecido a três quilômetros da cidade e a 160 metros acima do nível do município (no texto, o engenheiro não esclarece a localização exata). Para a construção do reservatório, o engenheiro pretendia fechar, com um muro, uma bacia d'água que possuía três ou quatro pontos de nascentes em seu talvegue, conformando uma espécie de lago artificial. Contraditoriamente, a maior parte do abastecimento de água não se daria através dessas águas, mas sim pelas águas das chuvas que também alimentariam esse reservatório-nascente. Ainda, para Howyan, seria admissível capturar águas de mananciais vizinhos para reforçar o fornecimento de água e suprir as demandas de consumo dos habitantes se necessário. O ribeirão da Gratidão, por exemplo, que se localizaria à pequena distância desse

³⁴ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, pp. 31–32.

Figura 22 (p. 92): MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo F, p. 89. Resultados da análise das poeiras atmosféricas das localidades indicadas para a nova capital, recomendada pelo médico José Ricardo Pires de Almeida,

futuro reservatório, poderia ser interceptado com pouco dispêndio, de maneira a garantir o abastecimento de água para “uma cidade de cinquenta mil habitantes”.³⁵

Howyan rejeitaria a ideia de se construir a nova rede de abastecimento a partir do ribeirão do Grama, discordando nesse ponto do relatório de Raja Gabaglia. O engenheiro acreditava que apesar do corpo hídrico aparentar ser de fácil captação, um estudo mais atento mostraria que o estabelecimento da rede a partir dele ocasionaria transtornos e despesas injustificadas. Embora possuísse um grande volume d’água, o ribeirão poderia ser contaminado por impurezas (já que se estendia por zonas agrícolas), e teria o fluxo irregular. Além disso, as desapropriações próximas ao ribeirão da Gratidão seriam significativamente menos dispendiosas do que as de perto do ribeirão do Grama. Outros mananciais foram rejeitados por estarem “mais ou menos afastados da cidade” ou pelo engenheiro considerá-los de “pequena importância”.³⁶

Howyan não apresentou nenhum exame relativo à qualidade ou quantidade das águas de Juiz de Fora em sua breve explicação do projeto para as águas potáveis. O engenheiro escolheu oficialmente a localização do novo reservatório em 8 Fevereiro de 1893, ocasião em que o Diretor de Obras apresentou um ofício à Câmara Municipal expondo sua decisão e solicitando a autorização para empreender os estudos preparatórios desse projeto, ou seja, *antes* de declarar que iria estudar a questão. Na contramão do que acreditavam os membros da ‘Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital’, é provável que Howyan não tenha realizado estudo algum que justificasse a escolha do engenheiro em criar um imenso lago artificial estanque numa cidade que possuía diversos mananciais naturais de água corrente.³⁷

Howyan deliberou sobre a nova rede de abastecimento de água antes mesmo que o médico higienista José Ricardo Pires de Almeida, da comissão liderada por Aarão Reis, publicasse o resultado dos exames. Raja Gabaglia, quando exercia seu trabalho na cidade, parece ter se informado do Plano Howyan em caráter geral, sem mencionar nada sobre a rede de abastecimento ou supostos estudos em curso.

³⁵ O PHAROL, 15 de Dezembro de 1894, pp. 1-2.

³⁶ O PHAROL, 15 de Dezembro de 1894, pp. 1-2.

³⁷ Idem, 13 de Dezembro de 1894, pp. 1-2.

§ 4º.- PROJETO PARA SANEAR E EMBELEZAR A CIDADE

O Sr. Dr. G. Howyan, engenheiro da Intendência Municipal, formulou um bonito projeto com o fim de sanear e embelezar a atual cidade. Compreende o espaço entre a ponte da *Tapera* e o quarteirão do *Botanágua*, e numa avaliação rápida parece-me orçar em mais de 12 mil contos. Uma das mais importantes qualidades do projeto do Sr. Dr. Howyan é permitir executar as obras em seções, separadas ou independentes; como princípio, a Intendência já levantou um empréstimo de dois mil contos, quantia evidentemente pequena para o que é necessário fazer: farto abastecimento de água, esgotos, etc.

No projeto, o Sr. Dr. Howyan pretende:

1. ° _ Nivelamento geral das ruas, retificação e alargamento;
2. ° _ Sistema completo de esgotos para matérias sólidas e águas servidas;
3. ° _ Canais para receber as águas das montanhas;
4. ° _ Calçamento estanque das ruas;
5. ° _ Trabalhos no rio Paraibuna, abrangendo retificação, derivação, dessecamento, etc.;
6. ° _ Abastecimento d'agua.³⁸

Como comenta Raja Gabaglia no supracitado trecho, o projeto de saneamento para Juiz de Fora estava fortemente vinculado à questão do embelezamento. Em relação ao calçamento das ruas, por exemplo, Howyan propunha uma solução que aliava, em sua opinião, a questão técnica à beleza. Para ele, a pavimentação de madeira seria o sistema mais apropriado e facilmente aplicável para a cidade, pois era “sem dúvida, a mais econômica, a mais limpa, a mais elegante e a de mais fácil manutenção”.³⁹

Esse curioso sistema, empregado em cidades como Paris e Londres a partir do século XIX, consistia no assentamento de paralelepípedos de madeira sobre uma base firme. Numa época em que era usual se locomover por meio de cavalos e charre-

³⁸ MINAS GERAIS, *Comissão d'Estudo das Localidades...*, 1893, anexo D, p. 40.

³⁹ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 133.

tes, esse tipo de pavimentação se destacava dos outros por ser mais silencioso, o que era especialmente importante perto de locais como hospitais e escolas.⁴⁰

Entretanto, o calçamento em madeira apresentava uma série de inconvenientes. Vias desse tipo exigiam manutenção constante, de acordo com a intensidade do tráfego de pessoas e animais. Em Paris e Londres, em vias de grande circulação, a durabilidade da pavimentação era de quatro a cinco anos, e nas de pequeno tráfego, cerca de dez.⁴¹ Outro grande problema que o sistema apresentava era o apodrecimento gradual da madeira em decorrência da ação das águas. Entre o final do século XIX e início do XX, cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo e Belém aplicaram essa técnica na construção de vias.

Muitos técnicos se opunham ao sistema, alegando que a porosidade da madeira favorecia a proliferação de doenças. O médico inglês Sedgwick Saunders, por exemplo, inspetor do serviço sanitário de Londres na década de 1890, acreditava que o calçamento de madeira era o tipo de pavimentação mais anti-higiênico que tinha sido inventado. O mau cheiro das ruas seria tanto — pela grande presença de matérias orgânicas e dejetos de animais — que algumas ruas da capital inglesa eram lavadas com desinfetante pelo menos duas vezes ao dia.⁴²

Preferindo esse tipo de calçamento aos que usavam pedra, Howyan acreditava que a madeira necessária para a execução dos trabalhos em Juiz de Fora seria facilmente encontrada, pois a cidade disporia de “bosques magníficos e de primeira escolha para essa operação”. A base das peças de madeira seria feita da argila encontrada no solo na cidade, que depois de compactada e levemente cimentada, formaria uma sólida camada de sustentação. O subsolo da cidade seria de tal qualidade, segundo o engenheiro, que o assentamento da pavimentação seria mais fácil e barato do que em muitos outros países onde o sistema era empregado.⁴³

⁴⁰ MINAS GERAIS: ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO, 14 de Setembro de 1892, p. 3.

⁴¹ O PHAROL, 28 de Março de 1895, p. 2.

⁴² O PHAROL, 18 de Outubro de 1893, p. 1.

⁴³ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 131.

Figura 23 (p. 97): AHJF, *Projeto de Calçamento da Rua Direita*, 1894. Esse desenho de projeto para o calçamento da Rua Direita parece mostrar o sistema de pavimentação em madeira.

O Calçamento
da
Rua Direita
DA
Cidade
de
Juiz de Fora
Conforme
A proposta apresentada



Côrte Transversal
da
Rua Direita
Conforme sera executada

O engenheiro calculou que no total deveriam ser executados aproximadamente 369.000 metros quadrados de calçadas e 84.000 metros quadrados de passeios. Para o melhoramento da situação da cidade de então, seria indispensável, em ordem de primeira necessidade, realizar o calçamento das ruas em cerca de 178.000 metros quadrados de calçadas e 39.000 metros quadrados de passeios.

Howyan defendeu, também, o uso de fontes decorativas para não só embelezar a cidade, mas para combater os efeitos do calor, “espalhando no ar muito frescor e, enfim, distraindo os habitantes com seu espetáculo tão recreativo e sempre tão atrativo nos países quentes”. Ele propôs, ainda, que os chafarizes estivessem interligados ao sistema de esgoto da cidade, funcionando como reservatórios distribuidores de água quando estivessem desligados, ao modo das fontes monumentais das cidades europeias.

Não se deve acreditar que as fontes das quais falamos sejam objetos de luxo e de necessidade secundária. Não, pois, ao mesmo tempo que elas cumprem suas funções do ponto de vista higiênico, cumprem também outras funções não menos úteis do ponto de vista econômico, servindo elas próprias de dispositivos de distribuição.

A água que acaba de cumprir sua tarefa nos espaços públicos não está perdida. Quando ela acabou de entreter o público que nela vê apenas um espetáculo luxuoso e pouco útil, essa água é recolhida e é nesse momento que ela começa seu segundo e mais importante trabalho, passando para a canalização da cidade e servindo para a lavação e limpeza dos esgotos.⁴⁴

Há indícios de que o engenheiro Howyan tinha ainda outros planos para adornar Juiz de Fora em semelhança aos modelos europeus. João Penido, o sucessor de Francisco Bernardino na Câmara em 1895, diria numa de suas críticas aos planos do engenheiro:

[...] ocupava-se o pessoal do escritório em projetar e desenhar avenidas, bairros novos com pontes suspensas, Bois de Boulogne, velocipedistas ciclistas, mail coaches, enfim todo o aparato das grandes cidades euro-

⁴⁴ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 39.

peias, como podem facilmente verificar (para não suporem que eu exagerei), se quiserem transpor [o limiar daquela porta e penetrar no] salão imediato, onde estão expostos, por ordem da administração passada, diversos quadros representando esses esplendores.⁴⁵

Em relação ao tom embelezador do projeto, o nivelamento das ruas e trabalhos a serem feitos no rio também estavam permeados dessa inspiração. Para Howyan, o rio Paraibuna deveria ser mantido limpo, de maneira que os efluentes sanitários não fossem despejados em suas águas, sendo desejável também “povoá-lo de peixes e facilitar a navegação de pequenos barcos, o que trará à cidade um atrativo a mais”.⁴⁶ O rio e seu entorno deveriam se transformar, depois da execução do projeto, numa agradável área de passeios, e a cidade se tornaria o “Éden do Brasil”.

Juiz de Fora necessita de chafarizes ou fontes públicas, de edificações agradáveis e salubres, de ruas limpas e bem conservadas. Juiz de Fora necessita de locais arborizados que, como se sabe, diminuem a umidade, de uma maneira notável, pela absorção.

As margens do rio retificado, povoando de numerosos peixes e os terrenos colmatados, são um lugar indicado para se estabelecerem soberbos passeios. [...]

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.

Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o *Éden do Brasil* e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República.⁴⁷

A abundância de corpos hídricos e a situação topográfica da cidade motivou Howyan a propor um sistema de esgotos de que assemelhava ao *tout a l'égout*. No esquema proposto pelo engenheiro, era necessário que houvesse água em grande quantidade agindo como veículo do escoamento dos efluentes, que seriam tanto os

⁴⁵ O PHAROL, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2. O trecho entre colchetes estava parcialmente ilegível.

⁴⁶ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 79.

⁴⁷ Ibidem, pp. 59–61.

dejetos dos esgotos, quanto as águas pluviais.⁴⁸ Os materiais escolhidos por Howyan para a canalização das ruas variavam de acordo com o diâmetro das tubulações. As canalizações de até meio metro de diâmetro seriam executadas em materiais cerâmicos, e as de até um metro de diâmetro seriam de tijolos revestidos com cimento, de seção circular. Acima de um metro de diâmetro, as galerias de alvenaria teriam a seção elíptica.⁴⁹ Essa rede coletora encaminharia as águas sujas para um lugar afastado da cidade, onde se empregaria o sistema de ‘irrigação’, que consistia em cobrir algum terreno (preferencialmente uma superfície levemente inclinada) com uma lâmina fina dessa água turva proveniente dos efluentes sanitários. Depois de repousar até ficar clara, a água é escoada. O material depositado então fertilizaria o solo.⁵⁰

Por fim, um dos elementos mais polêmicos do Plano era o “canal de cintura”, o único meio, na opinião de Howyan, pelo qual seria possível sanear a cidade por completo. Esse elemento, estruturado em muros de arrimo em alvenaria, recolheria o grande volume de águas pluviais que escorriam pelas altas montanhas da cidade e desaguavam na parte baixa da cidade, resultando nas poças de águas estagnadas insalubres. O canal de cintura seria muito criticado por opositores do projeto de Howyan em 1894, o último ano da gestão de Francisco Bernardino, por motivos que variavam desde erros de cálculo, até a escolha de dar prosseguimento a uma obra cujo porte exagerado não se justificava para as necessidades locais. João Penido, adversário político de Bernardino, acreditava que Howyan “quis construir uma cidade para seus esgotos, e não esgotos para a cidade de Juiz de Fora”.⁵¹

As obras relativas ao Plano se iniciariam no segundo semestre de 1893, sendo levadas a cabo até a interrupção completa dos trabalhos em 31 de Dezembro de 1894, último dia do mandato de Francisco Bernardino. O período que compreendeu a execução das obras foi marcado por inflamados debates em torno do caráter controverso do

⁴⁸ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, pp. 41–43.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 99.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 75.

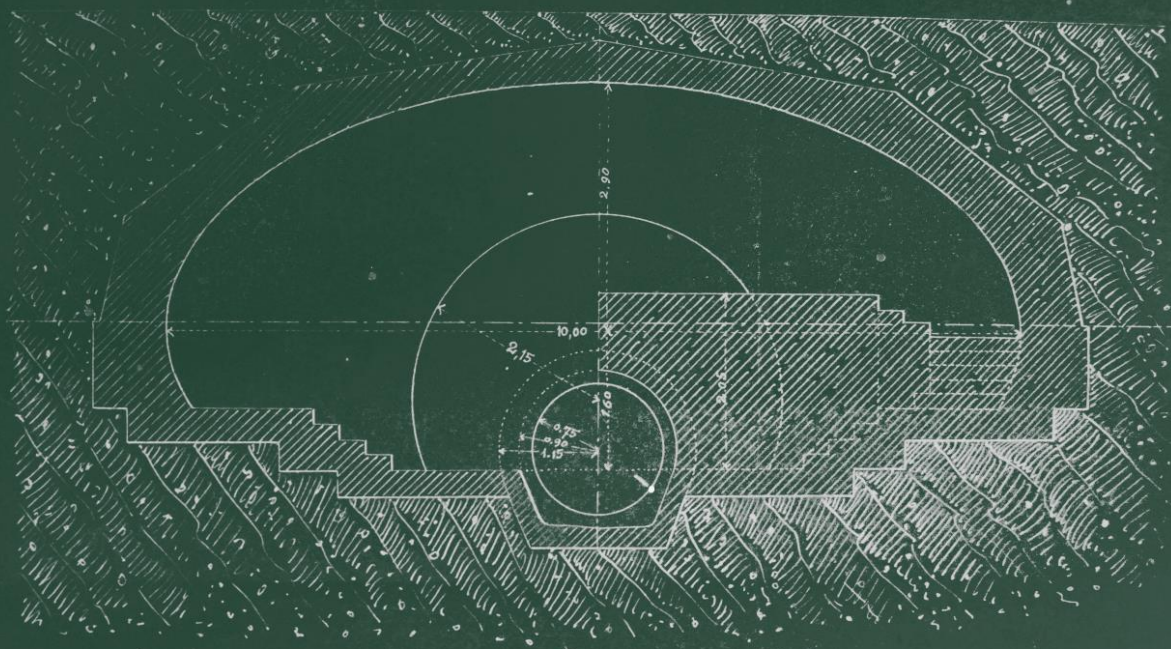
⁵¹ O PHAROL, 8 de Fevereiro de 1895, p. 1.

Figura 24 (p. 101): AHJF, *Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora*, nº 7, 1894. Desenho de Howyan para uma seção da galeria de esgotos.

SECÇÃO - a - b

Escala de 1:50

SECÇÃO - c - d



plano. Parte da historiografia, ainda hoje, entende o processo que culminou na dissolução completa do Plano como fruto da incompreensão do vanguardismo de Howyan: as críticas, mascaradas por um discurso cientificista (em que tanto a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro tomariam partido), teriam mais a ver com o jogo político da época do que com o conteúdo do plano propriamente dito, segundo essas fontes.

Entretanto, acredito que há mais a se dizer sobre a questão. Como foi exposto neste trabalho até agora, em Juiz de Fora, desde meados do século XIX, um significativo montante de capital passou a ser empregado em obras públicas — o setor que passou a ser a maior causa das despesas municipais. A execução do projeto Howyan, empreitada realizada logo após a passagem do período monárquico para o republicano, foi uma obra que não fugiu a essa regra: custando uma fortuna aos cofres municipais, pouco do que foi prometido concretizou-se de fato.

A cidade de Juiz de Fora, no momento em que sua posição de destaque em Minas Gerais estaria ameaçada pela construção da nova capital, incorporou o discurso do progresso e da modernização na expectativa de se sobressair por meio de obras públicas vultosas. O elaborado discurso sanitarista do Plano Howyan encontrou eco nos grupos formados pelas elites técnicas da cidade, estando todos inicialmente de acordo em relação ao prosseguimento dos trabalhos. À medida que as obras de saneamento avançavam, e as discussões em torno do plano iam se acirrando, mais parecia ficar evidente a existência de um arranjo lobbysta, um *déjà vu* da experiência em Pelotas. Apesar do flagrante fracasso da empreitada, figuras envolvidas neste processo tiveram suas carreiras alavancadas, como foi o caso de Francisco Bicalho e João Penido Filho. O discurso tecnocrático entranharia a atividade da construção civil na cidade, mais uma vez provando ser um campo fértil para negociatas.

6 Negociatas e embates

Howyan estimou que a execução dos trabalhos que havia proposto para o Plano de Saneamento e Expansão da Cidade de Juiz de Fora custaria aproximadamente 1.960:000\$000 aos cofres municipais. Este valor extrapolaria em muitas vezes o valor da arrecadação anual da cidade: para se ter uma ideia da grandeza representada pela cifra, em 1893 a receita orçamentária municipal totalizou 493:253\$249; valor que, por sua vez, foi mais do que o dobro da soma do ano anterior: 203:840\$502.¹

Para a execução das obras grandiosas propostas pelo Diretor de Obras da cidade, seria necessário que a administração local desembolsasse uma extraordinária soma em dinheiro. Howyan parecia empenhado em proselitizar a administração municipal para que as lideranças locais comprassem, literalmente, sua visão para a cidade. Para garantir que a Câmara Municipal compactuasse com seu projeto e investisse no empreendimento, Howyan contou, pelo menos num primeiro momento, com o apoio de grupos de profissionais progressistas. Tentando persuadir a administração da cidade a despender significativa parte do orçamento público com sua proposta, o engenheiro compararia Juiz de Fora à Berlim, apelando para a boa índole e progressismo das lideranças locais.

As autoridades municipais, cujo ardente patriotismo é conhecido e do qual já deram tantas provas, não hesitarão a se colocar, com coragem, à frente desse impulso renovador.

Elas não abandonarão, certamente, sua tarefa civilizadora e vencerão facilmente todos os obstáculos que poderão surgir.

Num livro do saudoso e ilustre mestre Durand-Claye: “Os trabalhos de saneamento de Dantzig, Berlim, Breslau, Paris, G. Masson Editor” lemos uma nota característica e que não será imprópria aqui. “A cidade de Berlim (dizia Uer Hobrecht, engenheiro chefe dos trabalhos de saneamento dessa cidade) não nos nega nunca o dinheiro necessário quando se trata de salubridade e saneamento”.

¹ BARBOSA, A Consolidação da Esfera Municipal em Juiz de Fora, 2016, p. 248.

Acreditamos que a Intendência Municipal de Juiz de Fora agirá da mesma forma e dotará a cidade, que administra tão sensatamente de um sistema de água e de esgotos sabiamente estabelecido conforme os padrões das grandes cidades da Europa, e que ela será, nós assim almejamos, a primeira a aplicar no Brasil.²

Desde a década de 1870, as receitas municipais de Juiz de Fora tenderam a crescer, circunstância que pode ser interpretada tanto como reflexo do gradual aumento de habitantes na cidade — contribuintes de impostos —, quanto do número de prestadores de serviços — pagantes de licenças para o funcionamento de seus estabelecimentos.³ Essa inclinação se acentuaria fortemente no final da década de 1880, e se manteria ascendente nos primeiros anos do novo regime republicano.⁴

Essa aparente folga orçamentária certamente contribuiu para elevar a confiança da Câmara Municipal, liderada por Francisco Bernardino, em contrair o empréstimo de 2.000:000\$000 para financiar a obras de saneamento na cidade. O extraordinário montante de dinheiro disponibilizado para a execução das obras, viabilizado por meio de uma operação de crédito envolvendo a aplicação de investidores privados, se deu numa escala inédita para a cidade. Por decreto, a dívida seria amortizada pela verba de anual de 165:000\$000 proveniente do ‘imposto predial’ e ‘imposto sobre transmissão de propriedade’.⁵

As despesas municipais, que desde 1860 estavam sendo cada vez mais orientadas para o empreendimento de obras públicas, como comentei no capítulo 2, passariam a acompanhar o ritmo de crescimento da arrecadação municipal nos primeiros anos da década de 1890. Desse modo, entre 1892 e 1895, os anos que compreenderam a adoção do Plano Howyan, significativa parcela da receita da cidade foi destinada ao pagamento dos juros e amortização da dívida contraída para a realização das obras de saneamento. A movimentação de capital referente ao Plano Howyan foi, na época,

² HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 49.

³ OLIVEIRA, *As contas de um município no Império*, 2011, p. 78.

⁴ *Ibidem*, p. 37, 93; DUARTE, *Mercado financeiro e crédito público*, 2013, pp. 111–112.

⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 84 de 13 de Outubro de 1892 e O PHAROL, 2 de Julho de 1893, p. 2.

Figura 25 (p. 105): AHJF, *Assainissement et Agrandissement de la Ville de Juiz de Fora par G. Howyan*, 1893, p. 63. Orçamento de Howyan para a execução dos trabalhos de saneamento.

Néanmoins, sans altérer notre projet, on peut, pour les canaux de ceinture seulement, commencer par faire des fouilles sans s'occuper des dimensions et sans faire les murs de soutènement, excepté aux endroits où cela sera indispensable; mais, au fur et à mesure, chaque année, on l'élargira et on y ajoutera une partie jusqu'au complet achèvement du travail qui ne pourra être terminé que conformément aux dimensions que nous avons données.

Tandis que pour les égouts, on ne peut pas, sans compromettre toute l'œuvre, s'écarter de nos chiffres; il n'est pas possible, en on le comprendra aisément, de démolir pour reconstruire.

Il est donc nécessaire de procéder, pour les Egoûts, par réseau complet.

Nous nous résumons donc et terminons en donnant un exemple des dépenses à faire pour les travaux les plus pressés. Soit:

Canalisation	610 Contos
Boisassements et quelques parages.	500 --
Canal de ceinture.	50 --
Eau	400 --
Rivière.	400 --
Total.	1.960 Contos

Qui ne sont pas une somme tellement forte, qu'elle puisse empêcher l'exécution de notre projet qui, du reste, pourra s'exécuter en quelques années et ne nécessitera pas immédiatement la totalité de la somme à dépenser.

Nous nous sommes contenté dans ce travail, déjà un peu long, de donner seulement les détails les plus essen-

uma das maiores já registradas na história da região, um “fato sem exemplo em anais de municipalidade do interior”,⁶ como comentou Francisco Bernardino.

O avultado empréstimo estaria aberto à subscrição de investidores particulares, havendo no total “10.000 apólices no valor de 200\$000 cada, sobre as quais renderiam 7% de juros ao ano, pagos semestralmente ao portador, e cujo prazo de resgate total das apólices se daria em 28 anos”.⁷ As entradas em dinheiro deveriam ser efetuadas ou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, localizado em Juiz de Fora, ou no Banco do Comércio, sediado no Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia da importância aproximada que o valor de uma apólice representava em 1892, com 214\$013 era possível comprar um alqueire de terra, ou 48.400m².⁸

Entretanto, das 10.000 apólices disponíveis, apenas 4.309 foram compradas por um total de 105 investidores diferentes. Em trabalho sobre a formação do mercado financeiro e dívidas públicas de Juiz de Fora, Felipe Marinho Duarte mostra, através da relação nominal dos subscritores da dívida, que 18 deles se identificaram como cafeicultores, três como fazendeiros, e apenas um como pecuarista. Ainda que possa parecer que a cafeicultura e demais atividades rurais estavam presentes na empreitada em menor peso, os cafeicultores foram os que mais investiram no empreendimento, com 2.497 apólices que totalizaram 449:400\$000 — cerca de 60% todo o capital arrecadado.⁹ Mais uma vez, o capital rural, sobretudo o de origem cafeeira, seria o maior responsável em alimentar o mercado de obras públicas da cidade de Juiz de Fora, estando o saneamento, na última década do século XIX, na ordem do dia.

Entre os compradores das apólices, estavam o membro da Comissão de Saneamento de Juiz de Fora: Eduardo de Menezes, com 25 apólices; os indicados de Howyan para a Sociedade Astronômica da França: Luiz Eugênio Horta Barbosa, com 10 apólices e Francisco Vicente Gonçalves Penna Filho, com 15 apólices; o líder da Câmara Francisco Bernardino e o próprio engenheiro Howyan, cada um com 50

⁶ O PHAROL, 2 de Julho de 1893, p. 2.

⁷ DUARTE, *Mercado financeiro e crédito público*, 2013, p. 110.

⁸ 214\$013 era o valor médio para um alqueire de terra em Juiz de Fora entre 1890 e 1900.

SARAIVA, *Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro*, 2002, p. 24.

⁹ DUARTE, op. cit., pp. 113–117.

apólices; João Penido Filho, o sucessor de Francisco Bernardino na presidência da Câmara Municipal, com 50 apólices; Bernardino Rocha e Silva, um construtor que administrou várias obras do Plano Howyan, com 25 apólices; e por fim, Francisco Mariano Halfeld (cafeicultor, secretário de obras do Estado de Minas, e filho de Henrique Halfeld), totalizando impressionantes 850 apólices, sendo o maior investidor entre todos os 105 listados. Ainda, a própria instituição do Banco de Crédito Real de Minas Gerais investiu o valor de 250 apólices no empreendimento.¹⁰ Um seleto grupo de personagens envolvidos diretamente com Howyan pretendia se beneficiar financeiramente dos rendimentos da empreitada, reforçando a hipótese de que havia algum tipo de entendimento mútuo, mesmo que implícito, entre os indivíduos que tomaram parte no empreendimento.

Em 25 de Maio de 1893, meses após o empréstimo para a realização das obras de saneamento ser aprovado, aconteceriam as primeiras ações voltadas a colocar o Plano em prática. Nesse dia, a Câmara Municipal de Juiz de Fora autorizou o saque de 80:000\$000 no 'Banco do Comércio' para a execução das obras de saneamento na cidade, bem como a compra dos materiais que deveriam ser importados.¹¹ Ainda no final desse ano a Câmara Municipal efetuaria a negociação e importação dos materiais necessários às obras por intermédio de Pedro Betim, o chefe da comissão de compras de materiais na Europa do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas do Brasil (ou 'Ministério dos Trabalhos Públicos do Brasil', como os europeus se dirigiam a ele).¹² Estabelecido em Paris, o engenheiro civil exerceria seu cargo até ser exonerado em junho de 1894,¹³ alguns meses após finalizar a compra de uma remessa de cimento para as obras de Juiz de Fora. O cimento comprado serviria tanto para a construção das galerias de esgotos, quanto para a execução dos muros de arrimo do canal de cintura.

Pedro Betim finalizou a compra do cimento encomendado pela Câmara Municipal em 3 de Março de 1894. Correspondências trocadas pelo chefe da comissão de compras e a Diretoria de Obras de Juiz de Fora sugerem que a primeira compra de

¹⁰ DUARTE, *Mercado financeiro e crédito público*, 2013, pp. 113–117.

¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 167 de 25 de Maio de 1893 e Resolução nº 173 de 25 de Maio de 1893.

¹² AHJF, *Carta de E. Buhot para Pedro Betim sobre condições de frete do cimento*, 1894.

¹³ JORNAL DO COMMERCIO, 3 de Junho de 1894, p. 2.

cimento, aproximadamente 165 toneladas do material (um total de 1.154 barricas), teria se efetivado em Dezembro de 1893, sendo o material encaminhado à cidade no início do ano seguinte.¹⁴ Sobre a segunda remessa, Pedro Betim afirmou ter comprado 600 toneladas do material (cerca de 4.190 barricas). O cimento escolhido para a execução das obras foi o Portland, marca “Pyramide”, da tradicional casa inglesa “Knight, Bevan & Sturge”, sendo combinado que o transporte se daria por meio dos fretadores parisienses “Langstaff, Chrenberg, & Pollok”, que embarcariam o material em Northfleet, Londres, e conduziriam o material ao porto do Rio de Janeiro por meio de navio de vela.¹⁵

As primeiras obras relativas ao saneamento de Juiz de Fora tiveram início antes mesmo da chegada do cimento importado na cidade. Os trabalhos se principiaram a partir de Outubro de 1893, quando a Câmara Municipal autorizou o fechamento de uma vala onde escoavam os esgotos da Rua Halfeld e subsequente derivação da via até o rio Paraibuna,¹⁶ e a execução dos trabalhos necessários a fim de prover o Morro da Gratidão de abastecimento de água potável.¹⁷ Foi também em Outubro que a primeira obra relativa à rede de esgotos proposta por Howyan teve início, sob a direção do engenheiro Luiz José da Costa. Sobre isso, em Novembro O *Pharol* relatou: “a primeira galeria está sendo construída na rua do Espírito Santo, achando-se já bastante adiantados os trabalhos”.¹⁸

Além das obras relativas à construção dos esgotos, outros trabalhos de ordem geral estavam sendo empreendidos. É o caso de uma ponte, projetada por Howyan, inaugurada com pompa em 17 de Novembro. Localizada no distrito de Matias Barbosa, nas imediações da Estação da Cedofeita, esta ligava a Estrada de Ferro Central do Brasil a uma estrada que havia nas adjacências.

¹⁴ AHJF, *Cópia de ofício de Pedro Betim para Knight, Bevan e Sturge...*, 1894.

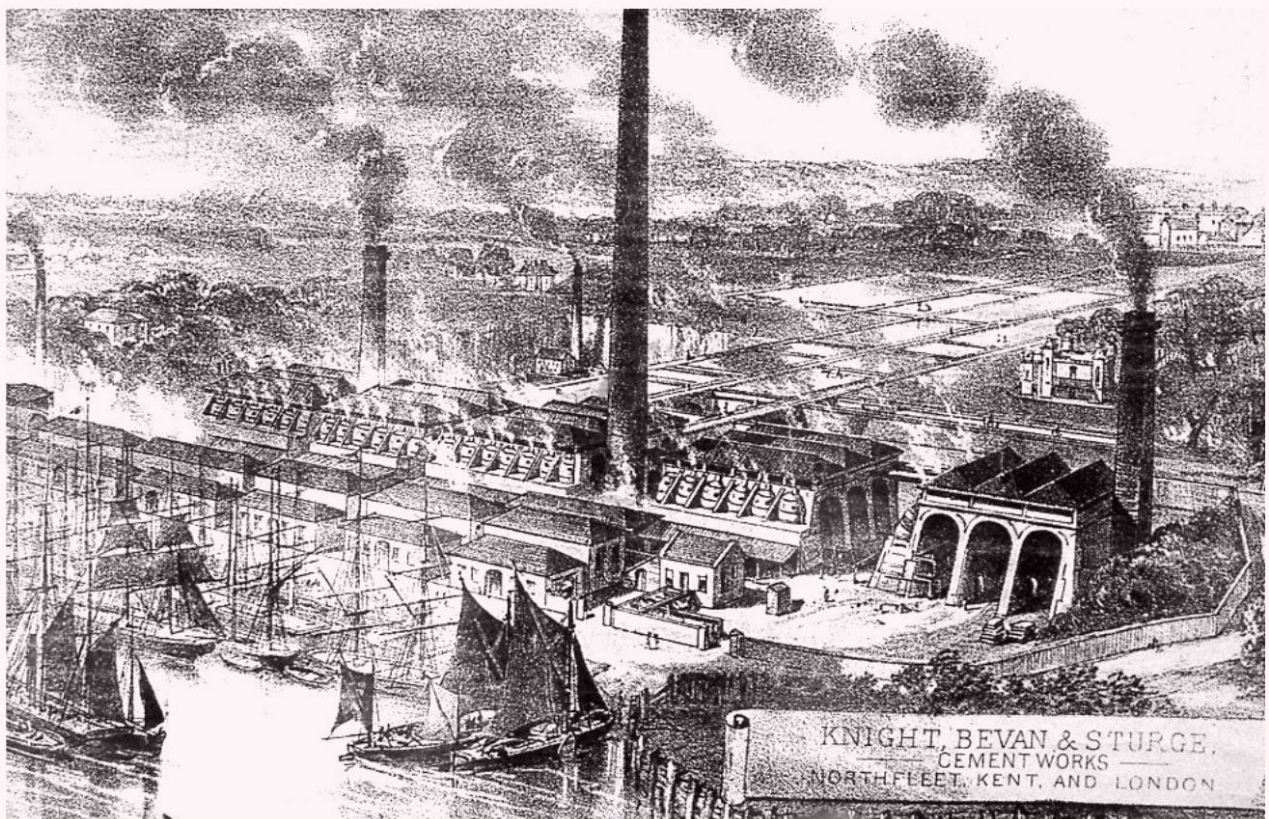
¹⁵ AHJF, *Ofício de Pedro Betim comunicando a compra do cimento*, 1894, e AHJF, *Cópia das condições de transporte do cimento...*, 1894. Cada barrica tinha aproximadamente 143 kg de cimento líquidos.

¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 214 de 3 de Outubro de 1893.

¹⁷ Idem, Resolução nº 204 de 3 de Outubro de 1893.

¹⁸ O PHAROL, 18 de Novembro de 1893, p. 1.

Figura 26 (p. 109): Fábrica de cimento Knight Bevan & Sturge. Domínio Público [Link].



FESTA OPERARIA

Realizou-se ante-hontem a festa promovida pelo sr. Bernardino da Rocha e Silva para commemorar a conclusão das obras da galeria de exgotos da rua de São Matheus.

A's 11 horas, reunidas em casa do sr. Bernardino, naquella rua, diversas pessoas, entre as quaes o dr. Firmino Silva, representando o dr. presidente da camara municipal, os srs. vereadores dr. Victor Manoel de Souza Lima e o capitão Antonio Pinto Monteiro, o tenente-coronel Cicero de Pontes, delegado de policia, os dres. Antero Lage e Moraes e Castro, os funcionarios municipaes em sua quasi totalidade e o representante desta folha, tenente José Luiz da C. Horta, e numerosos representantes da classe operaria, foi-lhes servida uma mesa com vinhos finos e escolhidos.

Ao champagne, fizeram-se diversos brindes, sendo na maior parte delles louvados e exaltados os serviços prestados pelo sr. Bernardino como administrador das obras naquella difficil secção dos exgotos da nossa cidade.

Pelo dr. Firmino foi lido um officio do dr. presidente da camara, declarando não poder comparecer e elogiando os serviços do sr. Bernardino e dos demais operarios que o auxiliaram naquella importante trabalho, que já é parte importante do plano geral do saneamento.

Na esquina da rua Direita, em um coreto alli erguido, tocou a banda de musica do 3º corpo de policia, gentilmente cedida pelo seu digno commandante, major Carlos Campos.

Da casa do sr. Bernardino grande numero de pessoas, precedido da banda de musica, desceu a rua Direita até a casa da residencia do dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, presidente da camara municipal, onde crou em nome dos operarios o sr. Francisco R. de Almeida Novaes, saudando o dr. presidente da camara, que agradeceu.

Daquelle ponto vieram os manifestantes a esta redacção, á qual o sr. Novaes, em nome do sr. Bernardino, agradeceu o ter-se feito representar naquella festa, saudando-a.

A esta saudação respondeu o nosso collega dr. Bernardo Aroeira.

Aos officiaes de pedreiros e ao publico

Os officiaes de pedreiros, que trabalharam na Companhia Constructora Mineira, declaram e fazem sciente aos seus collegas e ao publico, que deixaram de continuar nos trabalhos da mesma companhia devido ás brutalidades com que foram tratados pelo contramestre Bernardino da Rocha e Silva, que, contando com a protecção do sr. gerente da mesma, pratica todos estes absurdos e grosseirias com a classe operaria; por isso, esperamos providencias da digna directoria, pois aquelle sr. é incapaz de occupar o referido logar. « O Moscatel faz effeito.

(Muitos operarios.)

Juiz de Fôra, 23 de maio de 1891.

[...] é notável obra de arte, sólida, elegante e graciosa, que faz honra à sua competência e bom gosto. Se ligasse alguma rua nossa de uma para outra margem do rio, constituiria um dos mais belos ornamentos da cidade.

Ficou concluída em 3 meses e 18 dias, e em relação ao que apresenta, seu custo foi insignificante, tendo sido empregado materiais de primeira qualidade, e grande apuro de mão de obra.

Serviu de mestre de obras o sr. Bernardino da Rocha e Silva.

Estiveram presentes à inauguração os srs. Presidente da Câmara, vereador Antônio Pinto, diretor de obras dr. G. Howyan, dr. Firmino Júnior, capitão Raymundo Nonato e outras pessoas gradas.

Procedeu à benção da ponte o reverendo sr. padre João Batista da Fonseca, acolitado pelo fazendeiro sr. José Vieira de Figueiredo e Silva.

A ponte recebeu o nome de *Ponte da Esperança*.

O sr. dr. Joaquim Antonio Monteiro da Silva celebrou o acontecimento com um lauto almoço em sua fazenda, e por essa ocasião foram trocados muitos brindes.¹⁹

Embora a obra da ponte tenha ocorrido sem inconvenientes, não se passou muito tempo até surgirem polêmicas em torno do Plano Howyan. Tudo começou quando Luiz José da Costa, o engenheiro chefe do serviço de esgotos da cidade de Juiz de Fora, pediu demissão em 10 de julho de 1894, declarando que estava abandonando o serviço que tinha começado “com tanto gosto” porque o projeto de Howyan era inexecutável e inconveniente”.²⁰

O engenheiro exonerado conta que assim que começou a chefiar as obras de esgoto, seu amigo Francisco Bicalho — então vereador da cidade de Juiz de Fora —,²¹ o alertou para a necessidade de rever o projeto original de Howyan, pois em sua opinião os aterros propostos pelo estrangeiro seriam absurdos. Teria sido justamente

¹⁹ O PHAROL, 19 de Novembro de 1893, p. 1.

²⁰ Idem, 15 de Julho de 1894, p. 2; Idem, 12 de Julho de 1894, p. 1.

²¹ Idem, 25 de Julho de 1894, p. 1.

Figura 27 (p. 110): O PHAROL, 28 de Agosto de 1894, p.1, e O PHAROL, 24 de Maio de 1891, p.2 Notícias de jornal relativas a uma festa promovida por Bernardino da Rocha e Silva, e às reclamações de pedreiros que trabalharam em 1891 com o construtor.

Bicalho quem aconselhou Luiz José da Costa, recém-chegado na cidade,²² a começar as obras pelos esgotos da Rua Espírito Santo, pois acreditava que iniciando os trabalhos dessa forma, o engenheiro chefe ganharia tempo, sem prejuízos, para o estudo das alterações necessárias ao projeto.²³

Luiz José da Costa aceita o conselho do amigo, conciliando, nos meses seguintes à sua contratação, a supervisão das obras dos esgotos com a revisão do plano de saneamento aprovado para a cidade. Nesse meio tempo, Francisco Bicalho afirmou ter identificado um erro aritmético nos cálculos do sistema de esgotos projetado por Howyan, falha que acreditava ter superdimensionado consideravelmente a rede coletora.

Quando as obras da primeira rede de esgotos estavam quase terminadas, em princípios de Março, Luiz José da Costa submeteu seu plano alternativo a Francisco Bernardino. Na proposta de Costa, contudo, o engenheiro não corrigiu o suposto erro aritmético que Bicalho teria encontrado, justificando que seu objetivo era tentar reduzir ao máximo os inconvenientes da falha aritmética partindo justamente dela.²⁴ O líder da Câmara, em resposta, rejeitou o parecer de Costa, achando muito contraditório que o engenheiro tivesse conscientemente fundamentado sua proposta sob um erro que ele acreditava existir.²⁵

Assim que Luiz José da Costa deixa o cargo — e sai de cena — a oposição ao projeto passou a ser protagonizada por Francisco Bicalho. Aliado de Costa, o então vereador disse não se arrepender de tê-lo apoiado na “correção” do projeto Howyan.²⁶ Bicalho lamentou ter colaborado para a aprovação do Plano Howyan em ocasião de sua participação na Comissão de Saneamento nomeada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da cidade, justificando que foi só depois de algum tempo que ele percebeu a existência de erros injustificáveis no projeto. Segundo o engenheiro, teria sido precisamente esse equívoco o que o motivou a ir a público, através da impren-

²² Luiz José da Costa, antes de se instalar em Juiz de Fora, morava no Rio de Janeiro. Foi Bicalho quem o convidou a exercer o cargo de chefe do serviço de esgotos na cidade. Os engenheiros já se conheciam; Bicalho diz que Costa foi seu ajudante (O PHAROL, 24 de Julho de 1894, p. 1).

²³ O PHAROL, 15 de Julho de 1894, p. 2.

²⁴ Idem, 15 de Julho de 1894, p. 1.

²⁵ Idem, 18 de Julho de 1894, p. 1.

²⁶ Idem, 17 de Julho de 1894, p. 1.

sa, e levantar a bandeira da retificação do Plano Howyan. Tomando a responsabilidade para si, Bicalho resolveu elaborar, enquanto o assunto não era decidido, seu próprio projeto alternativo, ou seja, um terceiro projeto para o saneamento da cidade de Juiz de Fora.²⁷

A crítica de Francisco Bicalho ao plano de saneamento aprovado para a cidade se baseava em quatro questões principais. A primeira tratava dos aterros propostos por Howyan, intervenção que o estrangeiro julgava necessária tanto para aplainar significativa parte das ruas da cidade, quanto para elevar — e consequentemente afastar — o solo da cidade dos lençóis d'água subterrâneos. O problema disso, segundo Bicalho, é que os desenhos elaborados por Howyan deixariam implícito que os aterros planejados seriam muito mais volumosos e extensos do que ele quis indicar. Bicalho acreditava que as ruas contempladas não seriam tão acidentadas a ponto de se justificar um nivelamento tão rigoroso,²⁸ afirmando que Howyan teria insistido nessa ideia de “levantar o solo da cidade sem a mais ligeira preocupação pelas construções já feitas” desde o início da concepção do Plano, de nada valendo conselhos alheios. Os desenhos dos perfis da rua elaborados pelo estrangeiro — documentos que se encontram desaparecidos atualmente — seriam provas dessas exagerações. Bicalho chegou a declarar que Howyan não queria que a cidade fosse “aterrada somente, mas sim enterrada e sepultada para que, sobre os atuais telhados, se erguesse nova cidade modelo”.²⁹

As ruas centrais e mais edificadas seriam as mais afetadas pela proposta de Howyan: a Rua Direita,³⁰ por exemplo, uma das principais ruas da cidade, não conservaria seu nivelamento em nenhum trecho, sendo elevada em alguns pontos e escavada em outros. Nesta via específica, em determinado ponto — próximo à casa do Barão de São Marcelino —, a rua ficaria 1,50 metros rebaixada; já perto da casa de uma tal senhora Carolina de Assis, seu “bonito jardim” ficaria afogado por 1,32 metros de aterro; e deste ponto até o largo do Riachuelo a rua receberia quase 2 metros de terra. Outras ruas passariam por situação semelhante, sendo também

²⁷ O PHAROL, 24 de Julho de 1894, p. 1.

²⁸ Idem, 24 de Julho de 1894, pp. 1–2.

²⁹ Idem, 25 de Julho de 1894, p. 1.

³⁰ Antiga Estrada do Paraibuna, e atual Avenida Rio Branco.

completamente aterradas: a Rua Espírito Santo subiria 1,50 metros em determinado ponto; a Rua da Imperatriz³¹ teria aterros que começariam com 4 metros de altura, nas proximidades da Rua Santo Antônio, e mais de 1 metro até o fim; a rua do Imperador³² receberia 1,54 metros de aterro; a Rua do Comércio³³, uma das mais edificadas na cidade na época, receberia um aterro de mais ou menos 1,76 metros de altura; e o aterramento da Rua Halfeld, por fim, ficaria surpreendentes 4,84 metros mais alta perto da rua Santo Antônio, passando pelo edifício do Fórum da cidade com 3 metros de altura.³⁴

O segundo ponto do Plano Howyan criticado pelo ex-membro da Comissão de Saneamento da cidade é possivelmente o mais controverso. Este se refere ao suposto erro aritmético que Howyan teria cometido ao calcular a capacidade da rede de esgotos para a cidade. Ao equívoco, se juntariam a terceira e quarta questões levantadas por Francisco Bicalho: o estrangeiro teria, em sua opinião, utilizado uma fórmula ultrapassada nos cálculos desta mesma rede, bem como interpretado o fenômeno das chuvas equivocadamente. Esses três últimos deslizes somados teriam contribuído para comprometer todo o dimensionamento da rede de esgotos, exagerando-a significativamente.

O polêmico erro aritmético estaria localizado na página 54 do memorial descritivo do Plano Howyan, no capítulo destinado aos canais de cintura. Logo após Howyan afirmar que esse elemento seria o *único* capaz de recolher as águas das chuvas que escoariam das altas montanhas que envolvem a região até a parte baixa da cidade, o engenheiro apresenta o cálculo do volume de águas pluviais que as referidas canalizações de esgotos deveriam receber.

As dimensões desses canais de cintura são determinadas conforme a quantidade de água que receberão.

Assim, adotando-se a altura de chuva de 36mm por hora e admitindo-se que um terço se perca por infiltração ou evaporação, teremos:

³¹ Atual Rua Marechal Deodoro.

³² Atual Avenida Getúlio Vargas.

³³ Atual Rua Batista de Oliveira.

³⁴ O PHAROL, 25 de Julho de 1894, p. 1. Algumas medidas indicadas por Francisco Bicalho para o nível das ruas estavam em palmos. As converti para o sistema métrico considerando 1 palmo = 22 centímetros (BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, 1939, pp. 478-480).

$$\frac{0,036 \times 10.000 \times 3}{2 \times 3.600} = 0,150m^3 \text{ por segundo e por hectare. }^{35}$$

Justificando seu raciocínio, Francisco Bicalho explicaria que a aritmética da operação em si estava certa, estando o erro propriamente dito na posição dos números. Conforme dita o enunciado do problema, Howyan declara que a água a ser recebida pelos canais seria de 2/3 dos 36 milímetros adotados, já que naturalmente 1/3 se perderia por infiltração ou evaporação. É nesse ponto, diria Bicalho, que Howyan teria se enganado desastrosamente: o número 2 deveria estar em cima e o 3 embaixo, e não o contrário, “como faria qualquer estudantinho de aritmética, para multiplicar frações ordinárias”. O resultado desse equívoco foi que em vez de calcular os *dois terços* da chuva, como queria, Howyan considerou na verdade *uma vez e meia* a quantidade total desta mesma chuva.³⁶

Bicalho argumentaria que nem se Howyan tivesse superdimensionado o canal de cintura de propósito (supondo que o engenheiro quisesse deliberadamente dar uma margem de segurança para o sistema), o cálculo faria sentido: os 36 milímetros adotados como base do dimensionamento já corresponderia “a um verdadeiro dilúvio”, sendo mais do que suficiente para garantir o bom funcionamento da rede de esgotos. Rejeitando a necessidade de se prevenir contra chuvas 50% mais fortes do que a considerada, o crítico de Howyan explicaria a grandeza desse valor por comparação: na cidade do Rio de Janeiro, o ano mais chuvoso registrado desde 1851 teria sido o de 1862, quando o pluviômetro marcou 1556 milímetros no decurso do ano todo; “Pois bem: a tal chuva de 36 mm daria, *somente em 43 horas*, tanta água quanto caiu no Rio nesse ano inteiro, o mais chuvoso!”.³⁷

Contudo, Bicalho acreditava que o referido erro aritmético não teria sido o mais grave. Pior do que o aumento de 50% na base de cálculo da rede de esgotos teria sido um equívoco de interpretação do fenômeno das chuvas. O engenheiro argumentou que Howyan considerou, para o dimensionamento do canal de cintura, que as águas pluviais demorariam o tempo exato da duração das chuvas para escoarem aos esgotos, hipótese que Bicalho acreditava ser absurda. Em sua opinião, era co-

³⁵ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 137.

³⁶ O PHAROL, 26 de Julho de 1894, p. 1.

³⁷ Idem, 28 de Julho de 1894, p. 1.

mo se Howyan, pretendendo que “em Juiz de Fora os fenômenos [fossem] especiais e não [respeitassem] as leis que regem o resto do mundo”,³⁸ defendesse que ao fim de uma chuva todas as águas caídas desaparecessem, o que só seria possível por um milagre em que as gotas d’água caindo numa chuva voassem todas, imediatamente e ao mesmo tempo, para as bocas dos esgotos.³⁹ Bastaria a simples observação cotidiana para se comprovar a confusão: em uma chuva, as águas, caindo sobre uma superfície qualquer — telhados, jardins, calçadas, etc. —, percorrem diversos caminhos até se dirigirem a um escoadouro; cessando a chuva, a enxurrada ainda corre pelo solo por algum tempo até se encaminhar ao sistema coletor. Em outras palavras, o escoamento das águas de chuvas se faz em tempo maior do que o da queda.⁴⁰ Bicalho estipulou que o tempo para o escoamento das águas pluviais seria três vezes maior do que a duração das chuvas — valor, segundo ele, adotado no cálculo da rede de esgotos de Paris,⁴¹ e que teria sido obtido a partir de muitas observações, medições e experiências.⁴²

Para Francisco Bicalho, essa sucessão de tropeços, considerando ainda a escolha de Howyan em utilizar obscuramente certa “fórmula de Chezy” no desenvolvimento do cálculo da rede de esgotos, “uma das mais antiquadas, falsas e incorretas” em sua opinião,⁴³ teria agravado ainda mais o erro aritmético no plano original: o canal de circunvalação que contornaria o morro do Imperador para interceptar a água das chuvas ficou superdimensionado, no total, em quase cinco vezes mais. Howyan teria projetado uma rede de esgotos para dilúvios de 162 mm, ao passo que declarava a previsão de chuvas máximas de 36 mm.⁴⁴ João Penido, no ano seguinte, acusaria o projeto de ser seis vezes maior do que o de Londres.⁴⁵

³⁸ O PHAROL, 2 de Agosto de 1894, p. 1.

³⁹ Idem, 1 de Agosto de 1894, p. 1.

⁴⁰ Idem, 1 de Agosto de 1894, p. 1.

⁴¹ Idem, 24 de Julho de 1894, p. 2.

⁴² Idem, 1 de Agosto de 1894, p. 1.

⁴³ Idem, 4 de Agosto de 1894, p. 1.

⁴⁴ Idem, 24 de Julho de 1894, p. 2.

⁴⁵ Idem, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2.

Figura 28 (p. 117): AHJF, *Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora*, nº 14, 1894. Desenho esquemático de Howyan mostrando a resultante das forças no reservatório de água projetado.

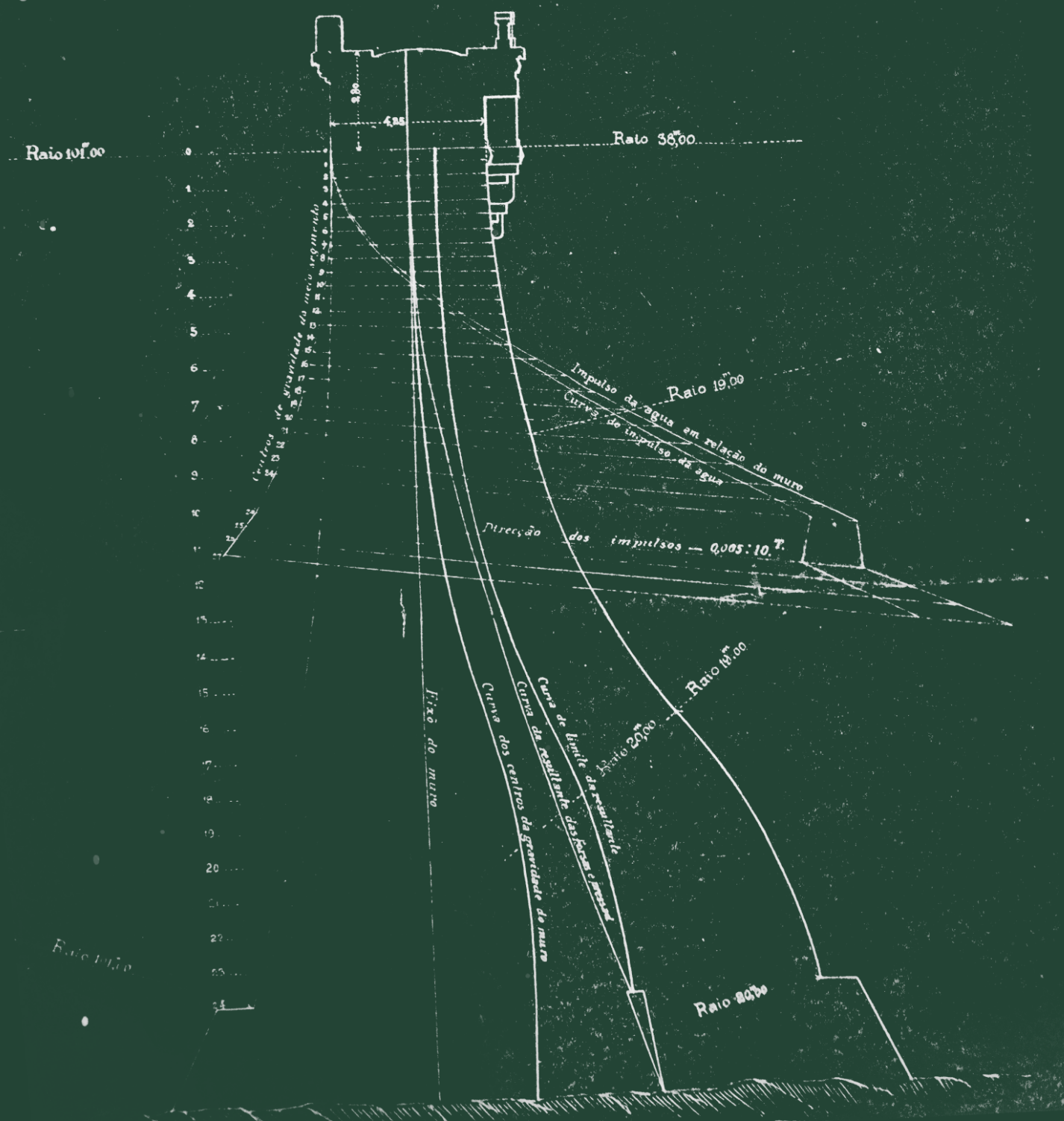
RESERVATORIO

DA

REPRESA D'AGUA

Diagramma da resultante das forças

Escala de 1:100



Baseando-se nesses argumentos, Francisco Bicalho apresentou seu projeto alternativo a Francisco Bernardino no dia 10 de Junho.⁴⁶ O crítico de Howyan acreditava que a reparação dos presumidos erros no projeto de saneamento aprovado para a cidade traria uma economia de 190:000\$000 aos cofres públicos. A economia total, excluindo a parte dos serviços já realizada, seria, portanto de 9,5% do valor do empréstimo contraído pela Câmara Municipal⁴⁷ — João Penido Filho declararia posteriormente que “modificando um pouco” a capacidade da rede, que ainda assim continuaria colossal em sua opinião, a economia seria de 400:000\$000, ou seja, de 20% do valor total da dívida.⁴⁸ A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora endossaria a postura de Bicalho, declarando, no início de Agosto, ser favorável à correção dos “defeitos que porventura [existissem] no Plano Howyan”.⁴⁹

Francisco Bernardino desaprovava veementemente o parecer crítico, negando a existência de erros no projeto. Acreditando que as alegações faziam parte de um jogo de retórica sem fundamento científico, o Presidente da Câmara teimou, até o fim de seu mandato, na defesa do projeto original elaborado por Howyan, se envolvendo em longas alterações com Francisco Bicalho nas colunas do *Pharol*. O conflito entre ambos os personagens, antigos amigos de infância, tomou por vezes um tom pessoal,⁵⁰ e seria irreconciliável: não conseguindo entrar em acordo, romperam publicamente a amizade de anos.⁵¹

O líder da Câmara acusou seu mais novo opositor de ter tramado a polêmica desde o princípio, lembrando que foi Bicalho quem convidou Luiz José da Costa para o cargo de engenheiro chefe do serviço de esgotos da cidade. Francisco Bernardino suspeitaria da contradição não só por Bicalho ter feito parte da Comissão de Saneamento, mas principalmente porque o engenheiro foi, inicialmente, um dos mais enfáticos defensores da adoção do Plano Howyan na cidade. Teria sido Bicalho,

⁴⁶ O PHAROL, 24 de Julho de 1894, p. 1.

⁴⁷ Idem, 24 de Julho de 1894, p. 2.

⁴⁸ Idem, 8 de Fevereiro de 1895, p. 1.

⁴⁹ Idem, 3 de Agosto de 1894, p. 1.

⁵⁰ Idem, 19 de Julho de 1894, p. 1; Idem, 20 de Julho de 1894, p. 1.

⁵¹ Idem, 17 de Agosto de 1894, p. 1.

Figura 29 (p. 118): AHJF, *Assainissement et Agrandissement de la Ville de Juiz de Fora par G. Howyan*, 1893. Cálculo para o volume das alvenarias dos muros de arrimo do Canal de Cintura.

segundo o líder da Câmara, quem o aconselhou a adquirir o plano de saneamento para o município por 50:000\$000.⁵²

Acusando Bicalho de oportunista, o Presidente da Câmara reclamaria de só ter sido informado dos supostos problemas com o projeto passado mais de um ano de sua aprovação. Bernardino achava muito suspeito que depois desse tempo todo, Bicalho tivesse demorado apenas oito dias para elaborar seu projeto alternativo, impaciente exigindo a substituição imediata do projeto de saneamento aprovado para a cidade sem nem consultar a Câmara Municipal.⁵³ Segundo o líder da Câmara, o projeto de esgotos desenhado por Howyan estaria destacado por linhas vermelhas bem visíveis e cores vivas, não fazendo sentido que Bicalho desconhecesse possíveis erros no projeto desde o início.⁵⁴

Já Howyan, por sua vez, defenderia integralmente seu projeto, acreditando que as críticas a ele dirigidas vieram em tom de ataque.⁵⁵ Em relação ao nivelamento do solo da cidade, o engenheiro afirmou que Bicalho interpretou o projeto erroneamente: reforçando que grande parte da cidade realmente precisaria ser aterrada em qualquer hipótese por encontrar-se terminantemente em “estado de pântano”, ele observou que isso deveria acontecer em partes, em um longo período de anos. De modo geral, as ruas deveriam receber um “pequeno retoque secundário” e “sem importância”.⁵⁶ A Rua Direita, por exemplo, atingiria 1,30 metros somente em um “percurso muito reduzido”, subindo na verdade 40 centímetros, altura que o engenheiro considerava ser insignificante se comparada com a extensão da rua.⁵⁷

Ainda, o Diretor de Obras negaria a existência do suposto erro de cálculo no sistema de esgotos. Justificando que os tais 36 mm utilizados na operação eram referentes à altura d’água das chuvas *recolhidas*, e não das *caídas*, o raciocínio seria o seguinte: ao multiplicar esse número por 3 e dividi-lo por 2, o engenheiro estaria na verdade juntando o terço da chuva total caída que teria se perdido por “evapo-

⁵² CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 155 de 22 de Março de 1893; O PHAROL, 25 de Julho de 1894, p. 1.

⁵³ O PHAROL, 25 de Julho de 1894, pp. 1-2.

⁵⁴ Idem, 25 de Julho de 1894, p. 1.

⁵⁵ Idem, 18 de Julho de 1894, p. 2.

⁵⁶ Idem, 25 de Julho de 1894, p. 2.

⁵⁷ Idem, 19 de Julho de 1894, p. 2.

ração ou infiltração”, dando o valor da chuva total *caída*.⁵⁸ Uma evidência disso, segundo o engenheiro, estaria na página 36 do memorial justificativo do projeto: o cálculo do volume de água recolhido (ou seja, a capacidade da rede de esgotos) estaria ali referenciado:

As águas de chuva não entram sempre em totalidade nos esgotos, tanto por causa do estado atual ruim das ruas quanto pelas grandes despesas que uma semelhante instalação poderia ocasionar.

[...] Suponhamos também uma chuva torrencial de 150 litros por segundo e por hectare, admitamos um terço dessa água tomada por absorção ou evaporação, restará então

$$\frac{2}{3} \times \frac{0,150 \text{ m}^3}{10.000} = 0,00001$$

que representa a quantidade de água caída sobre a unidade da superfície [...].⁵⁹

Howyan disse que só não aumentou o sistema de esgotos *ainda mais* “pelo receio de exagerar despesas”, e “por querer ficar dentro dos limites do justo e do razoável”, negando a hipótese de possivelmente ter exagerado no dimensionamento da rede.⁶⁰ Ainda, para o Diretor de Obras, Juiz de Fora, cidade “situada em um clima intertropical, na encosta de uma montanha com algumas centenas de metros de altura, onde as águas despenham com declives excessivos e velocidades vertiginosas” teria condições tão diferentes de Paris que seria impossível adotar a mesma relação entre o tempo de queda da chuva e escoamento das águas utilizada no cálculo dos canais de esgotos da capital francesa. Lembrando que os canais parisienses tinham grandes comprimentos e seções largas e navegáveis, o engenheiro afirmaria que as seções para os canais juiz-foranos seriam muito menores. Francisco Bernardino sintetizaria sua opinião e de Howyan: “a questão é simples e elementar. Está ao alcance de todos formar juízo e convencer-se da insanidade do erro, *ridiculus mus*”.⁶¹

⁵⁸ O PHAROL, 26 de Julho de 1894, p. 2.

⁵⁹ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, pp. 99–101.

⁶⁰ O PHAROL, op. cit., p. 2.

⁶¹ Idem, 27 de Julho de 1894, p. 2.

De fato, a questão em torno do Plano Howyan é bastante confusa. Como nenhum dos personagens envolvidos na história voltou atrás, fica difícil entender se eles realmente acreditavam estar completamente certos, ou se agiram de fato de maneira tendenciosa, defendendo-se de maneira irredutível para não se comprometer política ou profissionalmente.

Em relação aos desenhos dos perfis da rua elaborados por Howyan para o projeto dos aterros, é impossível emitir uma opinião categórica sobre o que se pretendia construir, já que os desenhos de projeto se perderam. Os poucos fragmentos de informação que ainda existem são os relatos dos engenheiros adversários. Contudo, grande parte dos argumentos utilizados por Francisco Bicalho, de um lado, e Howyan e Francisco Bernardino, de outro, para a discussão do dimensionamento do sistema de esgotos, fundamentavam-se em interpretações individuais dos fenômenos científicos, a exemplo da divergência em torno do tempo de escoamento das chuvas.

Acredito que o texto explicativo do plano de saneamento, por deixar certas considerações sem esclarecimento, deu margem à dupla interpretação. O próprio Howyan admitiu que o objetivo do texto do memorial descritivo era fornecer “somente as informações mais essenciais”, evitando que o trabalho ficasse muito longo.⁶² O engenheiro deliberadamente omitiu informações de cálculo, descrevendo resumidamente o dimensionamento dos elementos do projeto, de modo que certos elementos – como a tal fórmula de Chézy – estariam implícitos em seu raciocínio. Para Bicalho, Howyan tinha conseguido se mascarar com “habilidade artística” por trás do “peso de sua erudição”, não deixando transparente qual fórmula adotou de fato.⁶³

Sobre o famigerado erro aritmético, a defesa de Howyan contra a crítica de Bicalho parece contraditória. No cálculo da página 36 de seu memorial explicativo, o engenheiro fala de uma chuva absoluta de “150 litros por segundo e por hectare” (o que ele chamou de ‘*chuva caída*’ em sua defesa). Lembrando que as chuvas são geralmente indicadas por milímetros, de acordo com a altura da água registrada num

⁶² HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 155.

⁶³ O PHAROL, 4 de Agosto de 1894, p. 1.

instrumento de medição chamado “pluviômetro”, a altura d’água referente a essa chuva dada pelo engenheiro, em milímetros por hora, seria de 54 mm, como demonstro a seguir:

$$\begin{array}{c}
 \text{150 litros por segundo e por hectare,} \\
 \text{convertido em metros cúbicos} \\
 \text{[chuva 'caída', sem perdas]} \\
 \uparrow \\
 \text{litros de água} \quad \left[\frac{0,150 \text{ m}^3}{10.000 \text{ m}^2} = 0,000015 \right] \rightarrow \left[0,000015 \times 3.600 \times 1.000 = 54 \text{ mm/h} \right] \\
 \text{por hectare e} \quad \leftarrow \\
 \text{por segundo} \\
 \downarrow \\
 \text{hectare em m}^2 \\
 \downarrow \\
 \text{em metro de coluna} \\
 \text{d'água por segundo} \\
 \downarrow \quad \downarrow \\
 \text{segundos} \quad \text{milímetros} \\
 \text{em 1 hora} \quad \text{em 1 metro}
 \end{array}$$

Seguindo a mesma lógica, considerando 1/3 de perdas, a chuva a ser recolhida pela canalização de esgotos seria de 36 mm, já que:

$$\left[\frac{2}{3} \times \frac{0,150 \text{ m}^3}{10.000} = 0,00001 \right] \rightarrow \left[0,00001 \times 3.600 \times 1.000 = 36 \text{ mm/h} \right]$$

No cálculo da página 54 do texto, Howyan parece traçar o caminho inverso: partindo do valor de 36 mm, o engenheiro afirmou na réplica a Bicalho agora estar adicionando o 1/3 relativo às possíveis perdas (dividindo por 3/2 ele estava na verdade multiplicando o valor por 1,5). Ao fim da operação, o engenheiro obteve como resultado o valor de 0,150m³, o mesmo valor adotado anteriormente, chamando-o agora de “água recolhida”. O estranho nessa explicação é que Howyan utilizou o valor obtido nessa última conta, 150 litros por segundo e por hectare, para o dimensionamento dos canais de cintura. Em outras palavras, ele utilizou o valor referente aos 54 mm. Para que fique claro, mostrarei novamente o texto de Howyan relativo ao cálculo, com grifos meus:

As dimensões desses canais de cintura são determinadas conforme a quantidade de água que receberão.

Assim, adotando-se a altura de chuva de 36mm por hora e admitindo-se que um terço se perca por infiltração ou evaporação, teremos:

$$\frac{0,036 \times 10.000 \times 3}{2 \times 3.600} = 0,150 \text{ m}^3 \text{ por segundo e por hectare.}$$

Como essas águas são recolhidas diretamente pela inclinação do solo, exceto em alguns talwegues que reúnem uma certa quantidade delas, observa-se, prancha número XII, que essas águas são repartidas uniformemente segundo o comprimento dos canais.

Seja B a extensão da bacia vertente cujas águas pluviais deverão ser recolhidas e conduzidas por um de seus canais ao rio e L o comprimento desse canal, termos então: $\frac{150 B}{L}$

que dá a quantidade em litros e por unidade de comprimento, da água que entra no canal em questão.

Por conseguinte, a saída em um ponto do canal cuja distância na origem é D, será: $\frac{150 BD}{L}$.⁶⁴

Por qual motivo Howyan recorreria ao valor total da chuva para o dimensionamento dos canais? Não parece fazer muito sentido que o engenheiro tenha decidido levar as perdas em consideração no primeiro cálculo, apenas para desconsiderá-las no segundo. O próprio enunciado do problema parece estar dizendo outra coisa; que 36 mm seria referente à chuva total, sendo 2/3 desse número a chuva recolhida, ou seja, 24 mm.

Enfim, mais do que determinar quem estava certo ou errado na história — se é que é possível dizer que um dos lados estava inteiramente com a razão —, o embate revela algumas hipóteses para o que estava acontecendo. Howyan escolheu não revelar em seu Plano todas as informações que dispunha — talvez por acreditar que uma explicação sucinta do projeto bastaria para a aprovação do Plano na cidade, ou talvez por ter agido desde o início com segundas intenções. Francisco Bicalho, aproveitando-se da despreocupação do estrangeiro ao elaborar o projeto, questionaria o projeto de Howyan muito publicamente — lembrando que a discussão entre os indivíduos foi publicada na íntegra em várias edições do *Pharol*. Seja por descuido, seja por má fé, o plano era ambíguo.

⁶⁴ HOWYAN, *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*, [1893] 2004, p. 137.

7 Dissolução, repercussões, e o fim

Muita coisa estava em jogo para Francisco Bernardino no final do ano de 1894: seu mandato, iniciado em 1891, estava chegando ao fim. Como o político disse a Francisco Bicalho, caso o projeto de saneamento aprovado para a cidade estivesse de fato contaminado por um erro aritmético — possibilidade que rejeitou até o fim — ele se declararia o principal responsável pelo ocorrido e seus desdobramentos. Afirmando ter influído decisivamente para a aprovação, aquisição e execução do projeto de esgotos, declarou aceitar todas as consequências, morais e jurídicas do problema.¹

Certamente o debate público em torno do Plano Howyan desgastou sua imagem e prejudicou sua reeleição: Francisco Bernardino perdeu a presidência da Câmara para João Penido Nogueira Filho em votação realizada em 7 de Setembro de 1894, e apenas quatro de seus quinze vereadores conseguiriam se reeleger. Essa teria sido a “a mais encarniçada luta eleitoral” da história do município, na opinião do recém empossado Presidente da Câmara. Penido defendeu a realização do “saneamento da cidade de Juiz de Fora com o projeto de Francisco Bicalho, ”glória da engenharia brasileira”, declarando fazer “oposição completa, radical e absoluta e tenaz ao Projeto Howyan, e sobretudo ao projeto de abastecimento de água potável por meio de um açude”.²

Durante o Império, ainda que João Penido Filho, então filiado ao Partido Liberal, e Francisco Bernardino, membro do Partido Conservador, fossem adversários políticos, ambos em determinado momento militaram por um mesmo objetivo: o pagamento de indenizações para os senhores dos escravizados libertados pela lei Áurea.³ Para Francisco Bernardino, a indenização era “um direito inalienável dos antigos proprietários e um dever iniludível do Estado”, sendo uma “exigência legal de muitos milhares de cidadãos empobrecidos pelo Estado”, e “direito respeitável das

¹ O PHAROL, 20 de Julho de 1894, p. 1.

² Idem, 23 de Julho de 1894, p. 3; Idem, 8 de Setembro de 1895, p. 1.

³ Segundo a lei do Ventre Livre de 1871, todos os senhores de escravizados emancipados seriam ressarcidos, o que não ocorreu efetivamente em 13 de Maio de 1888.

famílias necessitadas, de viúvas e órfãos lesados” pela abolição.⁴ Ainda que tivesse liderado a primeira Câmara Municipal republicana de Juiz de Fora, Bernardino foi um dos maiores representantes dos interesses da elite rural escravocrata da cidade. De forma análoga, João Penido votou contra a emancipação dos escravizados maiores de 60 anos quando fez parte da Câmara dos Deputados na década de 1880.⁵

O advento da República não transformou fundamentalmente as estruturas de representação política e social do país (e de Juiz de Fora). Líderes como Bernardino e Penido que no Império se dividiam entre conservadores e liberais, se ‘converteriam’ do dia pra noite em republicanos, continuando sendo, no novo regime, “representantes dos interesses e negócios dos grupos e famílias”.⁶ O almejado progresso expresso no discurso que envolvia o Plano Howyan era definitivamente enviesado, caminhando em consonância com os interesses das oligarquias rurais locais, que como apontei anteriormente, foi o grupo que mais investiu no empreendimento.

Em Julho de 1894, Francisco Bernardino encontrava-se numa posição difícil, visto que as investidas públicas de Bicalho em muito contribuíram para deslegitimar o Plano Howyan. Colocando mais um prego no caixão, Francisco Bicalho ficaria sabendo do projeto do estrangeiro para Pelotas, fazendo questão de informar aos leitores do *Pharol* do fracasso da empreitada. Bicalho salientou que Empresa Industrial e Construtora do Rio Grande declarou não ter levado a cabo o projeto de Howyan por considerá-lo inexecutável, entendendo que sua realização “teria infalivelmente trazido consequências funestas para o futuro [daquela] importante cidade”.⁷ Lembrando que o projeto de Howyan para Pelotas foi vendido a um alto preço, Bicalho advertiria que os principais problemas expostos pela Empresa Industrial em Pelotas eram análogos aos apontados por ele em Juiz de Fora.

⁴ A PROVÍNCIA DE MINAS, 3 de Agosto de 1889, p. 1. Reforço que no trecho citado Bernardino estava se referindo às famílias dos senhores, e não dos escravizados.

⁵ CARRARA, As finanças do Estado brasileiro..., 2018, pp. 201–204; BRASIL, Anais da Câmara dos Deputados: sessões de 15 de Julho de 1884 e de 29 de Abril de 1885.

⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*, 2007, p. 29.

⁷ O PHAROL, 27 de Julho de 1894, p. 1.

Bicalho tinha conseguido um documento elaborado pela própria Empresa Industrial — presumivelmente o material produzido por Guilherme Ahrons — informando que Howyan projetou “nas ruas de uma cidade florescente e de grande movimento, aterros que tornam o trânsito impossível”. Os perfis dos encanamentos de esgotos estavam, em alguns pontos, acima do nível das ruas, tornando-os inutilizáveis para edificações já construídas. Outro problema significativo seria o dimensionamento da rede de esgotos, que curiosamente em Pelotas apresentava o problema oposto ao de Juiz de Fora: a Empresa queixou-se da insuficiência dos coletores, sugerindo que o projeto estava subdimensionado. Francisco Bicalho conclui que Howyan “deu para Juiz de Fora, com os seus *doze mil habitantes*, um coletor principal com seção *vinte vezes maior* do que para Pelotas, com os seus *vinte e cinco mil habitantes*”.⁸

Em meados de 1894, a polêmica chegou a um impasse. Temendo que a discussão se prolongasse indefinidamente sem que uma decisão fosse tomada, certo engenheiro chamado Jesuíno Felicíssimo, que havia acompanhado toda a querela, sugeriu em coluna do *Pharol* que a questão fosse enviada ao “Club de Engenharia do Rio de Janeiro”, instituição “imparcial e de competência indiscutível” capaz de dar um veredito final ao assunto.⁹ O Club foi consultado em Outubro; contudo, só emitiria seu parecer definitivo em Janeiro do ano seguinte. A instituição, da qual fazia parte “a elite da engenharia brasileira”, então condenaria o Plano por unanimidade, declarando que o projeto deveria ser totalmente reconsiderado.¹⁰

A polêmica em torno do projeto de saneamento, contudo, não foi suficiente para impedir o prosseguimento das obras. João Penido acusaria Bernardino, inclusive, de ter acelerado propositalmente o ritmo das obras dos esgotos no último semestre do ano para atrapalhar sua administração.¹¹ No fim de Agosto, a galeria de esgotos da Rua São Mateus foi concluída sob a administração do já mencionado mestre de obras Bernardino da Rocha e Silva;¹² e no início de Dezembro, os trechos da Rua do Imperador e da Rua Halfeld estavam em construção. Pouco antes do fim do mandato de Francisco Bernardino, apenas uma edificação na Rua do Imperador e

⁸ O PHAROL, 27 de Julho de 1894, p. 1.

⁹ Idem, 27 de Julho de 1894, p. 2; Idem, 17 de Agosto de 1894, p. 1.

¹⁰ Idem, 8 de Fevereiro de 1895, p. 2.

¹¹ Idem, 8 de Fevereiro de 1895, p. 2.

¹² Idem, 28 de Agosto de 1894, p. 1.

quatro casas comerciais na Rua Halfeld tinham sido ligadas à nova malha. Howyan, às vésperas de deixar a Diretoria de Obras, seguiria defendendo o prosseguimento dos trabalhos, dizendo ser urgente não só a construção dos novos esgotos, mas também a desinfecção e demolição da rede antiga. Esta, segundo o engenheiro, encontrava-se em estado deplorável, havendo pelas ruas da cidade profundas valas a céu aberto que formavam focos de infecção.¹³

Nas fontes documentais que pesquisei, encontrei poucos vestígios referentes aos trabalhos construtivos propriamente ditos, o que complica um pouco a tarefa de reconstituir os acontecimentos. Uma pista de como eram esses canteiros de obras públicas está no relato do Fiscal das Águas Thomas J. Wood, que em Março de 1894, pouco antes de estourarem as discussões sobre o Plano Howyan, emitiu um parecer sobre o estado do fornecimento de água na cidade. No documento, o Fiscal relata que se utilizava grande quantidade de água nos trabalhos de saneamento em curso, sendo essa provavelmente a principal causa de um aumento do consumo de água na cidade. A água, na execução das obras, era despendida para “amassar reboco”, “lavar as ferramentas e vasilhas”, e para os “trabalhadores beberem”. Em alguns dos canteiros, ainda segundo Wood, tirava-se água de chafarizes das “6 horas da manhã até às 5 horas da tarde”, e o grande dispêndio de água na execução das obras públicas teria prejudicado o abastecimento em algumas casas por provocar a diminuição da pressão da água nas canalizações das ruas.¹⁴

Além de Fiscal das Águas, Thomas Wood era também o “encarregado dos materiais de esgotos”. Ele reportaria a Câmara Municipal, em 26 de Julho de 1894 – no auge da polêmica entre Howyan e Bicalho – que as obras municipais estariam gastando diariamente 28 a 30 barricas de cimento, e entre 11.000 a 12.000 tijolos.

¹³ O PHAROL, 4 de Dezembro de 1894, p. 2. O presídio da cidade, localizado na Rua do Imperador, ficou sem a requerida ligação por não atender as “especiais exigências sanitárias de uma penitenciária”. Os esgotos da edificação continuariam a ser lançados no córrego Independência.

¹⁴ AHJF, *Ofício de Thomas J. Wood sobre o fornecimento de água em Juiz de Fora*, 1894.

Nas ruas Halfeld, Marechal Deodoro e do Comércio – trechos onde havia obras – havia outra forma de ‘desperdício de água’, segundo Wood. Algumas crianças estariam brincando de criar jatos d’água tampando a boca dos chafarizes públicos.

Havia em depósito, segundo ele, 570 barricas de cimento e 120.000 tijolos, e ainda mais material no Rio de Janeiro aguardando despacho.¹⁵

Como a grande maioria dos desenhos do projeto de Howyan sumiram dos arquivos, fica difícil precisar os locais exatos onde obras foram feitas. Também não encontrei no Arquivo Histórico nenhum relatório oficial que comprove categoricamente como o dinheiro foi gasto. Contudo, com base em indícios que encontrei (incluindo uma prestação de contas apresentada por João Penido no *Pharol*), montei um panorama geral do que foi empreendido no período que compreendeu a adoção do Plano Howyan em Juiz de Fora, ou seja, entre 13 de Outubro de 1892 e 31 de Dezembro de 1894.

No fim do ano de 1894, a Diretoria de Obras construiu parte da nova rede de esgotos — evidências apontam que houve obras nas ruas Espírito Santo, São Mateus, do Imperador e Halfeld. João Penido daria notícia da construção de 3.128 metros de galerias que correspondiam a um sétimo da “extensão total da rede de esgotos à direita do Rio Paraibuna”.¹⁶ Quase nada parece ter sido concretizado em relação à construção do novo sistema de abastecimento de água, ainda que significativa parcela do dinheiro do empréstimo tenha sido gasta com o assunto. Os principais trabalhos empreendidos nesse sentido parecem ter sido de reparo e aumento da capacidade da rede existente, além da desapropriação de um terreno na Serra que possuía um manancial de água potável que era de “interesse público”.¹⁷ Inclusive, várias desapropriações de terrenos e imóveis foram financiadas com a verba destinada ao saneamento, por exemplo, para a abertura da rede de esgotos, construção de edifícios, prolongamento de vias, entre outros.¹⁸ Francisco Bernardino declarou

¹⁵ AHJF, *Ofícios de Thomas J. Wood sobre os depósitos de cimento e tijolos*, 1894.

¹⁶ O PHAROL, 8 de Fevereiro de 1895, p. 2

¹⁷ AHJF, *Ofícios de Howyan e do “engenheiro de serviço” sobre a falta de água no Morro da Gratidão*, 1892 e 1893; O PHAROL, 10 de Janeiro de 1895, p. 1. Howyan autorizou a realização de reparos na canalização que passava pelo Morro da Gratidão em Dezembro de 1892, pois alguns indivíduos estariam cortando os encanamentos, impedindo que a água do ribeirão da Gratidão chegasse às casas; Francisco Bernardino declarou ter ligado o ‘manancial dos Passos’ ao reservatório geral existente, o que teria assegurado um fornecimento a mais de 70 casas d’água (antiga medida usada em partilhas d’água).

¹⁸ Identifiquei as seguintes desapropriações autorizadas pela Câmara: de terrenos para a abertura da estrada da Serra (O PHAROL, 2 de Outubro de 1893, p. 2; CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resolução nº 303 de 24 de Setembro de 1894); de terrenos para o prolongamento da Rua Direita

que “se fosse preciso sacrificar uma parte da cidade, para transfigurá-la no útil e no belo, para salvá-la na higiene toda a cidade, porque hesitar?”.¹⁹

Algum andamento foi dado aos trabalhos de dessecamento e nivelamento do solo, ainda que não esteja claro como exatamente as intervenções ocorreram. Houve trabalhos de aterros e desaterros na avenida lateral da Estrada de Ferro Central, na Rua Paletta e na Rua da Liberdade.²⁰ Foram realizados também trabalhos de arruamento — prolongamento, conservação, construção e obras gerais em vias e estradas. A Diretoria de Obras reformou alguns edifícios — aumentou o Matadouro e transformou o Mercado Municipal em Escola Normal —, e construiu outros, como o Hospital de Isolamento (um leprosário) e Estação de Desinfecção. Finalmente, a verba destinada ao saneamento também foi gasta na construção de cemitérios e da ponte da Cedofeita já mencionada.²¹

A posse de João Penido, no início do ano de 1895, não encerraria a questão ainda. Alguns dias após ter empossado, o novo Presidente da Câmara acusou Francisco Bernardino de ter deliberadamente acelerado o ritmo nas obras depois de 7 de Setembro, o dia das eleições. A construção das galerias de esgotos teria sido especialmente intensificada, o que na opinião do recém-empossado Presidente da Câmara, foi uma estratégia de Bernardino tanto para prejudicar a administração seguinte, esgotando a verba destinada aos serviços, quanto para forçar a administração seguinte a concluir as partes do projeto que estavam no meio da execução, dificultando

(CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 27 de 16 de Agosto de 1894); de um prédio no Largo da Estação e outro na Rua Carlos Otto, para a construção da rede de esgotos (O PHAROL, 13 de Julho de 1894, p. 2); do sítio do “Resto” para a construção do Hospital de Isolamento, Estação de Desinfecção, e cemitério (O PHAROL, 20 de Setembro de 1893, p. 1; CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 219 de 3 de Outubro de 1893); de terrenos no Largo do Riachuelo, por serem “de interesse público” (O PHAROL, 29 de Setembro de 1893, p. 1; CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 230 de 14 de Novembro de 1893); do sítio da “Bella Vista”, por ser de “utilidade pública” e possuir mananciais (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 205 de 3 de Outubro de 1893).

¹⁹ O PHAROL, 10 de Janeiro de 1895, p. 1.

²⁰ AHJF, *Ofício de Howyan sobre a execução das obras da Avenida Mariano Procópio*, 1894; *Ofício de Thomas J. Wood sobre o nivelamento da Rua Paletta...*, 1894. A Rua da Liberdade é a atual Rua Marechal Floriano Peixoto.

²¹ O PHAROL, 12 de Fevereiro de 1895, p. 2. Há, no Arquivo Histórico de Juiz de Fora, desenhos de projeto de Howyan para uma ponte sobre o “Ribeirão Espírito Santo”, no “caminho da Vargem Grande a São José do Rio Preto” (AHJF, *Ponte sobre o Ribeirão Espírito Santo*, 1894).

tando futuras modificações dessa parte tão criticada do Plano. Assim, segundo a prestação de contas apresentada publicamente por Penido, da verba destinada ao saneamento tinha-se gasto, entre 7 de Setembro e 31 de Dezembro de 1894, 583:000\$000, *mais* do que se havia gasto entre 1º de Janeiro de 1894 e 7 de Setembro, 538:992\$622.²²

Segundo o médico, poucos dias após assumir a Presidência da Câmara, ele se deu conta que o município tinha gasto, nos três anos da gestão anterior, um valor superior a 2.400:000\$000, deixando uma dívida de 100:000\$000, ou seja, não havia dinheiro em caixa para pagar os juros das apólices municipais como acordado legalmente com os investidores. As principais causas do excesso nos gastos seriam três, segundo o líder da Câmara: primeiro, o valor da remuneração paga aos trabalhadores das obras de saneamento teria custado *trinta vezes mais* aos cofres municipais do que Howyan tinha declarado.²³ Segundo, ainda que a nova rede de abastecimento não tivesse vingado, entre estudos e trabalhos preparatórios, a gestão de Bernardino teria gasto muito dinheiro com essa rubrica.²⁴

Essa parte do Plano gerou uma série de discussões, assim como o projeto para os esgotos. A preferência de Howyan pela formação de um lago artificial através da construção de um reservatório-barragem de 30 metros de altura foi rechaçada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em meados de 1894, bem no auge do acirramento dos ânimos entre Bicalho e Bernardino.²⁵ Na opinião dos médicos da instituição, numa cidade que possuía diversos mananciais naturais aptos a serem utilizados para o abastecimento de água potável (como os ribeirões da Gramma e da Gratidão, por exemplo), construir um açude de águas estanques, alimentado principalmente por águas pluviais, era condenável.

Só de águas pluviais, o engenheiro previa que a comporta receberia *um milhão de metros cúbicos* anuais, e outros *setecentos mil metros cúbicos* provenientes das outras

²² O PHAROL, 8 de Fevereiro de 1895, p. 2.

²³ Segundo Penido, Howyan declarou que a mão de obra por metro cúbico de alvenaria tinha custado aos cofres municipais um total de 1\$483, o que seria impossível: a média do ordenado diário de um pedreiro seria de 6\$000. Penido afirmou que o serviço custou de fato 45\$010 (Idem, 8 de Fevereiro de 1895, p. 2).

²⁴ Idem, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2

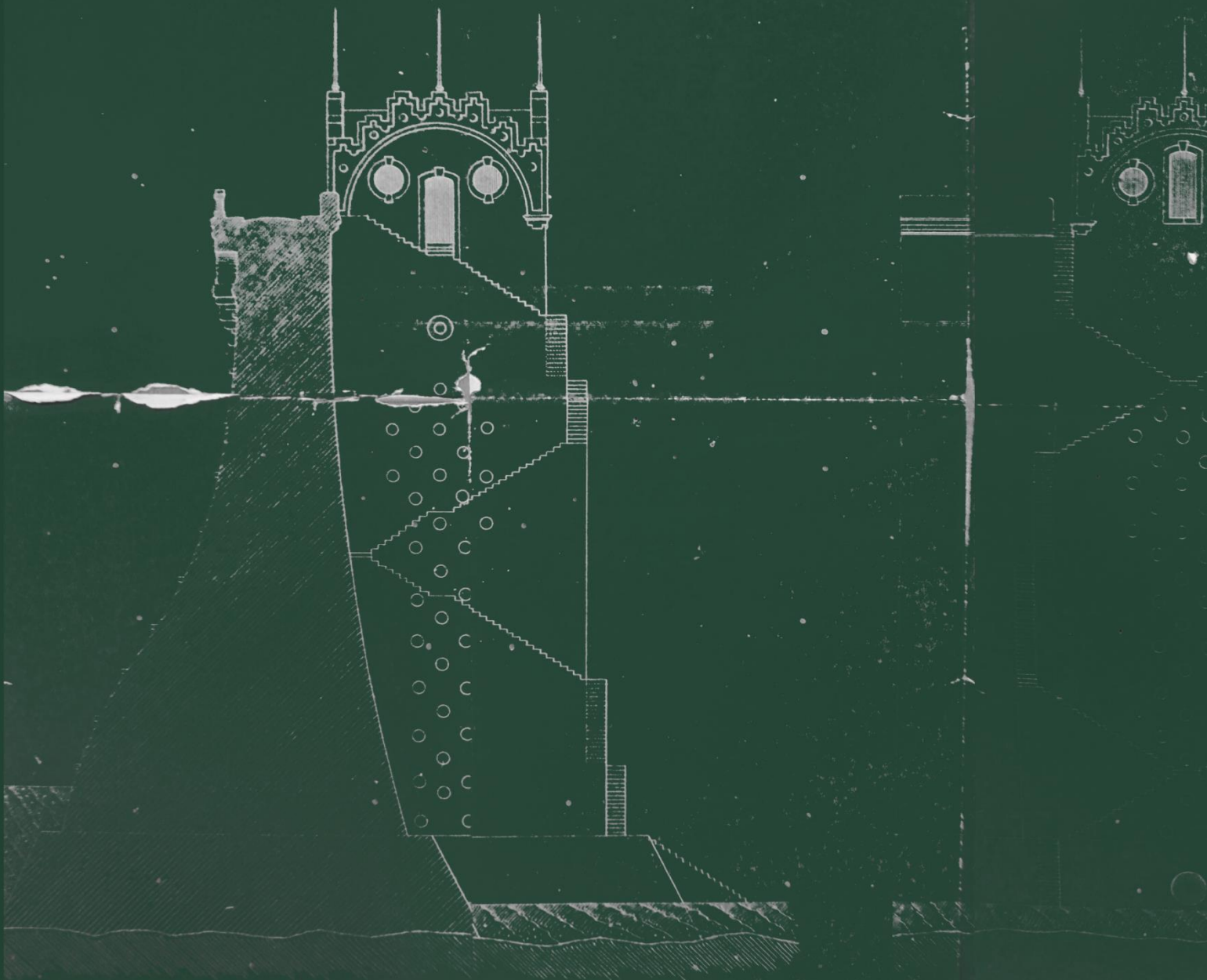
²⁵ Idem, 3 de Agosto de 1894, p. 1.

RESERVATORIO DA R

Escala 0

SECÇÃO -I-L-

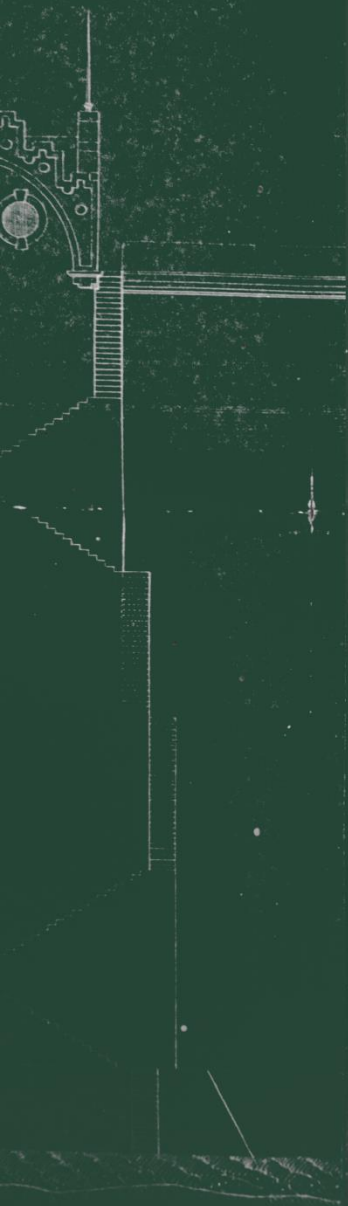
ELEVAÇÃO DO



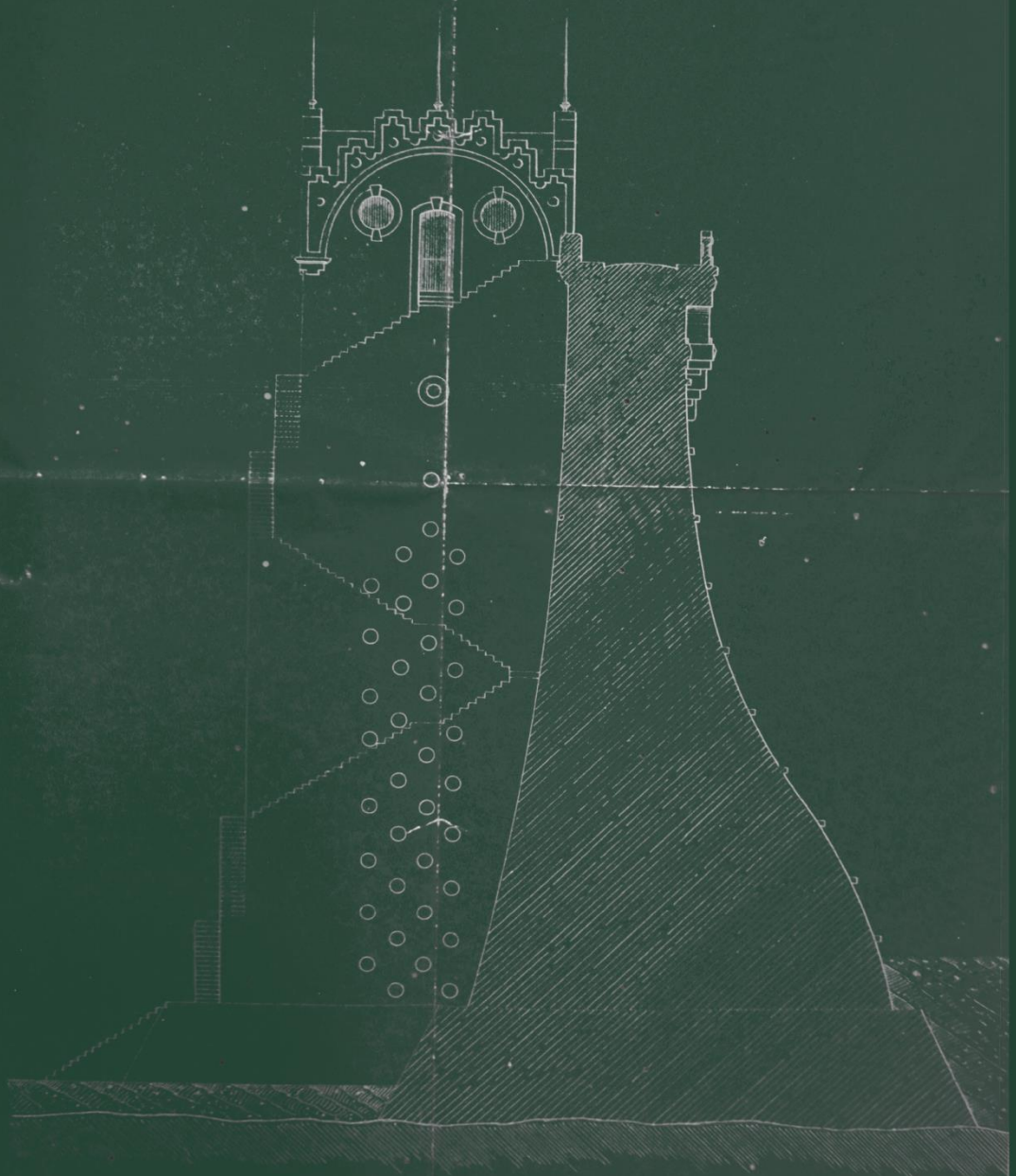
EPRESA D'AGUA

e 1.100

INTERIOR



SECÇÃO - G-H-



fontes. O membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora Gama Cerqueira observou que a quantidade de água que cairia anualmente sobre Paris seria de *cinco milhões de metros cúbicos*, o que conflitava com a justificativa de Howyan para o cálculo da rede de esgotos, já que um de seus argumentos principais para o dimensionamento daquela parte do projeto havia sido que Juiz de Fora recebia chuvas muito mais intensas do que a da capital francesa. Ainda que fosse possível beber água de lagos, membros da Sociedade como Eduardo de Menezes acreditavam ser preferível — e mais higiênico — consumir a água de mananciais, o que tornaria os custos de construção e manutenção da imensa muralha descabidos.²⁶

Após a Sociedade de Medicina e Cirurgia considerar o projeto para o abastecimento de água uma “monstruosidade”,²⁷ a Câmara Municipal solicitou que certos médicos e engenheiros competentes opinassem sobre o assunto através de pareceres. Vários dos profissionais foram pagos com o dinheiro do fundo do empréstimo destinado ao saneamento: Domingos Freire (médico e então diretor do Museu Nacional) recebeu 2:000\$000; Agostinho de Souza Lima (médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e ex-inspetor de higiene dessa cidade), 500\$000; Benjamin Rocha Faria (médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e ex-inspetor geral de higiene dessa cidade), 500\$000; Joaquim Monteiro Caminhoá (médico e ex-professor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro), 500\$000; Francisco Fajardo (médico e professor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro), 500\$000; Nuno de Andrade (médico e antigo Conselheiro de ‘Sua Majestade’), 500\$000; Cypriano de Freitas (médico e professor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro), 100\$000; Furquim Werneck (médico e futuro Prefeito do Rio de Janeiro), 100\$000; e Clemente Ferreira (médico) deveria receber 500\$000, mas esse pagamento estava pendente em Fevereiro de 1895.²⁸ Dos pareceres não pagos, foram chamados os engenheiros franceses Edouard Collignon, Ernst Pontzen e Georges Bechman (antigos tutores de Howyan), José Pereira Rebouças (en-

²⁶ O PHAROL, 1 e 2 de Dezembro de 1894, pp. 1–2; O PHAROL, 4 de Dezembro de 1894, pp. 1–2.

²⁷ Idem, 3 de Agosto de 1894, p. 1.

²⁸ Todos os médicos, com exceção de Cypriano de Freitas, ocuparam cadeiras na Academia Nacional de Medicina.

Figura 30 (pp. 132–133): AHJF, *Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora*, nº 3, 1894. Vistas do reservatório de água projetado por Howyan.

genheiro e diretor de obras públicas da cidade de São Paulo), Antônio Felício dos Santos (médico), e Paulo de Frontim (engenheiro).²⁹

A maior parte dos profissionais destacou a falta (ou omissão) de informações básicas no projeto, acreditando ser impossível emitir um parecer definitivo sobre a questão nessas condições. Nenhum dos profissionais consultados era de Juiz de Fora, e de maneira geral, desconheciam detalhes da situação geográfica do município. Em alguns dos pareceres mais positivos, os peritos supuseram que Howyan teria realizado exames prévios comprovando ser mais prudente construir o tal açude do que aproveitar algum manancial natural.

Os pareceres mais condenatórios foram os de José Pereira Rebouças, Paulo de Frontim, e Domingos Freire. No de Rebouças, o engenheiro reprova completamente o projeto, acusando Howyan de ter se baseado puramente em hipóteses por não ter apresentado nenhum estudo. O engenheiro também afirmou que os reservatórios-barragens de grande altura existentes pelo mundo, diferentemente do que propôs Howyan, tinham sempre mais de uma utilização, como por exemplo, irrigação e fornecimento d'água a canais ou rios navegáveis, e nem sempre a distribuição de água. Para Rebouças, o projeto de Howyan era injustificável para as necessidades locais e não deveria ser empreendido em hipótese nenhuma, sugerindo a construção de uma represa em pequena altura no ribeirão da Gratidão, o riacho que o próprio estrangeiro declarou ser de fácil captura.³⁰

Alguns dos pareceres foram publicados no *Pharol* logo após Howyan publicar seu memorial justificativo do projeto de abastecimento de água. João Penido acusou a gestão de Bernardino de só ter enviado para o jornal os pareceres mais favoráveis ao plano Howyan, deixando guardados os três pareceres que mais o reprovaram. O

²⁹ Possivelmente foram consultados também os médicos João Batista de Lacerda e Benício de Abreu (O PHAROL, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2). Consultei ainda um parecer cuja assinatura do autor parece indicar o nome 'José de Souza da Silveira'. Havia um médico no Rio de Janeiro com esse nome (ALMANAK LAEMMERT, 1894, p. 894). O profissional tende a discordar do projeto de Howyan. Ver também O PHAROL, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2.

³⁰ AHJF, *Parecer de José Rebouças sobre o projeto de abastecimento de água de Howyan*, 1894.

uso do dinheiro da verba para a execução das obras de saneamento para o pagamento dos profissionais o indignou profundamente.³¹

A terceira e última causa que teria contribuído para o endividamento do município teria sido a compra de coisas supérfluas ou secundárias ao saneamento da cidade, assim como seu deu com o pagamento dos supracitados pareceres. A Câmara Municipal gastou com publicações em colunas de jornal (por conta das polêmicas), construção de avenidas, um monumento público (homenageando Howyan) que teria custado 1:500\$000, entre outros. O Hospital de Isolamento e a Estação e Desinfecção, que no início do ano de 1895 estavam inacabados, teriam consumido boa parte da verba, sendo lamentavelmente ineficientes para os fins a que se destinavam. Na fachada do último, segundo Penido, Howyan mandou colocar um relógio monumental que teria custado à Câmara mais de 3.800\$000, e que curiosamente precisava que alguém lhe desse corda diariamente, o que custava 720\$000 aos cofres públicos todos os dias. O médico recriminou ainda Francisco Bernardino por ter criado o Bairro da Glória utilizando o dinheiro do empréstimo, promovendo melhoramentos e desapropriações que teriam valorizado propriedades particulares de dois ex-vereadores.³²

Talvez o exemplo mais inusitado de como a Câmara Municipal gastou o dinheiro público foi a compra do quadro *Tiradentes Esquartejado* do pintor Pedro Américo, autorizada por Francisco Bernardino em Outubro de 1893. A famigerada pintura, que se encontra atualmente no Museu Mariano Procópio, foi comprada por 8:000\$000 através da verba anual de 165:000\$000 destinada ao pagamento dos juros e amortização da dívida contraída.³³ Pintado cem anos após a morte de Tiradentes, o quadro representa o personagem como mártir numa analogia direta com a figura de Jesus. A construção simbólica do personagem como herói republicano em muito interessava aos líderes do novo regime, o que ajuda a explicar o motivo da curiosa compra justamente nesse momento da história.³⁴ Tanto por meio da construção material da cidade, quanto pela criação discursiva e imagética, Juiz de

³¹ O PHAROL, 9 de Fevereiro de 1895, p. 2.

³² Idem, 10 de Fevereiro de 1895, p. 2; O PHAROL, 13 de Fevereiro de 1895, p. 2

³³ CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, Resolução nº 226 de 4 de Outubro de 1893.

³⁴ BALLAROTTI, A construção do mito de Tiradentes, 2009.

Fora pleiteava reconhecimento por meio da adoção de símbolos que contrapusessem a ideia do passado oligárquico e escravista.

Por fim, cabe aqui uma ressalva sobre a prestação de contas de João Penido. No relatório apresentado pelo então Presidente da Câmara, o líder acusou a gestão de Francisco Bernardino de ter falseado as contas públicas, omitindo e maquiando partes dos gastos. Isso teria ocasionado o presumido gasto de 2.400:000\$000 e a falta de dinheiro para pagar os juros vencidos do empréstimo municipal. Todas essas denúncias, inclusive a do endividamento do município, foram negadas por Francisco Bernardino, que acusou Penido e Bicalho de terem conspirado para convencer o membro da Comissão de Contas Municipais, Gustavo Penna, da existência de irregularidade nas contas. Segundo Bernardino, ambos consultaram apenas os registros da Diretoria de Obras Públicas, quando na verdade deveriam também ter consultado os documentos da Diretoria da Fazenda, onde os gastos estariam corretamente discriminados. O próprio Gustavo Penna declara que tinha sido Penido e Bicalho quem tinham levado os papéis relativos aos gastos com saneamento à atenção da Comissão de Contas.³⁵

Bernardino se defenderia apresentando o balanço geral de contas assinado pela Diretoria da Fazenda Municipal: segundo o documento, os gastos totais da Câmara Municipal em 1894 teriam sido de 550:766\$995, com um saldo de 102:829\$848.³⁶ Penna, por sua vez, declarou que os documentos da Fazenda não davam conta da realidade porque eles não discriminavam o quanto se tinha gasto em cada obra separadamente, lembrando que o parecer da gestão de Penido, como publicado no *Pharol*, foi aprovado unanimemente pela assembleia municipal.³⁷ E a mesma história de antes se repetiu: Bernardino rejeitou as críticas, Bicalho entrou de novo na discussão, Penido rebateu acusando o antigo líder... e assim continuou por algum tempo, até a discussão perder a relevância.

No último dia da gestão de Francisco Bernardino, Howyan deixou a diretoria das obras de saneamento, afirmando em sua carta de demissão não poder prestar seus serviços a “qualquer outra administração”.

³⁵ O PHAROL, 10 de Fevereiro de 1895, p. 1.

³⁶ Idem, 19 de Fevereiro de 1895, p. 1.

³⁷ Idem, 26 de Fevereiro de 1895, p. 1.

Hoje [Vossa Excelência] retira-se e meu dever é acompanhá-lo; não posso prestar meus serviços a qualquer outra administração, e tenho a honra de pedir minha demissão, guardando preciosa e orgulhosamente a lembrança do apoio que me deu, da amizade que em todas as circunstâncias me mostrou [Vossa Excelência].³⁸

Francisco Bicalho empossou como o novo Diretor de Obras de Juiz de Fora. Entretanto, somente permaneceu no cargo até Maio de 1895, quando foi então convocado pelo governo do estado para substituir Aarão Reis na chefia das obras de construção de Belo Horizonte.³⁹ Bicalho alteraria parte do projeto original para a nova capital de Minas, inaugurando o que a pesquisadora Berenice Martins Guimarães definiu como “a fase liberalizante” da construção de Belo Horizonte.⁴⁰ O novo Diretor de Obras de Juiz de Fora até o fim do mandato de João Penido seria o engenheiro Luiz José da Costa.

No fim das contas, as promessas de Howyan não se concretizaram: Juiz de Fora não se tornou o “Éden do Brasil”. Entretanto, o repertório discursivo envolvendo a grandiosidade da cidade passou terminantemente a fazer parte da narrativa oficial. Nesse sentido, o discurso criado pelas lideranças locais em torno do Plano Howyan foi bastante eficaz em dar uma aparência de coerência à narrativa dominante, tendo sido peça fundamental na construção da história oficial. Provavelmente, se as obras tivessem sido levadas a cabo até o fim, o sucesso do discurso teria sido maior ainda.

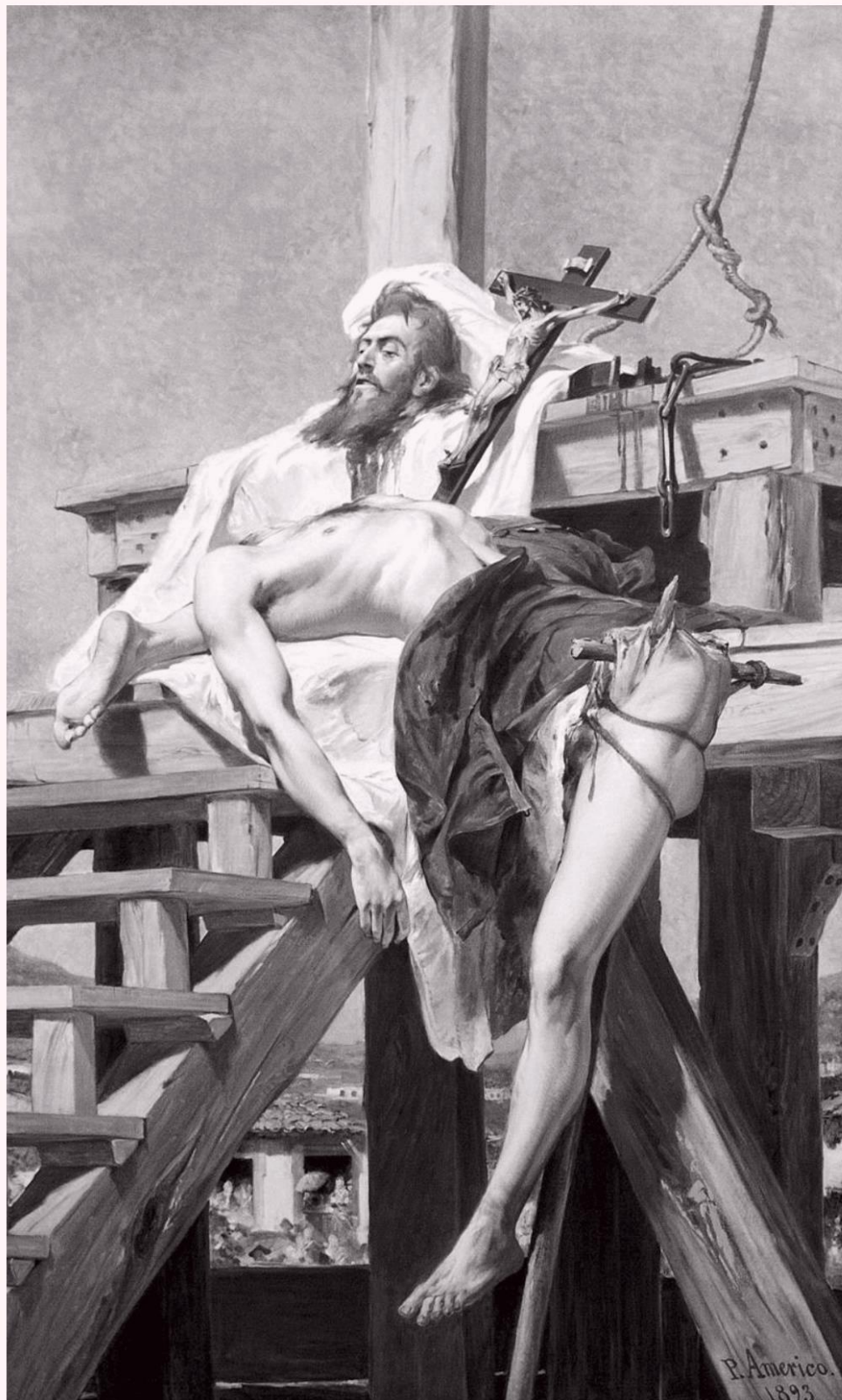
A Câmara Municipal de Juiz de Fora concordou muito rapidamente em adotar o Plano Howyan, ao que parece, mais pelo discurso progressista do que pelo conteúdo de fato. Acredito que um dos motivos pelo qual o Plano Howyan foi tão bem recebido pelas lideranças locais foi precisamente o discurso *neutralizante* atrelado ao projeto. Quanto mais apolítica e isenta de interesses particulares a empreitada parecesse, mais se conseguiria disfarçar que os *processos de produção do*

³⁸ AHJF, *Carta de Demissão de Howyan*, 1894.

³⁹ Idem, *Carta de exoneração de Francisco Bicalho*, 1895.

⁴⁰ GUIMARÃES, *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte cidade planejada*, 1991, p. 42 e 56.

Figura 31 (p. 139): Quadro Tiradentes Esquartejado. Domínio Público [Link].



espaço não haviam mudado fundamentalmente. Nesse sentido, à revelia do discurso cientificista do projeto, a adoção do Plano Howyan dependeu menos de uma suposta eficiência das técnicas escolhidas pelo engenheiro, do que dos interesses dos grupos políticos que influíram no empreendimento.⁴¹

Apesar de ter fracassado, o Plano Howyan teve êxito como justificativa para a movimentação de imensas somas de dinheiro numa escala inédita para a cidade. Aparentemente, a passagem do Império para a República não transformou significativamente as relações de trabalho na construção civil, visto que o mercado de obras públicas continuou a ser sustentado pelos mesmos grupos de sempre: viabilizado por meio de um pacto entre médicos higienistas, engenheiros sanitaristas e políticos progressistas, o Plano teve mais a ver com a velha dinâmica de poder estabelecida entre elites rurais escravocratas e indivíduos historicamente explorados do que com uma suposta preocupação das autoridades locais em melhorar as condições de vida da população juiz-forana.

Por mais confusas que tenham sido as discussões em torno do Plano (sendo praticamente impossível emitir uma opinião categórica sobre o assunto), as polêmicas não mudam o fato de que, apesar de tudo, não houve ruptura significativa com as estruturas tradicionais de poder local, ainda que os líderes juiz-foranos proferissem discursos aparentemente democráticos e inofensivos. Nesse sentido, o discurso tecnicista em prol do saneamento da cidade foi estrategicamente utilizado para negar diferenças e dar a ilusão de ruptura com o passado.

Nos primeiros anos da década de 1890, precisamente o período em que a negação do passado colonial ganha força em Juiz de Fora, o *ilusionismo em relação à materialidade das construções* contribuiu de modo fundamental para o ocultamento histórico das *violentas dinâmicas de trabalho particulares da cidade*. Uma evidência disso é justamente a ausência de registros documentais referentes aos processos construtivos.

Ou seja, apesar de não ter encontrado dado algum sobre os trabalhadores dessas obras públicas, acredito que à revelia do discurso da *Manchester Mineira*, os anti-

⁴¹ Ver FEENBERG, *Questioning Technology*, 1999, p. 79.

gos escravizados, o grupo de trabalhadores historicamente mais explorado no setor da construção civil em Juiz de Fora, continuaram a ser os principais agentes da construção da cidade; e os antigos fazendeiros, os principais investidores do mercado de obras públicas, continuariam a ser os mais beneficiados por meio desse tipo de empreendimento.

Apontar essas contradições é importante, antes de tudo, para entender os processos que regem a construção da cidade *hoje*, e como a perpetuação de determinadas narrativas promove o brutal apagamento histórico dos grupos historicamente marginalizados. O Plano Howyan, uma grande negociata fundada em paralogismos, deixa evidente o abismo que existe até hoje entre o discurso e a concretude da produção do espaço em Juiz de Fora.



Figura 32 (p. 142): Construção da escola Academia do Comércio no final do século XIX. Fonte: BLOG MAURÍCIO RESGATANDO O PASSADO [[Link](#)].

Fontes Arquivísticas

[AHJF] Arquivo Histórico De Juiz De Fora. Avulsos.

Mapas:

Mapa de Juiz de Fora desenhado por Henrique Halfeld, Juiz de Fora, 1853.

[AHJF] Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal — República Velha/Diretoria de Obras Públicas/Caixas 1 a 4.

Documentos:

Assainissement et Agrandissement de la Ville de Juiz de Fora par G. Howyan; Juiz de Fora, 1893 [Caixa 1, pasta 1].

Caderno Copiador do Diretor de Obras Howyan; Juiz de Fora, 6 de Junho de 1893 a 18 de Fevereiro de 1895 [Caixa 3, pasta 14].

Carta de demissão de Howyan do Cargo de Diretor de Obras Municipais; Juiz de Fora, 31 de Dezembro de 1894 [Caixa 3, pasta 15].

Carta de E. Buhot para Pedro Betim sobre condições de frete do cimento; Paris, 23 de Fevereiro de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Carta de exoneração de Francisco Bicalho do Cargo de Diretor de Obras Municipais; Juiz de Fora, 20 de Maio de 1895 [Caixa 3, pasta 15].

Cópia das condições de transporte do cimento celebrado pelos srs. Langstaff, Chrenberg, & Pollok e Pedro Betim; Paris, 2 de Março de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Cópia de ofício de Pedro Betim para Knight, Bevan e Sturge sobre a compra do cimento; Paris, 27 de Fevereiro de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Ofício de Howyan para Francisco Bernardino sobre falta de água no Morro da Gratidão; Juiz de Fora, 9 de Dezembro de 1892 [Caixa 1, pasta 2].

Ofício de Howyan para Francisco Bernardino sobre falta de água no Morro da Gratidão; Juiz de Fora, 29 de janeiro de 1893 [Caixa 1, pasta 2].

Ofício de Howyan sobre a execução das obras da Avenida Mariano Procópio; Juiz de Fora, 10 de Novembro de 1894 [Caixa 2, pasta 10].

Ofício de Pedro Betim comunicando a compra do cimento; Paris, 3 de Março de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Ofício de Thomas J. Wood sobre o nivelamento da Rua Paletta, e prolongamento da Rua da Liberdade; Juiz de Fora, 20 de Junho de 1894 [Caixa 2, pasta 10].

Ofício de Thomas J. Wood, o encarregado dos materiais de esgotos, sobre o depósito de cimento; Juiz de Fora, 26 de Julho de 1894 [Caixa 1, pasta 2].

Ofício de Thomas J. Wood, o encarregado dos materiais de esgotos, sobre o depósito de tijolos; Juiz de Fora, 28 de Julho de 1894 [Caixa 1, pasta 2].

Ofício de Thomaz J. Wood sobre o fornecimento de água em Juiz de Fora; Juiz de Fora, 3 de Março de 1894 [Caixa 1, pasta 2].

Ofício do ‘engenheiro do serviço’ para Howyan sobre a falta de água no Morro da Gratidão; Juiz de Fora, 28 de janeiro de 1893 [Caixa 1, pasta 2].

Parecer de José Pereira Rebouças sobre o projeto de abastecimento de água de Howyan; São Paulo, 8 de Dezembro de 1894 [Caixa 1, pasta 2].

Ponte sobre o Ribeirão Espírito Santo: caminho da Vargem Grande à S. José do Rio Preto; Juiz de Fora, 10 de Fevereiro de 1894 [Caixa 3, pasta 12].

Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora, nº 14. Coupe du Mur, avec indication de Courbes de pression, et de la Résultante des forces; Juiz de Fora, 5 de Maio de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora, nº 3. Elévation de la Tour des Filtres, avec coupes du Mur; Juiz de Fora, 5 de Maio de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Projet d’Alimentation d’Eau de la Ville de Juiz de Fora, nº 7. Sections transversales de la Chambre de Distribution; Juiz de Fora, 5 de Maio de 1894 [Caixa 1, pasta 1].

Projeto de Calçamento da Rua Direita; Juiz de Fora, 3 de Fevereiro de 1894 [Caixa 2, pasta 9]

Rascunho de carta endereçada ao Prefeito de Seine escrita por Francisco Bernardino; Juiz de Fora, 1º de Setembro de 1892 [Caixa 1, pasta 1].

[AN] Arquivo Nacional. Acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo BR RJANRIO QN — Itens Documentais — Coleção.

Ação no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) da Companhia União e Indústria; [BR RJANRIO QN.0.TXT.78] Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1852.

[APM] Arquivo Público Mineiro, Acervo do Sistema Integrado Digital.

Documentos e Periódicos:

A PROVÍNCIA DE MINAS, Ouro Preto, 1889.

Mapa de população da vila de Santo Antônio do Paraibuna [Fundo Seção Provincial — SP 570, número 362], 1855.

Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital [BNDigital].

Jornais e Periódicos:

REVISTA DE ENGENHARIA, Rio de Janeiro, 1891.

A CIDADE DO TURVO, Andrelândia [Turvo], 1891–1894.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1887–1889.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 1903.

DIÁRIO DA MANHÃ, Juiz de Fora, 1891.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 1888.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1897.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 1892–1919.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1881–1917.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 1894.

MINAS GERAIS: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Ouro Preto, 1892.

O PHAROL, Juiz de Fora, 1892–1919.

PARAHYBUNA, Juiz de Fora, 1880.

[BNF] Bibliothèque Nationale De France. Acervo Digital.

Documentos, Jornais e Periódicos:

Département des Manuscrits. Fonds maçonnique. Fichier Bossu [Cote: FM Fichier Bossu (159)]. HOWYAN, Grégoire, ingénieur; 30°. *La lumière d'Éthiopie. Annuaire G(rand) O(rient)*, n. 215, Addis Abbeba, 1910.

École Nationale des Ponts et Chaussées. Direction de la documentation, des archives et du patrimoine — Mission archives/*Manuscrito 3275 – Registre matricule des élèves externes (civils)*, 1851–1921.

LA PETIT PRESSE, Paris, 1890.

L'ASTRONOMIE: revue mensuelle d'astronomie, de météorologie et de physique du globe et bulletin de la Société Astronomique de France, 1892–1927.

WEBSITE

Imagens e Jornais:

BLOG MAURÍCIO REGATANDO O PASSADO [Link, acesso em 18/05/2020].

Fontes Bibliográficas

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865–1866*, [1869] 2000.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente, estudos sobre a escravidão urbana, 1808–1822*, Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado D' El Rey D. Philippe I*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, [1603] 1870.

AUGUSTO, Walter Marquizean. Forma jurídica, escravidão e ferrovias no Brasil do século XIX. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 2, pp. 1149–1175, 2019.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. A Construção do Mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. *Revista Antíteses*, vol. 2, n. 3, Jan.–Jun. de 2009, pp. 201–225.

BARBOSA, Lidiany Silva. *Obras públicas entre o Império e a República*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 49, n.1, pp. 78–95, 2013.

BARBOSA, Yuri Amaral. A Consolidação da Esfera Municipal em Juiz de Fora: da execução à dissolução do Plano Howyan. *Juiz de Fora: Revista Faces de Clio*, v. 2, n. 3, pp. 243–263. 2016.

BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à História Ferroviária do Brasil. Estudo social, político e histórico*. Recife: Edições Folha da Manhã, 1953.

BOJE, David M.; ALVAREZ, Rossana C.; SCHOOLING, Bruce. Reclaiming Story in Organization: Narratologies and Action Sciences. In: WESTWOOD, R. LINSTEAD, S. (Ed.). *The Language of Organization*. London: Sage, pp. 132–175, 2001.

BRASIL, *Código criminal do Império do Brasil*. Recife: Typographia Universal, 1858.

BRASIL, *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884, v. 3, p. 357 (Sessão de 28 de julho de 1884).
- BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, sessão extraordinária, v. 2, p. 313 (Sessão de 13 de abril de 1885).
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil; agricultura*. Vol. 3, 2ª parte. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1924.
- BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, vol. 8, pp. 1027–1038, ~1874.
- BRITO, José Gabriel de Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, [1869] 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PARAHYBUNA. *Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Parahybuna da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de Soares & Irmãos, [1858] 1860.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Resoluções, 1892–1894*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896.
- CARRARA, Angelo Alves. *As finanças do Estado brasileiro, 1808–1898*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (relatório de pesquisa – processo CNPq 305855/2016-6), 2018.
- CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica, Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.
- CARRARA, Angelo Alves. *Fiscalidade e formação do Estado brasileiro, 1808–1889*. Tese de titular. Juiz de Fora: Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.
- COSTA, Flávia de Albuquerque. *O Lugar dos Trabalhadores na Cidade: Intervenções Urbanas em Juiz de Fora – MG*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.
- CRAVO, Télió Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães. Estado, transportes e mercado de trabalho. *Revista de História (USP)*. n. 178, pp. 1–34, 2019.

- DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado financeiro e crédito público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870–1900)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.
- ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.
- ESTEVES, Albino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Vol. 230, Janeiro–Março, pp. 3–441, 1956.
- FEENBERG, Andrew. *Questioning technology*. London/New York: Routledge, 1999.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *A cidade para poucos: breve historia da propriedade urbana no Brasil*. Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru. Vol. 21, 2004.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis [Visconde de Ouro Preto]. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Brasília: Senado Federal, [1891] 2017.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Nôvo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte cidade planejada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem*. Juiz de Fora: FUNALFA, [1893] 2004.
- IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 3.1.1.17: *População residente, por grupos de idade segundo os Municípios – Minas Gerais*, 2000.
- IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabela 3: *Distribuição percentual da população residente, por cor – Minas Gerais*, 2000.
- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- ILLICH, Ivan. *Needs*. Oakland Table, 1990.
- JACOB, Rodolfo. *Minas Gerais no 20º século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão e Cia., 1911.
- KAPP, Silke. Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: MALARD, M.L. (org.) *Cinco Textos sobre Arquitetura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, pp. 115–167.

- LAMAS, Fernando; OLIVEIRA, Luís. A Companhia União e Indústria e as vicissitudes da escravidão e da imigração na fronteira das províncias mineira e fluminense (1850–1870). In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Aracaju. 2007.
- LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889–1908*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2006.
- Lista Alfabética dos Negociantes, Industriais e Profissionais. In: ALMANAK LAEMMERT, Rio de Janeiro, 1894.
- MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, v. 10, 1999.
- MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. *Revista Teoria e Debate*, n. 3, jun. 1988.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842–1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MBEMBE, Achille. The Power of Archive and Its Limits. In: HAMILTON, C. et al. In: *Refiguring the Archive*. Cidade do Cabo: David Philip Publishers, 2002, pp. 19–26.
- MINAS GERAIS. Comissão Geographica e Geológica De Minas Geraes. *Carta topográfica: folha Juiz de Fora*. Não paginado. Folha n. 15 (S3 E2E S4 E2). Escala 1:100.000. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1924.
- MINAS GERAIS. *Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1893.
- OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. *As contas de um município no Império: a fiscalidade de Juiz de Fora, 1857–1889*. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. O proletariado de Juiz de Fora e sua luta por direitos sociais do trabalho no início do século XX. *Revista Científica da FAMINAS*, v. 1, n. 2, 2016.
- OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, [1948] 1966.

- PEREIRA, Edimilson de Almeida. Poema extraído do livro inédito qvasi: segundo caderno (2013). *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 3, n.1 – Jul. 2014.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tomo 1º. São Paulo: Companhia Editorial Nacional São Paulo, [1830] 1938.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade e transferência de modelos*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2001.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870–1900*. X Seminário de Economia Mineira, Diamantina, Minas Gerais, 2002.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, Vol. 2, 1813.
- SOUZA, José Pedro Teixeira de. *Relação das Indústrias Fabris do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- STEHLING, Luiz José. *Juiz De Fora: a companhia união e indústria e os alemães*. Juiz de Fora: FUNALFA, 1979.
- TRIBUNA DE MINAS, *Revista Imigrantes: 150 anos: edição comemorativa dos 150 anos de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: ESDEVA, 2000.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *Álbum da Estrada União e Indústria*. Rio de Janeiro: Quadratim G, 1997.
- XAVIER, Janaina Silva. *Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso*. Pelotas: UFPEL, 2010. Dissertação de Mestrado. Pelotas: Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2010.